



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Faculdade de Educação

Programa de Pós-Graduação em Educação

VINICIUS DE MORAES MONÇÃO

ESPINHOS NO JARDIM: CONFLITOS E TENSÕES NA CRIAÇÃO DO JARDIM
DE INFÂNCIA CAMPOS SALLES (RIO DE JANEIRO, 1909-1911)

RIO DE JANEIRO

2015

VINICIUS DE MORAES MONÇÃO

ESPINHOS NO JARDIM: CONFLITOS E TENSÕES NA CRIAÇÃO DO JARDIM
DE INFÂNCIA CAMPOS SALLES (RIO DE JANEIRO, 1909- 1911)

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Educação,
como requisito parcial para obtenção do título
de Mestre em Educação, pela Universidade
Federal do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Irma Rizzini

RIO DE JANEIRO

2015

VINICIUS DE MORAES MONÇÃO

ESPINHOS NO JARDIM: CONFLITOS E TENSÕES NA CRIAÇÃO DO JARDIM
DE INFÂNCIA CAMPOS SALLES (RIO DE JANEIRO, 1909- 1911)

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Educação,
como requisito parcial para obtenção do título
de Mestre em Educação, pela Universidade
Federal do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Irma Rizzini (UFRJ)

Prof.^a Dr.^a Alessandra Frota Martinez de Schueler (UFF)

Prof. Dr. José Cláudio Sooma Silva (UFRJ)

Prof. Dr. Daniel Cavalcanti Albuquerque Lemos (UFJF – Suplente)

Prof.^a Dr.^a Patrícia Corsino (UFRJ - Suplente)



Universidade Federal do Rio de Janeiro

Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

A Dissertação “*Espinhos no Jardim: conflitos e tensões na criação do Jardim de Infância Campos Salles (Rio de Janeiro, 1909-1911)*”

Mestrando(a): Vinícius de Moraes Monção

Orientado(a) pelo(a): Prof^ª. Dr^ª. Irma Rizzini

E aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, foi aceita pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e homologada pelo Conselho de Ensino para Graduados e Pesquisa, como requisito parcial à obtenção do título de

MESTRE EM EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2015.

Banca Examinadora:

Presidente:

Prof^ª. Dr^ª. Irma Rizzini

Prof^ª. Dr^ª. Alessandra Frota Martinez de Schueler

Prof. Dr. José Claudio Sooma Silva

CIP - Catalogação na Publicação

M737e Monção, Vinicius de Moraes
Espinhos no jardim: conflitos e tensões na criação do Jardim de Infância Campos Salles (Rio de Janeiro, 1909- 1911) / Vinicius de Moraes Monção. - Rio de Janeiro, 2015.
167 f.

Orientador: Irma Rizzini.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2015.

1. História da Educação. 2. Jardim de Infância Campos Salles. 3. Escolarização da Infância. 4. Redes de Sociabilidade e Governativas. 5. Associativismo docente. I. Rizzini, Irma, orient. II. Título.

RESUMO

Espinhos no Jardim: conflitos e tensões na criação do Jardim de Infância Campos Salles (Rio de Janeiro, 1909-1911)

O trabalho tem como objetivo analisar a criação do primeiro jardim de infância público da cidade do Rio de Janeiro (1909), a partir de um conflito estabelecido entre um grupo de professoras diplomadas pela Escola Normal e a Administração Municipal, que se desdobrou até o ano de 1911. O registro do conflito foi localizado entre a documentação existente no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, no setor de Manuscritos, dentre a série *Instrução Pública*, em uma pasta identificada como *Jardim de Infância*. Na disputa foi possível perceber o envolvimento e ação de diversos indivíduos que se articularam a partir de interesses e perspectivas similares e formaram, assim, dois grupos. O primeiro grupo, formado por professoras diplomadas pela Escola Normal, buscava o cancelamento do contrato estabelecido entre a Prefeitura e uma professora “estranha ao magistério municipal” para a direção e contratação do corpo docente para atuar no Jardim de Infância. O segundo, que buscava a manutenção do contrato efetivado, formado por personagens ilustres do campo político e intelectual da capital republicana, composto majoritariamente pela presença masculina mas que, o seu interior, fora marcado por uma pequena, porém destacada, presença feminina. Como caminho para a problematização do caso optamos por atuar com a metodologia de análise das *redes de sociabilidade e governativas* (GOUVEA, 2010; FRAGOSO, 2010; FRAGOSO & GOUVEA, 2010; CUNHA, 2010), por identificar sua pertinência junto ao contexto encontrado, ou seja, pelas conjecturas de interligação entre diversos indivíduos que foram identificados. Atuamos também sobre a noção do *associativismo docente* (LEMOS, 2011, 2013), a partir da percepção das lutas das professoras diplomadas pela efetivação dos direitos garantidos pela legislação da instrução pública, bem como o reconhecimento da formação ofertada e obtida pela Escola Normal do Distrito Federal. Além do uso da documentação localizada no AGCRJ, lançamos mão de alguns periódicos da época que circulavam na cidade carioca como fonte e forma de investimento para perceber a repercussão do conflito. Buscamos estabelecer vínculos e articulações entre a história da cidade, seus processos de urbanização e relacionar a história da educação com a história política do Rio de Janeiro, as ações políticas e suas politicagens. Por fim, para além de uma “história institucional da instituição”, foi possível identificar e compreender as formas de agência dos sujeitos. Mulheres e homens, professoras diplomadas e não diplomadas, políticos, intelectuais, advogados e jornalistas atuaram, de alguma forma, no processo de escolarização da sociedade carioca.

Palavras-chave: História da Educação; Jardim de Infância Campos Salles; escolarização da infância, Redes de sociabilidade e governativas; Associativismo docente.

ABSTRACT

Thorns in the Garden: conflicts and tensions in the creation of Kindergarten Campos Salles (Rio de Janeiro, 1909-1911)

The work aims to analyze the creation of the first public kindergarten in the city of Rio de Janeiro (1909), from a conflict established between a group of teachers graduated by the Normal School and the Municipal Administration, which was divided by the year 1911. The registration of the conflict was located between the existing documentation in *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro* (AGCRJ), from the *Instrução Pública* series, in a folder identified as *Jardim de Infância*. In dispute was possible to see the involvement and action of several individuals who were articulated from similar interests and perspectives and formed thus two groups. The first group, made up of teachers graduated by the Normal School, sought the cancellation of the contract between the City and a "stranger to the municipal teaching" teacher for direction and hiring faculty to work in Kindergarten. The second, which sought to maintain the contract effected, formed by famous figures of the political and intellectual field of republican capital, composed mostly by male presence but that its interior, was marked by a small but prominent female presence. As a way to problematize the case we chose to work with the methodology of analysis of social networks and government (GOUVEA, 2010; FRAGOSO, 2010; FRAGOSO & GOUVEA, 2010; CUNHA, 2010), to identify their relevance with the context found, that is, the conjecture of interconnection between different individuals that were identified. We also work on the notion of teacher associations (LEMOS, 2011, 2013), from the perception of the struggles of graduates teachers for the realization of the rights guaranteed by the public education law and the recognition of the training offered and obtained by the District Normal School Federal. Besides the use of the documentation located in AGCRJ we employ some periodicals of the time, that circulated in Rio de Janeiro city, as the source and form of investment to realize the effect of the conflict. We seek to establish links and connections between the city's history, its urbanization processes and relate the history of education with the political history of Rio de Janeiro, the political actions and their politicking. Finally, in addition to an "institutional history of the institution," it was possible to identify and understand the forms of agency of subjects. Women and men, graduates and teachers not graduates, politicians, intellectuals, lawyers and journalists acted in some way, in the schooling of Rio society process.

Keywords: History of Education; Kindergarten Campos Salles; childhood education, Social networks and government; Teacher associations.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1	20
O CAMPO, A FREGUESIA E O DISTRITO DE SANTANA COMO CENÁRIO DE PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO CARIOCA.....	20
1.1 - NO PRINCÍPIO ERA UM CAMPO	20
1.2 - DE CAMPO A UM PARQUE/JARDIM.....	35
1.3 - O COMPLEXO EMARANHADO SOCIAL DO DISTRITO DE SANTANA.....	41
1.4 – A ESCOLARIZAÇÃO DA INFÂNCIA PELA OFERTA DE SERVIÇOS PARTICULARES (1875-1909).....	45
1.5 – A ESCOLARIZAÇÃO DA INFÂNCIA A CARGO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL: DESDOBRAMENTOS ENTRE 1907 E 1911	51
CAPÍTULO 2	62
PROCESSOS HISTÓRICOS DE IMPLEMENTAÇÃO DA PEDAGOGIA FROEBELIANA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (1875-1909).....	62
2.1 - O <i>KINDERGARTEN</i> COMO MODELO DE ESCOLARIZAÇÃO DA INFÂNCIA	62
2.2 -AS DISCUSSÕES ACERCA DA IMPLEMENTAÇÃO DO <i>KINDERGARTEN</i> NO BRASIL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX.....	71
2.3 - ESPECIFICIDADES DA PEDAGOGIA FROEBELIANA: ASPECTOS MATERIAIS E A FORMAÇÃO DO PROFESSORADO	89
CAPÍTULO 3	98
PROJETOS EM DISPUTA: “ACÇÃO ORDINÁRIA E PROTESTO DE PROFESSORES MUNICIPAES CONTRA A CREAÇÃO E DIREÇÃO DE ‘JARDIM DE INFANCIA’, MEDIANTE CONTRACTO COM PROFESSORES PARTICULARES”.....	98
3.1 - UMA AÇÃO ORDINÁRIA	99
3.2 - A DISPUTA EM TORNO DO PROCESSO E SUAS REPRESENTAÇÕES EM JORNAIS DA ÉPOCA	103
3.3 - AS REDES DE SOCIABILIDADE DE ADELAIDE MAGALHÃES E ZULMIRA FEITAL.....	116
3.4 - DESFECHOS FINAIS	134
CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
REFERÊNCIAS	146

AGRADECIMENTOS

Nos últimos anos aprendi que a gratidão deve ser uma constante em nossas vidas. Ser agradecido pelos bons momentos, e pelos não tão bons, é uma forma de exercício que nos permite refletir e tomarmos consciência que tudo está interligado, que todas as coisas acontecem de forma articulada e são relacionadas com nossas ações. Exercício que permite nos sensibilizar e perceber a importância das pessoas em nossa passagem por esse planeta. É aqui que faço saber, aos leitores, que durante o período da pós-graduação, entre conquistas e frustrações, tive a honra, sorte e a alegria de contar com inúmeros queridos e preciosos amigos. Uns com presença mais intensa e mais atuante e outros momentâneos, mas não por isso de menor importância.

Dentre aos que aqui dedico meu carinho e gratidão, agradeço a minha mãe, por sua ternura singular e por ser uma mestra em minha vida. Sem sua parceria e apoio todos os passos dados anteriormente não teriam sido possíveis. Sua presença e suas preces foram/são essenciais em meu viver. Todo meu amor a você.

Minhas irmãs, Pamela e Anne Caroline. A torcida de vocês é um gás a mais para continuar mergulhando em busca de “águas mais profundas”.

Ao meu amado, companheiro e amigo Diogo Melo, que por quase dez anos me agracia com sua presença. Seus incentivos, empurrões, puxões de orelha foram necessários para chegar até aqui.

Àqueles que me acolheram como um filho, Danilo e Solange Melo. Que vibram comigo em cada conquista, compartilham expectativas e frustrações. Obrigado por escutar meus “delírios” e meus papos repetitivos durante o período de escrita da dissertação.

À Irma Rizzini, minha orientadora, uma pessoa de um profissionalismo ímpar, dedicada e competente que durante esses dois anos me brindou com sua atenção, paciência e entusiasmo. Serei eternamente grato pela sua generosidade, disponibilidade e por ter me permitido ser seu aprendiz durante esse período.

À Jucinato Marques, pela parceria e frutíferas trocas durante o período do curso.

Silvilene Barros, amiga de todas as horas. Companheira de viagens, cafés e trocas intelectuais. Sua dedicação acadêmica e empenho profissional são exemplo para mim. Agradeço por me permitir compartilhar com você esses anos de amizade e parceria.

Solange Rosa, jamais me esqueceria de agradecer a você por toda atenção e apoio dispensado. Seu carinho e entusiasmo com o PPGE é contagiante! Que nossa amizade, surgida nesse período, possa se prolongar por anos a fio.

À professora e amiga, Sonia de Castro Lopes, oferto meu agradecimento. Sua presença, atenção, as conversas e trocas no PROEDES, em aula e pelos corredores do Palácio Universitário marcaram de forma qualitativa minha vida, pessoal e acadêmica.

Aos professores e amigos, José Claudio Sooma e Alessandra Schueler. Os apontamentos no exame de projeto, as parcerias de pesquisa, aulas e os momentos de confraternização foram somatórios à minha formação. É uma honra tê-los como leitores críticos deste trabalho. Sou agradecido por toda atenção e desejo que nossos laços se mantenham e estendam ao longo do tempo.

As queridas amigas Edilene Góes e Julia Murad, parceiras e companheiras de fotografia. Nossos encontros e papos foram de grande importância para refrescar a cabeça durante a tensão do processo de escrita.

Aos amigos Silvia Coimbra e Fábio Lima, ela de longa e ele de curta data, oferto meu abraço como forma de retribuição pela companhia durante o curso.

A equipe do CMEB-ISERJ que todas as vezes que necessitei localizar algum documento, em meio ao grande acervo, dedicaram assistência.

Aos funcionários do Jardim de Infância Campos Salles. Em meio às confusões do cotidiano escolar se dispuseram, comigo, a buscar documentos sobre os primeiros anos de funcionamento da escola no acervo existente na instituição.

Agradeço à equipe do Centro de Documentação e Pesquisa em História/Acervo, do Centro Cultural Euclides da Cunha do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa pela disponibilização de uma fonte documental utilizada no trabalho.

À CAPES e FAPERJ pelo financiamento fornecido durante o curso de mestrado. O acesso as bolsas foi elemento fundamental para que eu pudesse me dedicar de maneira integral à pesquisa. Oxalá que, num futuro não tão distante, mais e mais pesquisadores em formação possam delas usufruir.

*vou aprender a ler
pra ensinar os meus camaradas*

Roberto Mendes; Capinam (2003).

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: DETALHE DO MAPA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 1812.	27
FIGURA 2: CAMPO DE SANTANA. FRANZ JOSEF FRÜHBECK – 1818	29
FIGURA 3: CAMPO E IGREJA DE SANTANA. THOMAS ENDER, 1817	33
FIGURA 4: DETALHE DA PINTURA "IGREJA E CAMPO DE SANTANA". THOMAS ENDER, 1817.....	34
FIGURA 5: DETALHE DA PINTURA "IGREJA E CAMPO DE SANTANA". THOMAS ENDER, 1817	34
FIGURA 6: DETALHE DA PINTURA "IGREJA E CAMPO DE SANTANA". THOMAS ENDER, 1817	35
FIGURA 7: ASPECTO DO JARDIM DO PARQUE DA ACLAMAÇÃO, 1880	40
FIGURA 8: PANORAMA VISTA DO MORRO DA PROVIDÊNCIA. C. 1890.	43
FIGURA 9: PLANTA DO JARDIM DA PRAÇA DA ACLAMAÇÃO. C.1870-80.....	59
FIGURA 10: SOLENIDADE DE INAUGURAÇÃO DO JARDIM DE INFÂNCIA CAMPOS SALLES	61
FIGURA 11: FOTOGRAFIA DE GRUPO DE ALUNOS, PROFESSORA E AUXILIAR DO JARDIM DE INFÂNCIA CAMPOS SALLES	63
FIGURA 12: ANÚNCIO DO KINDERGARTEN DE MARIA GUILHERMINA PUBLICADO NO JORNAL GAZETA DE NOTÍCIAS	95
FIGURA 13: ASPECTO DE UMA SALA DE AULA DO JARDIM DE INFÂNCIA CAMPOS SALLES	96
FIGURA 14: AULA DE JARDINAGEM	98
FIGURA 15: ALUNOS BRINCANDO NO PÁTIO DA ESCOLA	98

FIGURA 16: ASPECTO DE ATIVIDADE DO JARDIM DE INFÂNCIA CAMPOS SALLES	99
FIGURA 17: VISITA DO GENERAL BENTO RIBEIRO, PREFEITO DO DISTRITO FEDERAL, AO JARDIM DE INFÂNCIA CAMPOS SALLES	136

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: RECENSEAMENTO DO RIO DE JANEIRO, 1907	46
TABELA 2: ESTABELECIMENTOS DE ENSINO QUE OFERTAVAM JARDIM DE INFÂNCIA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO ENTRE OS ANOS 1875-1909	52
TABELA 3: EVOLUÇÃO DO QUANTITATIVO DE ESCOLAS CRIADAS NOS ESTADOS UNIDOS ENTRE OS ANOS DE 1874 E 1886	83

FLUXOGRAMA

REDE SOCIAL EM TORNO DO JARDIM DE INFÂNCIA CAMPOS SALLES	132
--	-----

INTRODUÇÃO

Salve o Jardim de Infancia
Berço dos primeiros annos
Onde noss'alma em ancia
Desperta e se abre em flor¹

Aconteceu assim. Durante os primeiros meses de 2013, em um período de imersão no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), na busca por fontes que permitissem o desenvolvimento de uma nova proposta de pesquisa de mestrado, em meio ao denso volume documental, localizei uma “tímida” pasta. Posso dizer, de maneira bem clichê, que foi “amor à primeira vista”.

A busca por um novo objeto de pesquisa se deu pela necessidade de abandonar o projeto original, em vista da dificuldade de localização de fontes para a pesquisa, que visava investigar uma instituição voltada para o recolhimento de menores infratores na cidade de Belém do Pará. Além da questão das fontes, o curto tempo de duração do mestrado (dois anos) que deveria ser dividido entre disciplinas, pesquisa e outros afazeres do campo e a distância geográfica corroboraram para a troca do objeto. Além disso, o novo tema adotado viria a contribuir para as discussões do grupo de pesquisa a respeito dos processos de escolarização da população nas áreas urbanas da cidade do Rio de Janeiro em meados do século XX.

Embora durante a graduação tenha atuado com a temática de pesquisa voltada para a história da infância, não havia, originalmente, nenhuma pretensão em trabalhar durante o curso de mestrado com assunto similar. Não havia interesse em uma nova imersão na temática, em contexto de pesquisa, nem atuação profissional. No entanto, ao localizar a referida pasta, esse sentimento foi alterado. A documentação está organizada como um único arquivo intitulado *Jardim de Infância*, pertencente à série *Instrução Pública*, na qual é composta por um volumoso acervo referente ao processo de escolarização da cidade do Rio de Janeiro. Ela abriga os documentos (manuscritos e datilografados) pertinentes à ação ordinária movida, originalmente, pela professora diplomada Adelaide Magalhães e seu advogado. Além desse material, há uma pequena hemeroteca sobre as notícias que foram publicadas em alguns jornais do período sobre a

¹ Verso recitado por Joaquim Moreira, aluno do Jardim de Infância Campos Salles, na cerimônia de inauguração da instituição, em três de novembro de 1909 (GAZETA DE NOTÍCIAS, 4/11/1909, n. 308, p. 4).

polêmica instaurada, anexadas ao processo por Theodoro Magalhães, o advogado, utilizando-as como provas contra os feitos da prefeitura. Além disso, compõem o conjunto o abaixo-assinado das professoras primárias, texto de manifesto e assinaturas de professoras diplomadas, adjuntas e catedráticas e normalistas da Escola Normal do Distrito Federal.

Os documentos que a recheavam nos apresentaram um contexto instigante e intrigante de disputas, embates e debates, em torno do Jardim de Infância Campos Salles, nos três primeiros anos de seu funcionamento (1909-1911). Neste contexto, diversos indivíduos organizados em redes de sociabilidade saíram em defesa de seus ideais e interesses.

Diante disso, é factível considerar que a escolha do tema se deu de outra forma. Por seu instigante conteúdo, imerso em conflitos e tensões, o objeto “seduziu” o pesquisador e na ânsia deste em localizar algo que pudesse aplacar sua angústia encontrou terreno fértil para florescer. O pesquisador se deixou levar pelo canto da sereia, foi seduzido e quando viu já estava apaixonado.

Com o aprofundamento no material, auxiliado pelas leituras, orientações, discussões no grupo de pesquisa e participação em congressos e seminários, o horizonte se expandiu. Foi possível perceber que, para além de uma “história institucional da escola”, era possível atuar sobre a dimensão da agência dos sujeitos. Mulheres e homens, professoras diplomadas e não diplomadas, políticos, intelectuais, advogados e jornalistas atuaram, de alguma forma, no processo de escolarização da sociedade carioca. Também, foi possível estabelecer articulação com a história da cidade, seus processos de urbanização e relacionar a história da educação com a história política do Rio de Janeiro, as ações políticas e suas politicagens.

Tendo em vista essa breve orientação do processo de contato com o tema da pesquisa podemos ingressar, de fato, na problemática a qual essa dissertação se dedica.

O verso na epígrafe foi recitado durante a cerimônia de inauguração do Jardim de Infância Campos Salles pelo menino Joaquim Moreira, aluno da escola, diante de uma ilustre plateia. Ela era composta por políticos, como o presidente da república, o prefeito municipal, senadores e deputados, intelectuais, jornalistas, professoras da escola e demais convidados. As palavras recitadas pelo pequeno Moreira expressam o entusiasmo pela efetivação da letra da lei que trata da obrigatoriedade da oferta de jardins de infância nos distritos urbanos e suburbanos da cidade do Rio de Janeiro, de

1879. O ano de 1909 despertou expectativas, entusiasmo dentre aqueles que defendiam políticas e ações voltadas para a instrução de crianças menores de sete anos.

Contudo, a partir da data de criação do Jardim de Infância Campos Salles, até o ano de 1911, nem tudo foram flores. Uma manifestação contrária e nada entusiasmada com a ação da Prefeitura do Município, na forma efetuada para a instalação da recém-criada instituição, foi realizada e a história da escola marcada por um fato, possivelmente, não esperado.

Em dezembro de 1909, uma professora diplomada pela Escola Normal do Distrito Federal iniciou uma ação ordinária contra a administração Municipal. Adelaide Dulce Miranda de Magalhães, pela figura do seu advogado Theodoro Magalhães, impetrou uma ação ordinária contra o contrato estabelecido pela municipalidade para a administração e a direção do recém-criado jardim de infância a qual, de acordo com o termo usado na ação, era uma “pessoa estranha ao magistério municipal”. Coadunando a ação dos Magalhães, um grupo de professoras diplomadas e normalistas, meses depois, organizou um abaixo-assinado no qual solicitava à prefeitura a “regularização” da escola, na esperança de que suas reivindicações fossem ouvidas e fosse cumprido o que era previsto pela legislação educacional vigente. A lei municipal n. 844, de 1901, decretava ser restrita a atuação no corpo docente das escolas municipais à pessoal diplomado pela Escola Normal da cidade.

Nesse cenário de disputas foi possível perceber articulações e o acionamento de diversos sujeitos que compartilhavam de perspectivas similares em torno ao assunto. Diante do caso, dois grupos foram identificados: um composto pelas professoras municipais diplomadas pela Escola Normal do Distrito Federal, encabeçado por Adelaide Dulce Miranda de Magalhães e seu advogado, Theodoro Magalhães, além de outros personagens simpatizantes da luta docente; e o outro, composto por ilustres personagens do campo político e intelectual da capital republicana, marcado pela presença masculina que compunha, em seu interior, uma pequena, porém marcante, presença feminina: Duas professoras, não diplomadas pela referida instituição de formação de professores, Zulmira Feital e Cândida Guanabara.

Dentre os espinhos no jardim, foi possível perceber a existência de dois grupos em disputa, organizados em torno de objetivos em comum e pelo reconhecimento de percepções e ideais políticos similares. Diante deste conflito nosso objetivo voltou-se para analisar as ações referentes aos processos de criação do Jardim de Infância Campos

Salles na cidade do Rio de Janeiro. Sobre eles optamos por atuar com a metodologia de análise das redes de sociabilidade e governativas (GOUVEA, 2010; FRAGOSO, 2010; FRAGOSO & GOUVEA, 2010; CUNHA, 2010), por identificar a pertinência da análise no contexto encontrado, ou seja, pelas conjecturas de interligação entre diversos indivíduos que foram identificados. Tanto ao que compete a ação marcada pela presença de Zulmira Feital, e suas articulações com influentes intelectuais e políticos na cidade carioca; quanto pela marcada por Adelaide Magalhães através do associativismo docente (LEMOS, 2011, 2013) e sua luta pela efetivação dos direitos garantidos pela legislação da instrução pública bem como o reconhecimento da formação ofertada e obtida pela Escola Normal do Distrito Federal.

Como meio encontrado para estruturar o texto e na tentativa de apresentar ao leitor o vasto corpus documental localizado durante o processo de pesquisa e utilizado na composição do trabalho, optamos por organizá-lo a partir de três eixos, por nós considerados interligados. Um voltado para a identificação e análise dos possíveis motivos e contextos que permitiram que o primeiro jardim de infância público carioca fosse instalado no interior da Praça da República. Outro para compreensão do processo de circulação do modelo de escolarização de crianças menores de sete anos, a partir da metodologia froebeliana e as experiências efetuadas no Rio de Janeiro a partir da década de 1870. O último, através da análise da ação ordinária do abaixo-assinado e das redes de sociabilidade e governativas, para apontar para as possibilidades de atuação de diversos indivíduos no cotidiano da cidade.

As disputas empreendidas pela efetuação do projeto “ideal” de implementação da novidade pedagógica, o jardim de infância municipal, demonstraram uma vivacidade no cenário educativo recheado por brigas políticas e lutas de interesse, movidas e alimentadas por homens e mulheres, de diferentes áreas de atuação, mas que, por sua vez, eram legítimas dentro de seus argumentos.

Dessa forma, a partir desses três eixos, propomos pensar, problematizar e ampliar as discussões de um tópico da história da educação, os processos de escolarização de crianças com idade entre quatro e sete anos em articulação com a história da cidade, em especial, da região de Santana (Freguesia e Distrito) e sua urbanização.

No primeiro capítulo, dedicamo-nos à problematização do lugar aonde fora construído o primeiro jardim de infância público do Rio de Janeiro, Distrito Federal.

Para tal, propusemos para a análise identificar e compreender os possíveis motivos que propiciaram a criação do Jardim de Infância Campos Salles no interior do Jardim/Praça da República, popularmente (re)conhecido como Campo de Santana. Diante desse interesse tornou-se necessário recuar, até o século XVIII. Nosso intuito foi identificar os processos de ocupação, significação e ressignificação do espaço urbano carioca, empreendidos no decorrer do processo de crescimento, transformação na região central do Rio de Janeiro, do contexto colonial ao republicano.

Para esta empreitada lançamos mão do uso da produção de memorialistas (COARACY, 1988; SANTOS, 1944; SANTOS, 2013; SEGAWA, 1996) enquanto fonte e o seu cruzamento com as discussões empreendidas por diversos autores que discutem e problematizam os processos de ocupação da cidade do Rio de Janeiro, além das tensões entre forças e interesses diversos existentes no decorrer do processo de crescimento urbano (ABREU, 1994; BATALHA, 2009; CHALHOUB, 2012; CUNHA, 2009; GAZRONI, 2009; MATTOS, 2011, 2008; MIYASAKA, 2011; SANGLARD, 2013; SCHUELER, 2005, 2008, SILVA, 2013; TORRES, 2012). Buscamos identificar, através destes materiais, os usos e significados dotados pelos diversos indivíduos que circulavam pelo espaço da cidade, em especial a Freguesia/Distrito de Santana. Nesse mesmo capítulo, como prenúncio para as discussões que foram efetuadas nos capítulos seguintes, apontamos para os potenciais motivos que permitiram a criação de uma escola infantil no interior Jardim/Praça da República, e sua transformação em “berço” da escolarização de crianças pequenas pela metodologia froebeliana. Um jardim abrigou em seu interior outro jardim.

No segundo capítulo, propusemo-nos a analisar a criação do *Kindergarten* enquanto proposta pedagógica voltada para a educação de crianças menores de sete anos, desenvolvida por Friedrich Fröebel, em meados do século XIX, no contexto europeu. Além de compreender tal proposta como necessária para o embasamento da pesquisa, ao revisitarmos a historiografia buscamos “sair do lugar comum” interessados em oferecer ao campo da história da educação outros elementos que possam permitir (re)pensar os contextos e necessidades sociais que favoreceram a implementação dos jardins de infância na cidade do Rio de Janeiro, inicialmente pela iniciativa privada, a partir de 1870. Para a construção desse capítulo, nos baseamos nas produções de Arce (2002), Bida (2007), Cardoso Filho (2009), Luc (1995), Weston (1998), Muelle (2005), Chamon (2005, 2008), Chamon, Faria Filho (2007), Kulhmann Júnior (2007, 2011);

Kishimoto (1988), Monarcha (2009), Bastos (2002, 2008), Schieler (2005, 2009), Schueler, Rizzini (2014), Schueler, Rizzini, Marques (2014), dentre outros. Além das fontes, *Gazeta de Notícias* (1880-1916), *O Paiz* (1887-1909), *Revista Fon-Fon* (1909-1911), *Brasilianische Rundschau* (1912), *Boletins da Intendência Municipal* (1899-1901), *Boletins da Prefeitura* (1907-1914) e o *Relatório de Reforma do Ensino Primario e Várias Instituições complementares da Instrução Pública de 1883* (1947) e outras.

Ao revisitar a historiografia que analisa a incorporação do jardim de infância no contexto educacional brasileiro foi possível problematizar e compreender a circulação de ideias, projetos, modelos e práticas pedagógicas destinadas à escolarização de crianças menores de sete anos. Foi possível identificar e pontuar a presença e atuação de alguns personagens, na longa viagem do modelo educativo prussiano (hoje alemão) e sua chegada em terras brasileiras. Prussianos, estadunidenses, brasileiros e brasileiras tiveram destacadas atuações no processo de implementação da metodologia froebeliana em seus países de origem e ainda contribuiram para as trocas entre nações distintas.

Já no terceiro e último capítulo dedicamos atenção à análise da emergência e atuação de duas redes de sociabilidade que surgiram frente a criação do Jardim de Infância Campos Salles, possuindo entre si perspectivas distintas. Na construção da trama, optamos por apontar que uma foi encabeçado pela professora (diplomada) Adelaide Magalhães e a outra pela professora (não diplomada) Zulmira Feital.

A primeira rede, organizada a partir e em torno da ação ordinária e o protesto das professoras municipais, via abaixo-assinado, nos permite perceber a compreensão e apropriação que fizeram da lei e suas articulações em defesa do cumprimento da legislação educacional e de legitimidade da formação para a docência obtida na Escola Normal do Distrito Federal. Ambos os documentos, de natureza reivindicatória, à luz dos apontamentos feitos por Silva (2002), Schueler (2005; 2008), Campos (2009) e Lemos (2011; 2013), nos permitem compreendê-los como ação que acompanha a construção da profissão docente no Brasil, desde o século XIX, por meio do associativismo docente. Uma característica que ressaltamos é a maciça presença e intensa participação de mulheres na disputa em torno do Jardim de Infância municipal.

A outra rede, por sua vez, era composta por indivíduos de identidade profissional diversa. Havia os profissionais da política, o presidente da República, senadores, prefeitos e intendentess municipais, e sujeitos dedicados a outros ofícios, como médicos,

intelectuais, jornalistas, e mulheres professoras não diplomadas pela Escola Normal. Foi possível perceber que a não diplomação de Zulmira Feital e suas auxiliares, por sua vez, não impedia, na visão dos membros dessa rede, a atuação delas na instrução pública. A experiência anterior no magistério particular, além de uma possível característica de herança docente, legitimava a inserção delas no projeto político, voltado para a escolarização de crianças pequenas, que se buscava efetuar. É plausível entender essa rede de sociabilidade heterogênea como uma forma de exercer a governabilidade na cidade (GOUVEA, 2010; FRAGOSO, 2010; FRAGOSO & GOUVEA, 2010; CUNHA, 2010).

Pelas discussões e atuação dos dois grupos podemos perceber as disputas e concepções existentes sobre o modelo ideal de formação do professorado primário. Ao mesmo tempo em que já havia uma lei que buscava normalizar a formação dos professores municipais, o modelo em execução não era consensual entre os intelectuais e professores. Esse ponto de tensão “verbalizado” e materializado nos documentos permitiu-nos identificar disputas no interior de uma mesma classe profissional, a das professoras, que buscavam apoio entre outros sujeitos e assim terem legitimadas suas opiniões. Embora a questão da formação docente não seja o foco específico deste trabalho, podemos identificar a força das disputas em torno dos modelos de formação docente. Um debate importante do século XIX que adentra no século XX e que ganhou novos contornos com o processo de criação e instalação do Jardim de Infância.

Além da documentação utilizada, lançamos mão dos periódicos (BARBOSA, 2010) *O Seculo* e a *Gazeta de Notícias* que nos serviram como fontes para identificar e analisar o conflito. Por eles foi possível verificar as disputas que eram veiculadas ao público leitor e as representações que faziam do conflito e seu lugar de arena de disputas políticas, bem como veículo de legitimação da novidade pedagógica.

O primeiro, na coluna *Prefeitura Acephala*, pelos escritos de Theodoro Magalhães, atacava de forma incisiva e constante a administração municipal. O segundo, pelo contrário, nada se referia, no recorte temporal, sobre o processo e disputas em andamento. Volta e meia publicava notícias sobre os “grandes feitos” executados pelas senhoritas Zulmira Feital e Candida Guanabara no Jardim de Infância. Inclusive, constantemente recorria às fotografias como forma de legitimar e apresentar a seus leitores que lá não havia espinhos, somente a boa aplicação pedagógica de metodologia froebeliana.

É importante apontar que diante da disputa não atuamos com uma compreensão baseada entre opostos, **bons versus maus**, mas sim a partir da perspectiva indicada por Thompson (1987; 2011), a **lei** em conflito com o **costume**. Se, de um lado, verificamos um grupo que buscava a efetivação do que havia sido decretado pela lei, por outro, havia um grupo que compreendia o valor e a legitimidade do costume de “beneficiamento” de aliados do jogo político, como a indicação de parentes e indivíduos próximos para ocupar os cargos públicos.

Em síntese, espera-se que este trabalho possa contribuir com as pesquisas em história da educação, em especial, para a ampliação e a renovação das discussões voltadas para as investigações da escolarização de crianças menores de sete anos. O endossamento das pesquisas leva em conta os sujeitos no processo histórico e articulação da história da educação com a história política da cidade.

CAPÍTULO 1

O CAMPO, A FREGUESIA E O DISTRITO DE SANTANA COMO CENÁRIO DE PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO CARIOCA

A cidade do Rio de Janeiro ocupou por longa data a centralidade do poder nacional. Em especial, o Campo de Santana, atualmente denominado Praça da República, porém popularmente chamado do seu primeiro nome, foi palco de diversos eventos que ficaram registrados na história do país e outros tantos que se perderam por não serem considerados “especiais”. Contudo, esses eventos “menos importantes” aos poucos estão se tornando objeto de investigação de pesquisadores em distintas áreas de conhecimento.

Assim, para além dos vultos históricos, o espaço foi utilizado, pela população moradora e aqueles que circulavam pela região, por um longo período, como local de práticas religiosas, de lazer e trabalho e por onde passou a sua escolarização.

Nesse direcionamento, estando esse trabalho inserido no campo da História da Educação e reconhecendo sua dimensão social, compreendemos ser de utilidade levantar e analisar os acontecimentos e acompanhar os processos de mudança dos sentidos que a região foi dotada com o passar dos anos. Assim, de grande charco onde animais pastavam e escravos utilizavam o local como refúgio em suas fugas, a região incorporou elementos de modernidade e civismo, e onde por sua vez, em 1909, foi instalada a inovação pedagógica da Municipalidade: um Jardim de Infância.

1.1 - No princípio era um campo

A Vila de São Sebastião do Rio de Janeiro, até o final do século XVIII e início do século XIX, tinha como um dos limites da sua área urbana a antiga Rua da Vala, local hoje correspondente à Rua Uruguaiana. Para além dos seus muros havia, em sua cercania, uma ampla área descampada onde parte era alagada nos períodos chuvosos e outra parte coberta por ervas rasteiras, o que propiciava o seu uso como pasto para os animais. Nesse período, o espaço também era utilizado pela população em geral como local de despejo de seus detritos (SEGAWA, 1996) e, vez e outra, era cortado pelas tropas que se dirigiam para o interior das terras fluminenses pelo “Caminho do

Capuerçu que conduzia às fazendas açucareiras dos Jesuítas – Engenho Velho e Engenho Novo” (COARACY, 1988, p. 71).

De grandes proporções, o Campo da Cidade, nomenclatura dada ao espaço no período colonial, foi dividido em sesmarias no século XVIII. O objetivo da divisão era possibilitar a ocupação da área e permitir a expansão dos limites urbanos da Colônia. Nos terrenos cedidos, foram construídas chácaras e outros foram preparados para a prática da plantação de gêneros alimentícios. Em contraposição houve também a ocupação deste espaço por alguns populares, trabalhadores, que receberam pequenos lotes para a edificação de suas moradias.

Coaracy (1988) aponta outras destinações dadas ao espaço. Dele foram doados alguns pedaços de terra às Irmandades de pretos, pardos, crioulos e escravos para que ali erguessem os templos dedicados aos seus santos de devoção. Deste processo, a primeira irmandade a construir o templo foi a de São Domingos, cedido pela Câmara da Cidade para este fim.

O motivo apresentado pelos membros da Irmandade pautava-se na questão do “preconceito de cor” que sofriam dos cônegos e frequentadores da Sé que “menoscabavam os crioulos e dificultavam-lhes a prática de suas devoções”. Isso porque a Irmandade não possuía templo próprio e a imagem do santo patrono ocupava um dos altares do interior da Igreja de São Sebastião do Morro do Castelo. Ao saberem da divisão do espaço que estava sendo realizada no Campo da Cidade, os devotos de São Domingos “solicitaram [à] Câmara da Cidade que lhes concedesse, de esmola, livre de foro, uma data de terras no Campo da Cidade, onde pudessem levantar capela e ter o seu cemitério” (COARACY, 1988, p. 72).

O pedido foi atendido. A primeira igreja do Campo da Cidade foi construída por iniciativa e proventos dos membros da Irmandade. O local em que estava inserida se destacou dentro do grande Campo, passando a se chamar Campo de São Domingos. A igreja, além de ter a “marca da cor” era identificada como local de “refúgio para negros fugidos, soldados desertores, pessoas vadias e criminosas de todo o tipo” (COARACY, 1988, p. 246). De acordo com Bicalho (2003), a capela seguiu, por alguns anos, como uma das únicas construções do Campo da Cidade (BICALHO, 2003).

Após a construção da Igreja de São Domingos, outros grupos devocionais igualmente compostos por escravos, pretos e crioulos transferiram suas imagens para o interior dela – fosse por opção ou por terem sido alijados dos espaços destinados aos

brancos e senhores. Assim se deu com a Irmandade de Sant'Ana que passou a ocupar um dos altares da igreja de São Domingos. Contudo, a rivalidade e disputas entre as duas irmandades ocasionou uma cisão entre os dois grupos. O ápice da rivalidade foi a expulsão dos “filhos de Santana” pelos anfitriões. Dessa forma, por volta de 1735, em outra margem do Campo da Cidade, foi construída uma pequena igreja dedicada a Sant'Anna em terreno cedido pelo arcediogo da Sé, Antônio Pereira da Cunha (– 1759).

Coaracy (1988) aponta que, como a confraria de Santana não havia recursos para erigir um templo com materiais que pudessem resistir às intempéries do clima e do tempo, “ao fim de quarenta anos [a igreja] necessitava de radicais reformas”. Então, “o brigadeiro, Vicente de Velasco Molina, grande devoto de Sant'Ana (...) reconstruiu a igreja, dando-lhe mais vastas proporções e mais atraente aspecto” (COARACY, 1988, p. 146).

Ainda, segundo apontamentos feito por Segawa (1996), havia uma terceira capela no espaço do Campo da Cidade, próxima a Igreja de Santana, que era dedicada a Nossa Senhora do Rosário. Esta, por sua vez, pouco se conhece, mas que, de acordo o autor, a capelinha estava localizada ao fundo do “Império do Divino Espírito Santo”² (SEGAWA, 1996).

Com o passar do tempo, aquela região do Campo da Cidade que abrigava a igreja de Santana tornou-se homônima. Por algumas décadas o amplo Campo ficou dividido em dois: de um lado, o Campo de São Domingos, que foi reduzindo de tamanho com o passar das décadas em vista do processo de ocupação do espaço por moradias, e do outro, o Campo de Santana, que teve seu tamanho demarcado e mantido.

Entre as atividades exercidas pelas irmandades, os festejos realizados em louvor aos santos de devoção ocupavam lugar de destaque. Abreu (1994) salienta que as festas realizadas em louvor a Santana e ao Divino Espírito Santo tornaram o Campo da Cidade um dos lugares mais concorridos da sociedade colonial nas épocas de festejo. As duas festas, em especial a do Divino, marcavam o calendário e a vida social da pequena Vila de São Sebastião (ABREU, 1994).

Diante da Igreja de Santana estava instalado o “Império do Espírito Santo”, construído em “pedra e cal” pela irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Lá acontecia parte dos festejos em honra ao Divino “que se prolongavam por uma semana ou mais (...) numa mescla de diversões profanas, nas barraquinhas numerosas, com as

2 Construção tipo coreto onde ficava o trono do Imperador do Divino.

cerimônias e rituais celebrados na capelinha” (COARACY, 1988, p. 149). Segundo a descrição do festejo pelo mesmo autor:

No terreno em frente ao Império fartamente ornado com iluminação de copinhos, desenvolviam-se os festejos populares: congadas, lutas de mouros e cristãos, danças e folguedos, leilões de prendas, arrematando a noitada a infalível queima de fogos de artifício. Em redor da área reservada à folgança, delimitando-a, estendiam-se as barraquinhas (...). Nelas vendiam-se doces, manjares, refrescos; noutras, fritava-se fígado ou peixe; (...). Confusão, barulho e alegria. [Neste cenário] Os próprios vice-reis, cercados pelas altas personalidades, atravessavam a turba para visitar o Império. Das festividades que, no decurso do ano, quebravam a longos intervalos a monotonia da vida quotidiana, as do Espírito Santo figuravam entre as de maior popularidade e frequência, atraindo e misturando todas as camadas sociais (COARACY, 1988, p. 150).

Segundo Abreu (1994), entre as duas maiores irmandades de devoção ao Divino existentes, a “mais rica era a da Lapa, mas a festa mais concorrida era a do Campo” (ABREU, 1994, p.192). Importante considerar que essas não eram as únicas igrejas voltadas para as devoções de Santana e Nossa Senhora do Rosário do Rio de Janeiro nesse período. Outras festividades aconteciam concomitantemente e havia uma disputa entre as irmandades na organização dos festejos.

Por sua vez, com a chegada e instalação da Família Real e dos súditos vindos de além-mar, a vida e o cotidiano no Rio de Janeiro passou por intenso processo de transformação, tanto nas características físicas quanto nas relações sociais e na interferência dos hábitos culturais da população. A transferência da Metrópole para a Colônia exigiu a criação de inúmeras instituições necessárias para o estabelecimento da Corte Portuguesa.

Nesse mesmo contexto, o Campo da Cidade não fugiu à regra. Com a redivisão territorial do Campo para a demarcação de outros terrenos, novos logradouros foram criados. No amplo espaço periférico, iniciou-se um longo processo de reestruturação e ressignificação dos usos sociais, empreendidos pelo governo real, sobre os que ali haviam sido estabelecidos até então.

A primeira proposta de “melhoramento” do aspecto físico da região foi realizada por D. José Luis de Castro (1744-1819) em cumprimento de mandado régio de 1810. Em vista das características do grande campo, acidentado e em alguns pontos alagados,

foram feitas planificações e aterramentos de forma que possibilitasse a ocupação da região.

No detalhe da representação cartográfica abaixo, cujo mapa produzido em 1808, impresso em 1812 e publicado pelo Recenseamento de 1920, é possível identificar a expansão da malha urbana bem como o espaço que as construções ocuparam. Como limite do primário do perímetro urbano, até o final da primeira metade do século XVIII, estava a antiga Rua da Vala (traçado vermelho), que por sua vez, já havia sido, expandido, porém não de forma densa e sistemática. O amplo espaço que compreendia o Campo da Cidade (ressaltado na figura 1 pelo traçado amarelo) já havia sido consideravelmente ocupado por diferentes tipos de construções (habitações, igrejas, comércio, etc.). O Campo de São Domingos (delimitado pelo traçado verde) ficou reduzido a um pequeno largo diante da igreja da mesma invocação e com o tempo foi “engolido” pela cidade, especificamente, através da abertura da avenida Presidente Vargas em 1942 (SANTOS, 2013).

Por fim, o espaço, delimitado pelo traçado azul, passou a ser nomeado como Campo de Santana em virtude da igreja que estava localizada na ponta esquerda, na parte inferior, da área demarcada no mapa.



Figura 1: Detalhe do mapa da cidade do Rio de Janeiro, 1812 (fonte: Recenseamento do Brasil, 1920, p. XII)

O amplo espaço do Campo de Santana não foi ocupado por ser considerado, pelo Governo Real e pelo poder militar, como um local de excelência para a realização das manobras militares. Desta forma, em 1811, iniciou-se a construção do quartel geral do Exército, no Campo de Santana, utilizando de extenso território defronte à Igreja, no local do antigo Império do Divino e duma capelinha, que foram demolidos para tal feito.

O derrube não foi um processo livre de embates. Disputas e enfrentamentos foram efetuados, principalmente, manifestados pela Irmandade do Espírito Santo que era proprietária de parte do terreno aonde fora construído o quartel geral. Após diversas recusas às propostas feitas pelo governo em transferir o pequeno templo e o Império para outra área, a Irmandade foi desapropriada do terreno após esse ser compreendido como de “utilidade pública”. De acordo com Abreu (1994), esse pode ter sido um dos motivos para o esmorecimento dos festejos do Divino na vida da cidade (ABREU, 1994).

De modo a compreender as transformações urbanas que ocorreram nesse período, lançamos mão do uso de algumas representações artísticas feita por viajantes da época, tanto por pinturas como fotografias. Sabemos que essas produções são representações realizadas e idealizadas a partir de referenciais e da leitura do espaço pelo artista.

O optar pela análise de fontes iconográficas da região de Santana se deu por consideramos o material como documentos portadores de narrativas. Compreendemos que tal corpo documental não deve ser usado como fator ilustrativo ou afirmativo de determinada hipótese, mas, comungando com as considerações apresentadas por Abdala (2011) e Kossoy (2012) que ele seja compreendido como possibilidade de construção do conhecimento histórico. Consideramos este material como uma possibilidade para a análise da ocupação, tanto pelo poder público e militar, quanto pela população, dessa região da cidade.



Figura 2: Campo de Santana. Franz Josef Frühbeck – 1818 (fonte: FERREZ, 1960, s/p)

A partir da imagem acima é possível visualizar alguns elementos que foram incorporados ao espaço após a instalação da família real na cidade, tanto no interior quanto no entorno imediato do Campo de Santana. Na imagem de autoria do viajante Franz Josef Frühbeck (1795-?), em 1818, vemos, no primeiro plano, uma residência em destaque, à sua frente uma área ajardinada e cercada. No seu interior há algumas árvores plantadas de forma organizada, ladeando os caminhos de acesso ao centro do espaço. Ainda no primeiro plano há o registro de uma carruagem e homens vestidos à moda europeia. Estes podem ser estrangeiros ou então brasileiros representados a partir das referências do pintor.

Pelos relatos de Santos (1944) e Coaracy (1988), podemos ter como hipótese que a construção em destaque no primeiro plano refere-se à casa do Intendente Geral da Polícia, o desembargador Paulo Fernandes Vianna³. O jardim inserido num espaço tomado como parte de sua propriedade correspondia a um novo passeio público destinado a atender uma determinação dada pelo Príncipe Regente, a fim de oportunizar espaço de lazer à população local. Esta intervenção deveria compreender em:

³ Data natalícia e de falecimento foram ignoradas.

... um jardim muito ameno, e delicioso, digno de frequência do público, e um local assaz próprio para nele **se darem festas reais** na ocasião dos grandes acontecimentos, que interessam à nação, não só por estar situado no centro da cidade, como também pelo desafogo do espaçoso Campo de Santana... (SEGAWA, 1991, p. 158. Nossos grifos).

Assim, conforme a descrição do uso do espaço realizado, podemos supor que o público em questão era composto por convidados. A existência de uma cerca no entorno ao terreno também favorece a interpretação de que a entrada e saída eram controladas, deste modo a entrada poderia ser realizada por convite ou ainda em acordo com os dias e horários prevista para a realização dos passeios.

De acordo com Santos (1944), para além do uso destinado à realização dos festejos reais, o arvoredo do Passeio composto de cajueiros e amoreiras, tinha o intuito de produzir sombra e frescor durante as tardes quentes e, ainda, para a última espécie de árvore tinha como objetivo o cultivo do bicho-da-seda (SANTOS, 1944). Sobre este assunto, segundo Coaracy (1988), ele foi solicitado por D. João VI em vistas de tornar o Brasil produtor para a indústria da seda, já que a condição do clima e das terras se mostravam propícios à sua cultura (COARACY, 1988).

No entanto, este passeio não teve longa trajetória. Segundo Garcia Junior (1939), em 1821 o Príncipe Regente D. Pedro I ordenou que ele fosse desmontado. O espaço do Campo de Santana, sendo público, não poderia ser ocupado para fins particulares. Além disso, considerou que o local aonde fora estabelecido o jardim era passagem dos viajantes que iam para o Engenho Velho e São Cristóvão, o já citado “Caminho do Capuerçu”.

Retomando a imagem em questão, no segundo plano, ao centro, percebe-se o andamento da montagem de estrutura em formato de pavilhão. Essa construção, segundo indicações de Segawa (1996) e Santos (1944), refere-se à localidade aonde foram realizados os festejos de comemoração da Aclamação de D. João IV como “novo Rei de Portugal, Brasil e Algarves” e do casamento entre D. Pedro I e a princesa Leopoldina (SEGAWA, 1996, p. 159). No mesmo lugar, remodelado, em 1822, foi palco dos festejos de aclamação de Dom Pedro como Imperador do Brasil. A partir deste ano o Campo de Santana teve seu nome alterado passando a se chamar “Campo da Aclamação”.

O prédio construído para a celebração dos festejos oficiais passou a ocupar o local dos festejos populares. O Império do Divino foi substituído pela Praça de Curros

circundada por um amplo anfiteatro, destinada a acomodar os convidados nas cerimônias oficiais promovidas pelo Governo (COARACY, 1988). Como efeito, verifica-se a conversão da vocação do espaço outrora destinado para os festejos da população, tanto religiosos quanto profanos, em local privilegiado de celebração dos grandes feitos do Estado.

Em último plano está registrada a antiga igreja de Santana, ao lado esquerdo da imagem. Ao centro, o quartel militar da cidade em construção. No entorno do Campo de Santana já há quantidade considerável de prédios de fins particulares e também locais das associações, tanto religiosas quanto de cunho literário e científico.

A partir dos elementos apresentados verifica-se a expansão da malha urbana por meio da qual o Campo de Santana tornou-se o centro da cidade e, ainda, palco das comemorações oficiais e local de diversas moradias. No entanto, a posse deste lugar pelo poder real não impediu a continuidade das manifestações populares no Campo de Santana e nem a utilização deste espaço como local de trabalho e lazer.

De fato, os conflitos entre os novos moradores e a população negra e escrava, que já utilizava este espaço, tornou-se uma realidade constante na vida da cidade. O Campo de Santana foi paulatinamente transformado no coração administrativo da nação e a ser considerado espaço nobre da cidade. Em 1814, através de alvará régio, a região do Campo foi desmembrada da Freguesia de Santa Rita, passando a ser identificada como Freguesia de Santana e a Igreja homônima elevada à Paróquia.

Em referência aos conflitos existentes, Abreu (1994) aponta para a questão das festividades religiosas e profanas que foram limitadas, num primeiro momento, e, por fim proibidas, após a remodelação do Campo de Santana pelo projeto Glaziou, na década de 1870. Segundo a autora, as primeiras interferências nos festejos promovidos pelas irmandades se deram pelo clero que tinha como objetivo a romanização das práticas religiosas na cidade. Para tal, fazia-se necessário eliminar os elementos festivos incorporados a partir da cultura trazida da África e a dimensão profana das celebrações de louvor aos santos de devoção (ABREU, 1994).

Além deste fator, os paladinos dos preceitos científicos, estabelecidos na cidade de forma mais sistemática com a chegada da Família Real, haviam encontrado nos hábitos e práticas culturais da população “um prato cheio” para colocar em prática as ações orientadas por seus princípios. Segundo Abreu (1994):

...algumas autoridades policiais e municipais condenaram as festas nas ruas, com suas barracas e diversões, por serem locais de jogos e vagabundagem; os médicos passaram a considerar as festividades religiosas como bárbaras, vulgares e ameaçadoras da “família higiênica” (ABREU, 1994, p. 185).

Por volta de 1830, de acordo com a autora, os batuques passaram a ser cerceados. Até o final do século, as procissões diminuíram, tanto em quantidade como também na duração. “As tradicionais festas perderam popularidade, e a do Divino Espírito Santo transformou-se numa festa de paróquia” (ABREU, 1994, p. 185).

Além da questão de eliminação dos hábitos da população escrava, que eram praticados no coração da Corte, havia o constante medo do estopim de revoltas e motins “devido grande concentração de cativos e libertos em volta das igrejas com seus folguedos e danças” (ALBUQUERQUE, FRAGA FILHO, 2006, p. 112).

A partir da década de 1850, a região veio a sofrer grandes intervenções do poder público. A Igreja de Santana foi demolida para a construção da estação da Estrada de Ferro D. Pedro II. Assim, os festejos em louvor à Santana foram transferidos para o antigo Largo do Pequeno Rossio, nas proximidades da atual Praça Onze. Contudo, mesmo em proximidade ao Campo, houve um forte impacto nas práticas de celebração que não apresentava mais o mesmo brilhantismo que havia na antiga Igreja. O que antes durava em média um mês, limitou-se a três dias.

Além do deslocamento da irmandade para outra área da cidade, o cerceamento empreendido pela polícia e o impedimento da realização de festejos populares na região central da cidade podem ser entendidos como meios para uma nova significação do lugar, a partir da tentativa de inserção de novos modos e novos usos sociais do local. O que antes era utilizado pela população, a partir de suas experiências e organização, passou a ser local privilegiado do Governo, onde ali, com o passar das décadas, inseriu diversos prédios da administração pública e tornou-se palco das solenidades oficiais.

No entanto, tais ações que limitaram o uso do espaço não devem ser vistas, nem compreendidas como “fim de linha”. Jeitos e manejos para a superação dos impedimentos foram realizados pela população de distintas formas. O enfrentamento da lei foi realizado.

Segundo Abreu (1994), mesmo que o espaço do Campo não estivesse mais disponível para o exercício das práticas culturais populares, estratégias para a sua manutenção foram criadas, através do acionamento da rede de sociabilidade entre os

simpatizantes das manifestações ou dos que, de alguma forma se identificavam com a prática. Dessa forma, alguns batuques continuaram sendo realizados em casas e terrenos nas imediações do Campo (ABREU, 1994).

Além dos encontros festivos e religiosos, o Campo de Santana era espaço de grande movimentação: a porta de entrada e saída entre a capital da Corte e as regiões de interior, era local de trabalho de livres e escravos e ainda utilizado como local de pasto para animais. Tais características podem ser encontradas na figura abaixo produzida por Thomas Ender⁴ (1793-1875).



Figura 3: Campo e Igreja de Santana. Thomas Ender, 1817 (fonte: FERREZ, 1976, p. 131).

Pelo artifício de recorte da imagem para esmiuçar o retratado, destacamos três planos que julgamos convenientes para análise:

4 A partir 1808, a presença de estudiosos, artistas e cientistas na cidade do Rio de Janeiro tornou-se comum. As viagens, reconhecidas como missões artísticas e científicas, tinham eram financiadas o por governos europeus ou mecenas. Seu objetivo era registrar, retratar, estudar e catalogar as “coisas da terra” e as “coisas do povo” que aqui viviam. A exuberância da paisagem, composta pela fauna, flora, cultura e os modos de vida estabelecidos na colônia, era o principal atrativo dos viajantes. Dentre os integrantes da comitiva da princesa Leopoldina, em 1817, havia um grupo de artistas e cientistas austro-alemães que realizaram uma extensa catalogação da fauna e flora do país. Dentre a produção, destacamos o registro do Campo de Santana produzido por Thomas Ender (1793-1875).



Figura 4: Detalhe da pintura "Igreja e Campo de Santana". Thomas Ender, 1817 (fonte: FERREZ, 1976, p. 131)

No primeiro plano, dois pequenos agrupamentos de pessoas se destacam. Ao lado esquerdo visualizamos um grupo composto por três mulheres negras que carregam sobre suas cabeças algum tipo de material não identificado. Além disso, uma delas, a da extremidade, leva consigo uma criança, também negra, nas costas. Ao lado das mulheres há dois cavalos e três homens, dos quais, o negro, está sentado no solo e os outros dois, brancos, estabelecem algum diálogo. Pela posição e vestimenta podemos ter como hipótese que o da esquerda, com chapéu de abas largas é o proprietário do negro ao chão e o da direita, membro da armada.



Figura 5: Detalhe da pintura "Igreja e Campo de Santana". Thomas Ender, 1817 (fonte: FERREZ, 1976, p. 131)

Em continuidade, temos a representação do antigo chafariz, e um tanque que foi construído após a chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro. O chafariz, inaugurado em 1818 “em pedra lavrada”, servia “para saciar tão numeroso povo” que

habitava no entorno. Para a alimentação do chafariz, foram utilizadas águas de mananciais da Tijuca e do rio Maracanã, através de obras de canalização. O primeiro chafariz, anterior ao de cantaria retratado na imagem, fora construído através da iniciativa de Paulo Fernandes Viana no mesmo local, no final do século XVIII (SEGAWA, 1996, p. 157). Em complementação, Coaracy (1988) considerou que o tanque do chafariz era “muito frequentado por mulheres de humilde condição e de todas as cores, que ali iam lavar roupas, aproveitando o descampado batido de sol para corar e secar” (COARACY, 1988, p. 165).

Para além do consumo da água, o local era utilizado por negras e escravas para a lavagem de roupas que se dirigiam para o local “trazendo toalhas ou largos chapéus de palha barata” em suas cabeças, sugerindo assim o batismo do local como “chafariz das lavadeiras” (SANTOS, 1944, p. 106). Tal descrição nos indica então para onde as personagens destacadas no primeiro plano da imagem estavam se dirigindo.

Em tempo, logo atrás do chafariz das lavadeiras, visualizamos um barracão onde há registro de negros/escravos em atividade. Contudo, como não localizamos informações a respeito de outras atividades de produção no Campo de Santana, podemos especular que este barracão poderia ser local para a preparação de café ou então da cultura de outros tipos de gêneros alimentícios produzidos pelas chácaras e fazendas da redondeza.



Figura 6: Detalhe da pintura "Igreja e Campo de Santana". Thomas Ender, 1817 (fonte: FERREZ, 1976, p. 131)

No último plano, podemos visualizar a antiga igreja de Santana com seu campanário que se destacava na paisagem, localizada no sopé do atual morro da Providência. Ao lado esquerdo, há um grupo de pessoas em momento de socialização,

logo à direita um homem montado a cavalo e, atrás deste, um grupo de burricos. Por fim, como nos diz Machado de Assis em trecho do seu “Conto de Escola”, o Campo de Santana era “um espaço rústico mais ou menos infinito, alastrado de lavadeiras, capim e burros soltos” (ASSIS, 1994, p. 59).

Após o desmantelamento do jardim de Vianna, diversas tentativas de arborização e criação de um lugar aprazível para o coração administrativo da nação foram lançadas à mão, porém todas sem grande sucesso. Como um dos motivos para o insucesso da empreitada, Santos (1944) aponta para as depredações feitas por meninos dos colégios, mendigos e escravos que destruíam as árvores e mudas plantadas no local. Um dos casos que se transformou em processo criminal foi o acontecido em 1835. Um grupo de capoeiras, negros e mulatos havia quebrado mais de vinte árvores e arrancado outras. Quando os infratores eram surpreendidos nos atos eram castigados (SANTOS, 1944, p. 110).

Deste modo, tendo em vista esse fato, tais depredações podem ser compreendidas como uma das possíveis medidas encontradas pela população que identificava o Campo de Santana como local de suas práticas sociais e religiosas. Tal questão pode ser problematizada a partir do conceito de “costume” desenvolvido por Thompson (2011). As alterações promovidas na região e a destituição do direito dos negros e escravos em utilizar o espaço, direito concedido em tempos anteriores, podem ser compreendidas como a destituição do direito herdado pelas gerações passadas e compreendido como tradição (THOMPSON, 2011).

Dando sequência aos projetos de intervenção e ocupação da região de Santana, a partir década de 1850, os debates referentes à remodelação do campo tornaram-se constantes. Tal fato estava associado ao crescimento populacional e ao aumento da produção de detritos, condição essa que literalmente sujava a imagem do centro da cidade imperial. O Campo passou a receber toda a sorte de lixos como nunca dantes:

a tal ponto sobe a immundice de detritos, materias fecaes e animaes mortos, que não raro onde esta se agglomera ousam populares mais avisados fixar bandeirolas pretas, como advertência ‘para que passem à distancia’, os que não queiram offender as suas sensíveis pituitárias (GARCIA JUNIOR, 1939, s/p).

Após inúmeras tentativas frustradas de ajardinamento do Campo de Santana, em 1869, o presidente da Câmara Municipal, Antônio Ferreira Viana⁵ (1833-1903), realizou chamada de editais e concorrência entre empresas nacionais e estrangeiras para a efetivação das obras. Das recebidas, foram selecionados cinco projetos que foram encaminhados para avaliação da Comissão de Vereadores, responsáveis pela aprovação das propostas.

Era esperado que os projetos apresentassem as seguintes características: houvesse o menor dispêndio para os cofres da municipalidade; houvesse prazo razoável para a entrega da obra; apresentasse toda a documentação necessária, inclusive plantas arquitetônicas dos prédios que seriam construídos no local. No entanto, dos cinco projetos encaminhados, somente um foi aceito, porém este não foi efetivado pelo motivo do não comparecimento para assinatura do termo de compromisso do proponente (SANTOS, 1944).

Dessa forma, após diversas tentativas fracassadas de transformação da área em duas décadas, foi aprovado em 1871, o “plano definitivo do ajardinamento do Campo da Aclamação”. O projeto de autoria de Francisco José Fialho (1814-?) e Auguste François Marie Glaziou⁶ (1833-1906) foi apresentado e defendido na Câmara Municipal da Corte pelo seu presidente, Ferreira Viana, o qual considerava a obra de ajardinamento como “uma das maiores aspirações de todos quantos se interessam pela cousa pública”. Para ele a importância do projeto estava, entre outras funções, em criar uma grande área de renovação dos ares, dotando “um pulmão” à capital do Império (SANTOS, 1944, p. 132).

A justificativa apresentada por Ferreira Viana para a indicação de Glaziou para a realização da obra, conforme podemos verificar no excerto retirado do Boletim da Câmara, se dava pela excelência do trabalho realizado no Passeio Público e ainda pelo

5 Desenvolto político, segundo Santos (1944), foi uma personagem importante para as transformações urbanas que seriam efetuadas na cidade do Rio. “Fundou escolas, contratou um serviço de limpeza pública e de remoção de lixo das habitações; regularizou o tráfego de veículos, abriu ruas e praças, mandou calçar vários logradouros, estabeleceu regras severas para a venda de gêneros alimentícios e o funcionamento dos mercados. Fundou o Necrotério, regulamentou a destruição dos que precisassem de obras ou fossem prejudiciais à segurança pública” (SANTOS, 1944, p. 131). Responsável pela fundação da Casa de São José em 1888, para abrigo e educação de meninos pobres. Em 1916, a instituição recebeu o nome de Instituto Ferreira Viana.

6 Auguste Glaziou nasceu em Lannion, na França, em 1833. Chegou ao Brasil aos 25 anos, em 1858, a convite do Imperador D. Pedro II para assumir o cargo de coordenador da Diretoria de Parques e Jardins da Casa Imperial no Rio de Janeiro, assinando o contrato em 1869. Deixou o Brasil em 1897 quando optou por voltar à França. Glaziou veio a falecer em 1906, na cidade de Bordeaux. Além da construção de diversos parques e jardins, contribuiu para o desenvolvimento da História Natural no Brasil, mais especificamente, na descoberta e catalogação de novas espécies da flora brasileira.

presidente da Câmara considerar não ter conhecimento nem indicação de outra pessoa para a realização da obra. Assim pontuou Viana não ter:

conhecimento de outro plano de decoração que lhe possa exceder em regularidade e beleza e nem consta que no país haja pessoa mais habilitada para esta espécie de trabalho do que seu autor. A prova dada no Passeio Publico, convenceu a todos os que de boa fé estudam os melhoramentos da cidade, da incomparável proficiência do Dr. Glaziou (...). Só ele oferece assim a planta geral, com todas as minuciosidades e obras anexas, ofereceu-nos o orçamento das obras, cujos planos conheceis (BOLETIM DA ILUSTRÍSSIMA CÂMARA, 1872, p. 23 *apud* SANTOS, 1944, p. 133).

Neste mesmo período de propostas e efetivação de melhoramentos urbanos na cidade imperial, alguns estudos históricos apontam que a cidade do Rio de Janeiro foi marcada por um intenso debate político e social no qual localizamos a intensificação do movimento abolicionista, a promulgação da Lei do Ventre Livre (1871) e a publicação do Manifesto Republicano (1870) (CARVALHO, 2003; LEMOS, 2013). Neste mesmo contexto, a questão da escolarização da população também se tornou elemento da pauta, atrelada, sobretudo, à ideia de fator propulsor para o progresso da Nação (GONDRA, SCHUELER, 2008).

Neste cenário de ressignificações simbólicas e dos usos do Campo de Santana como processo de conversão em núcleo urbano, as ações voltadas para a escolarização da população carioca também foram efetivadas.

Na busca por direcionamento e sistematização, tanto da formação docente quanto na oferta de ensino à população, podemos considerar a criação da primeira Escola Normal do Município da Corte em 1872 (ACCÁCIO, 2011; UEKANE, 2008). Como local escolhido para a construção do prédio, optou-se por inserir o “avanço pedagógico” defronte ao Campo da Aclamação, ao lado de outros prédios da administração pública. A formação para o exercício do magistério passou da legitimação dada pelo preparo pela prática para o modelo de formação escolar obtida em instituição específica e regulamentada pelo Estado.

1.2 - De Campo a um Parque/Jardim

A década de 1870 é apontada pela historiografia como um período de intensos debates políticos no país. A publicação do “Manifesto Republicano” (1870) expôs aos

“concidadãos” a ineficiência do governo Imperial na garantia dos interesses da pátria. As investidas discursivas dos simpatizantes da República tinham como objetivo disseminar os ideais contrários ao Regime, de modo a provocar o enfraquecimento e a ilegitimidade do governo imperial diante da população. Neste contexto, os problemas urbanos vivenciados na Capital do Império e a necessidade de ampliação da cidadania pelo acesso à escolarização foram argumentos encontrados para a legitimação do clamor de mudança do regime político governamental (MATTOS, 1989).

No ano de 1873, o Distrito de Santana entrou em um processo de modificação do seu aspecto físico, oportunizando o melhoramento físico de parte da região. Foram iniciadas as obras de reconfiguração do espaço do Campo da Aclamação, buscando dotar o principal núcleo urbano de condições percebidas como necessárias ao centro administrativo da Corte. As obras foram efetuadas e supervisionadas por Auguste Glaziou e seu filho (SANTOS, 1944). Segundo Coaracy (1988), José Fialho participou apenas das negociações políticas para a efetivação do projeto para o ajardinamento feito em parceria com Glaziou, porém, por motivo não esclarecido, deixou o encargo da empreitada nas mãos do paisagista francês (COARACY, 1988).

A criação de parques e jardins públicos pela cidade tomara ascensão entre o final do século XIX e início do século XX. Em seu estudo de doutoramento sobre as transformações das cidades do Rio de Janeiro e Buenos Aires no início do Novecentos, Silva (2006) considera que além do embelezamento que esses espaços dotariam à cidade, eles influiriam diretamente sobre a população. Seria possível introduzir os novos hábitos necessários para a vida na cidade. Ali, a população entraria em contato com os preceitos higiênicos, comportamentais, disciplinares e estéticos que iriam permitir complementar a formação do cidadão urbano (SILVA, 2009).

Com relação a questão de salubridade e higiene, o engenheiro Everardo Beckheuser⁷ pontuava o seguinte:

É incalculável o valor higiênico e moral dos jardins. (...) O oxigênio purificador que as folhas produzem, o refrigerio que ao nosso cáldo

7 Everardo Adolpho Beckheuser era engenheiro e estava inserido nas discussões políticas voltadas à questão das moradias para trabalhadores. Ocupou o cargo e função de secretário do prefeito na gestão do prefeito Serzedelo Correa. A localização de seu nome nos períodos anteriores, contemporâneos e posteriores à criação do Jardim de Infância permite-nos compreender a trajetória social de Beckheuser na vida da cidade, bem como a sua circulação em distintos cargos públicos inclusive na Instrução Pública carioca a partir da década de 1920. No contexto da inauguração do Jardim de Infância Campos Salles, em 1909, atuava como secretário do prefeito Serzedello Corrêa (MATTOS, 2008; MONÇÃO, 2014).

clima traz a leve umidade espalhada pelos repuxos, bem vale contra os problemáticos perigos do mosquito. Isso pelo lado higiênico. Pelo lado moral há a notar o valor de ter a família próximo à casa esse gratuito divertimento de um passeio à tarde, convidativo para o pai, que só assim não irá buscar na taverna ou longe do lar as alegrias necessárias ao seu espírito (BECKHEUSER, 1905, p. 9).

O projeto criado por Glaziou seguia os traços do projeto anterior elaborado para a reforma do Passeio Público da cidade. Um parque com estilo “romântico, com traçados sinuosos (...) sendo dotado de pequenas elevações e depressões gramadas, cercadas de árvores de copa largas” (RIO DE JANEIRO, 2012). O projeto previa a inserção de elementos decorativos e de imitação da natureza. A partir do *rocaille* foram criadas a gruta, rochas, pedras e troncos de árvores na construção das pontes, além da inserção de diversos elementos decorativos como repuxos, esculturas e fontes.

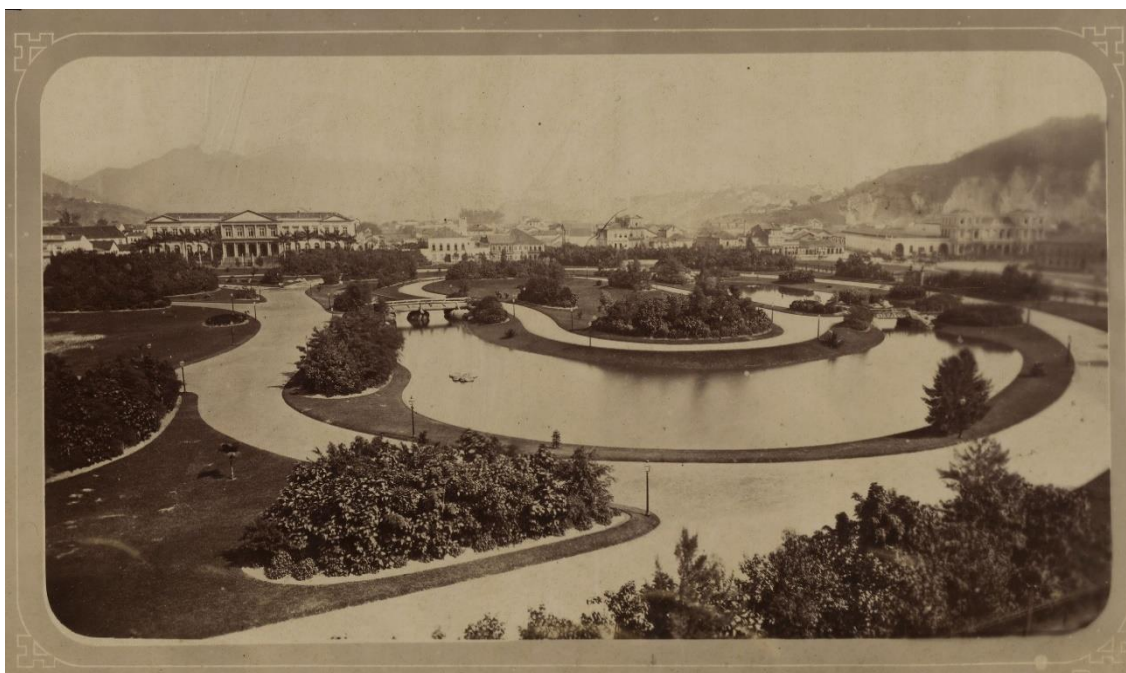


Figura 7: Aspecto do Jardim do Parque da Aclamação - 1880, Marc Ferrez (RIO DE JANEIRO, 2012, s/p)

Com as características apresentadas na imagem acima, tirada em 1880 pelo fotógrafo Marc Ferrez (1843-1923)⁸, as obras foram consumadas sete anos após o início

⁸ Filho do escultor francês que fazia parte da Missão Artística Francesa, foi aprendiz do renomado fotógrafo alemão Franz Keller, na Casa Leuzinger. Atuou como fotógrafo do Imperador em diversos momentos, sendo condecorado como “Cavaleiro da Ordem da Rosa”, em 1885, e como “Photographo da Marinha Imperial”. Dedicou-se à fotografia retratista e à de paisagens, esse último era o assunto que mais

do projeto de remodelação do Campo da Aclamação. O “Grande Jardim Nacional do Campo da Aclamação” foi inaugurado em sete de setembro de 1880 (SANTOS, 1944, p. 144). A solenidade de entrega do Jardim à cidade foi arquitetada e incluída na agenda dos diversos eventos de comemoração do “Sete de Setembro”. Na cerimônia estiveram presentes: “Sua Majestade o Imperador [...], [os] ministros do Império, da agricultura, da marinha e Dr. Glaziou” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 8/7/1880, n. 250, p. 1)

De acordo com a notícia publicada na *Gazeta de Notícias*, no dia seguinte à inauguração: “As ruas [do jardim] são vastíssimas, é tanto que ontem, em que a concorrência foi talvez cerca de 10 mil pessoas, andava-se perfeitamente à vontade” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 8/7/1880, n. 250, p. 1). Além do público ingressante convidado para participar da cerimônia de entrega, os prédios públicos ao redor da praça estavam enfeitados para a solenidade e em suas janelas também se aglomeravam espectadores (SANTOS, 1944).

De acordo com notícia veiculada pelo mesmo periódico, os “melhoramentos” efetuados na região teriam como os maiores beneficiados pelo projeto a grande população que não vivia em chácaras e que não podia viajar para as cidades de Petrópolis, Nova Friburgo e outras localidades mais amenas na temperatura e mais salubres do território fluminense.

Em reforço a ideia da implementação de novos hábitos, a notícia da *Gazeta* considerava que, além do jardim possibilitar passeios e amenizar o calor, seria a oportunidade de “incutir na nossa população hábitos mais higienicos e mais sociais” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1880, p. 1). Tal proposição sugere a circulação dos ideais higienistas voltados para a salubridade da cidade, em voga no período, e a intencionalidade da formação de novos hábitos na sociedade carioca, sobretudo aos moradores do seu entorno.

De forma, as novas características inseridas no local, antes periférico, chamaram a atenção, não somente dos moradores da cidade como também dos viajantes que por aqui passaram. É o caso do alemão Carl Von Koseritz (1830-1890) que passou pelo Rio de Janeiro em dois períodos, um antecessor às obras de reformulação e a última em anos seguintes à inauguração do Jardim:

lhe atraía. Na reforma empreendida pelo prefeito Pereira Passos, efetuou inúmeros cliques, possibilitando o registro histórico-iconográfico da cidade em transformação (VASQUEZ, 1990).

Conheci o Campo de Santana há 32 anos como um pântano enorme, onde se reuniam à noite todos os vagabundos do Rio e muitos milhões foram gastos para transformar aquele pântano num dos mais belos parques do mundo. (...) Pode-se ter uma ideia do tamanho deste jardim, que é cercado em toda a sua extensão por um muro de granito encimado por artísticas grades de ferro. Numerosos e largos caminhos, cobertos de areia fina, cruzam o parque; lindas árvores e moitas de arbustos das mais raras e belas qualidades se espalham pelos seus gramados; pequenos lagos e canais correm em todas as direções atravessados por pontes que fingem em pedra, troncos de árvores; lindas ilhas de pedra cobertas de vegetação exótica levantam-se no meio das águas; toêsões de bronze atiram para o ar repuxos cristalinos; cisnes cortam as águas; aqui e ali pedestais de pedra coroados com estátuas e grupos de figuras se mostram nas margens dos lagos e canais: - em uma palavra, tudo é belo e magnífico, mas o soberbo é este grande conjunto de pedra, de cujo cimo brota uma maravilhosa cachoeira que cai sobre um tanque de pedra, no qual nadam peixes dourados que vivem na maior camaradagem com jovens marrecos. Por uma estreita passagem chega-se à entrada de uma grande caverna, que toma todo o interior do rochedo, rebrilhante de lindos cristais, enquanto descem do teto enormes estalactites. É belo o interior desta caverna sobre a qual se lança a cachoeira e o conjunto causa realmente uma grandiosa impressão (SEGAWA, 1996, p. 124-5 *apud* KOSERITZ, 1972).

Além de o Grande Jardim contar com uma variedade de espécies vegetais trazidas do interior do país por Glaziou, em suas viagens científicas, foi inserida no espaço uma grande quantidade de animais que viviam soltos. Havia: “veados, cutias, serelepes, pavões, cisnes, [e] irerês”. Destes, as cutias tornaram-se um dos seus símbolos. Para se evitar a fuga dos animais e como forma de manter a vigilância do espaço, regulando as práticas e usos que a população poderia realizar no interior do local, estavam os gradis e “portões monumentais, nas quatro faces, que davam-lhe acesso” (COARACY, 1988, p. 184).

Segundo Garcia Junior (1939), as obras não estariam limitadas para a transformação do Campo da Aclamação em um Jardim, o seu entorno também iria sofrer alteração, de modo que o espaço pudesse ser integrado com a vizinhança. Contudo, o valor disponibilizado para as obras teve a redução de 400:000\$000 do que foi previsto ao projeto do paisagista. Fato que não permitiu as obras de remodelação do entorno (GARCIA JUNIOR, 1939).

Em 1889, o Jardim do Parque da Aclamação tornou-se o palco da Proclamação da República. O grito, segundo as narrativas históricas, foi proclamado por um ilustre morador, vizinho ao espaço, Marechal Hermes da Fonseca. Após o evento de destituição

do poder monárquico, o grande jardim passou a ser denominado como “Parque da Praça da República”.

Por fim, a inquestionável monumentalidade da obra realizada em uma das regiões com maior densidade demográfica no período não conseguiu abranger a complexidade presente no seu emaranhado urbano. A fotografia (FIGURA 8) tomada do morro da Providência, por volta de 1890, revela que o grande jardim tomou outro aspecto. Transformou-se em uma ilha em meio ao mar de construções que inundava a planície carioca⁹ (CHALHOUB, 2012; MATTOS, 2008; 2011).

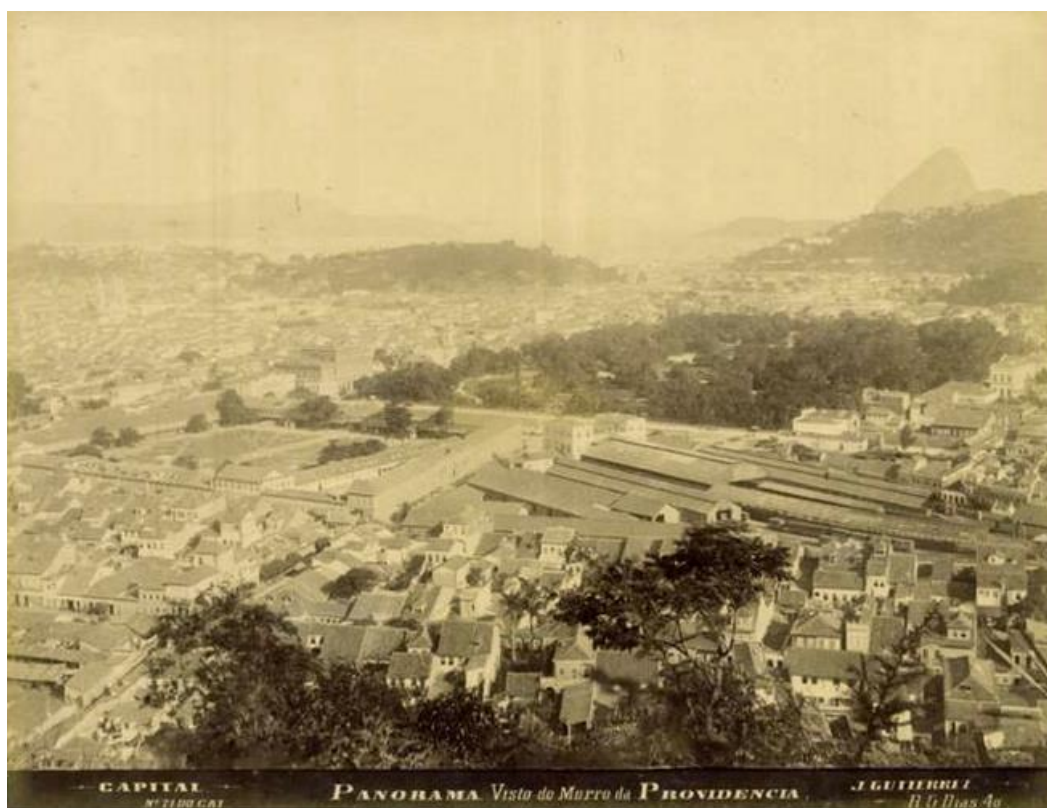


Figura 8: Panorama vista do morro da Providência. c. 1890, Juan Gutierrez (fonte: Álbum Recordações das Festas Nacionais, 1894, s/p. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/TH_christina/icon37769/gallery/index.htm>)

9 Fotografia tomada do Morro da Providência por Juan Gutierrez (1859-1897). Gutierrez chegou à cidade do Rio de Janeiro por volta de 1880, onde estabeleceu sua oficina. Por reconhecimento de seu trabalho, recebeu do Governo o título de “Photógrapho da Casa Imperial” em agosto de 1889, contudo não teve a oportunidade de usufruir do mesmo em vista da mudança de regime do governo nos meses que se seguiram. No período republicano atuou no registro imagético da Revolta Armada, tendo como foco de seu trabalho a destruição que os ataques das bombas ocasionaram na cidade. Além da produção referente à temática bélica, Gutierrez realizou registro do Jardim Botânico, eventos cívicos na cidade, do cotidiano e imagens da cidade carioca. Gutierrez faleceu no sertão baiano durante conflito da revolta de Canudos (VASQUEZ, 1990).

1.3 - O complexo emaranhado social do Distrito de Santana

A obra de reconfiguração do antigo Campo da Aclamação em um parque planejado para a inserção de novos hábitos na vida da cidade pode ser compreendida como o início do processo de urbanização do Rio de Janeiro que foi intensificado na primeira década do século XX. Os usos e significados que a população havia dado ao local sofreram alterações em virtude do projeto de modernização que estava em implementação na cidade. O primitivo Campo, tornou-se, por fim, espaço central da administração pública, em um “quarteirão da civilidade”¹⁰.

Mesmo tendo inserido em sua região um parque dotado das mais “lindas árvores e moitas de arbustos das mais raras e belas qualidades”, e ser o local central da vida política da Nação, o cotidiano não estava imune aos problemas de uma cidade em acelerado crescimento urbano (SEGAWA apud KOSERITZ, 1972, p. 124). “Não muito longe dali, nas ruas vizinhas (...) estava a zona do ‘baixo meretrício’ e dos teatros cariocas” (ARANTES, 2009, p. 113). Além dessas características, o perímetro urbano, no decorrer de seu processo de ocupação, teve como vocação ser local de moradia dos trabalhadores, devido à proximidade com a região portuária e ainda às casas de comércio e às ofertas de trabalho.

Tais aspectos foram intensificados pelo plano de remodelação da estrutura urbana efetivada na cidade pela gestão do prefeito Pereira Passos (1836-1913), na regência presidencial de Rodrigues Alves (1848-1919). Dentre os inúmeros problemas apontados por diversos atores sociais no período, como a desordem na trama urbana, a insalubridade e as constantes epidemias, o projeto tinha como objetivo dotar a cidade do Rio com aspectos dignos de uma capital republicana e concomitantemente inseri-la na “lista” das principais cidades modernas (SILVA, 2013; SANGLARD, 2013).

Iniciada a execução do plano de reforma, as obras se direcionaram “para o sul, a Beira Mar, saindo do final da grande avenida e indo até a enseada de Botafogo; nas proximidades do Centro, as ruas Mem de Sá e Salvador de Sá e, no *core*, um trecho da avenida Pereira Passos” (SILVA, 2013, p. 215). Avenidas foram abertas, ruas alargadas e novos prédios destinados ao embelezamento dessa parte da cidade foram construídos.

10 Por este termo compreendemos a presença de inúmeros prédios oficiais destinados a serem sede de Ministérios e órgãos públicos como a Prefeitura Municipal, o Senado Federal, o quartel Militar, a Escola Normal da Capital, a Casa da Moeda e outros.

Seguindo os preceitos higiênicos, cortiços e demais tipos de habitações coletivas foram derrubados. Para tal, o argumento utilizado era a falta de asseio e que, pelo acúmulo de pessoas residindo em espaço com limitação de iluminação e circulação do ar, estariam propensas às pestes e moléstias. Morros foram desmanchados a fim de permitir a circulação do ar pela cidade e seus escombros foram utilizados para o aterro de charcos e pântanos pela cidade, já que os mesmos eram compreendidos como fonte dos miasmas.

Dessa forma, do título “Cidade da Morte”, o Rio de Janeiro, livre dos fantasmas da epidemia, em 1908, foi apelidada pelo escritor Coelho Neto como “Cidade Maravilhosa”, título que permanece até os dias atuais e, imortalizada pela melodia e letra da marchinha de Carnaval (MELLO, 2007). Contudo, como apontado por Chalhoub (2012, p. 23), “se estes foram tempos eufóricos para uns, foram tempos difíceis para outros”.

A execução da reforma Passos, temporalmente não foi longa, porém ocasionou profundas mudanças na vida da cidade. A população que vivia nos distritos da Candelária e do Sacramento foi intensamente atingida, sendo obrigada a transferir suas moradias para outras regiões da cidade. O movimento imigratório entre os Distritos da cidade contribuiu para o aumento populacional tanto nos distritos urbanos como nos suburbanos. Dentre os Distritos urbanos que registraram o aumento do número dos seus habitantes desse período, encontram-se o Espírito Santo e Santana.

A partir do trabalho de Marques (2013), podemos perceber a situação da composição populacional da cidade do Rio de Janeiro com base nos recenseamentos de 1890 e 1906 (TABELA 1). É possível perceber um inchaço ocorrido em alguns dos distritos da região central da cidade, como Santana, Santa Rita e Santo Antônio. A proximidade desses distritos com os locais de trabalho é apontada pela historiografia como um dos fatores para a permanência da população região, porém não se deve desconsiderar a oferta de instrução, tanto pública quanto particular, como também fator de atração para seus moradores.

Tabela 1: Recenseamento do Rio de Janeiro (fonte: Recenseamento do Rio de Janeiro, 1907, p. 23 apud Marques, 2013).

TABELA I						
Panorama do trânsito populacional nas Freguesias/Distritos urbanos do Rio de Janeiro (1890 e 1906)						
Freguesias	População				Diferença no período	
	Em 1890	%	Em 1906	%	Absoluta	%
Candelária	9.701	1,86	4.454	0,55	-5.247	-54,09
S. José	40.014	7,66	44.878	5,53	4.864	12,16
Santa Rita	43.805	8,38	45.929	5,66	2.124	4,85
Sacramento	30.663	5,87	24.612	3,03	-6.051	-19,73
Sant'Anna ¹¹	67.533	12,92	79.315	9,77	11.782	17,45
Santo Antônio	37.660	7,21	42.009	5,18	4.349	11,55
Espírito Santo	31.389	6,01	59.117	7,29	27.728	88,34

A partir dos dados apresentados na tabela 1, verifica-se para 1906, período final da grande reforma Passos, a significativa queda de 54,09% da população que habitava o Distrito da Candelária. Já no Distrito do Sacramento, esse índice foi de 19,73%, menor que o anterior, porém considerável. Em contraposição, o Distrito de Santana apresentou o aumento de 17,45% na sua população e o do Espírito Santo, 88,34%! O aumento populacional, por sua vez, não fora registrado apenas nos dois últimos distritos citados. Outros distritos da região central¹² incorporaram os desabrigados e ainda os da zona suburbana, não contemplados na análise.

Assim, em 1906, de acordo com o censo municipal, Santana alcançou a marca de 79.315 habitantes, colocando-se como o segundo Distrito mais populoso da zona urbana, que era composta por 13 distritos (MIYASAKA, 2013). Como hipótese para a compreensão do acréscimo dos índices populacionais nos distritos, reconhecemos a proximidade com a região portuária e a região central, onde estavam as maiores ofertas de emprego e escolas. Ainda, seguindo o pensamento de Silva (2013), a “pequena

11 Em 1890, Santana e Gamboa eram contabilizados como o mesmo Distrito.

12 Candelária, Santa Rita, Santo Antônio, São José, Santana, Espírito Santo e Gamboa, esse último reconhecido pelo recenseamento de 1906.

África”¹³ não estava sob o foco massivo da atenção do projeto modernizador da administração Passos.

Além dos moradores de Santana, há de se considerar os transeuntes. Os que vinham da Tijuca e São Cristóvão passavam obrigatoriamente pelo Distrito. Os que vinham dos subúrbios por meio da estrada de ferro desembocavam ali, numa das bordas do Praça/Jardim da República. A proximidade com a região portuária permitia um intenso fluxo de “homens do cais num ir e vir constante”, e de outros trabalhadores, que circulavam em busca de prazer e diversão, seja na “zona de baixo meretrício” ou pelos botequins (ARANTES, 2009, p. 113). Tais elementos tornavam o Distrito mais populoso e conflituoso da cidade.

A proximidade com a sede do governo Federal e Municipal oportunizava uma maior atuação das forças repressoras de comportamentos que poderiam ferir a ordem pública. Ali, trabalhadores, homens e mulheres, nacionais e estrangeiros, eram facilmente classificados – nos seus períodos de ociosidade e lazer - pela polícia da capital como embriagados, vagabundos e vagabundas (GARZONI, 2009), malandros, capoeiras, vadios (ARANTES, 2009), entre outros.

Segundo Arantes (2009), a partir do período republicano, mais especificamente após o vigor do Código Penal (1890) desse regime, inúmeros trabalhadores foram encaminhados às delegacias e às casas de detenção sob a alegação de comprometeram a ordem pública. Tais personagens foram localizados por pesquisas que se dedicaram às análises histórico-social da trama carioca, a partir dos registros criminais¹⁴ (ARANTES, 2009).

Embora a análise pormenorizada da questão do “trabalho” na conjuntura social e política no Rio de Janeiro entre os séculos XIX e XX não seja o objetivo deste trabalho, consideramos necessário apontar alguns aspectos para o desdobramento das discussões que serão travadas posteriormente. Tal questão toma força a partir do 13 de maio de 1888. Não havendo mais a possibilidade do uso da mão de obra escrava, o sujeito deveria se tornar trabalhador e oferecer sua força de trabalho. O novo formato previa,

13 De acordo com Silva (2013), a região designada como *Pequena África* compreendia os Distritos de Santa Rita, Santo Antônio, Espírito Santo e principalmente o Distrito de Santana, no qual a grande concentração populacional era composta por negros brasileiros e africanos. Com a abertura da cidade ao processo migratório de trabalhadores, passaram a compor os quadros estatísticos portugueses, espanhóis, italianos, ciganos, e gente de outras origens.

14 Por essa questão ser ampla e complexa, não compreendendo o objetivo deste trabalho, indicamos para o aprofundamento da temática as produções: Santos (2013), Chalhoub (2012), Arantes (2009), Cunha (2009), Garzoni (2009).

então, a criação de valores e éticas que pudessem favorecer a implementação da ideia de modernidade no Brasil¹⁵ (CHALHOUB, 2012, p. 65).

A construção de um novo conceito sobre o trabalho tornou-se alvo de acaloradas discussões entre os políticos. “Era necessário que o conceito de trabalho ganhasse uma valorização positiva, articulando-se então com conceitos (...) de ‘ordem’ e ‘progresso’ para impulsionar o país no sentido no ‘novo’, da ‘civilização’” (CHALHOUB, 2012, p. 48, grifos no original).

Em vista dessas discussões levantadas tornou-se ponto de atuação transformar a escola em espaço e lugar para o desenvolvimento do:

(...) hábito do trabalho como meio para a superação do estado natural, responsável pelos desvios sociais, e caminho para livrar a sociedade dos vícios (...). A presença de métodos pedagógicos pautados na noção de trabalho pode ser compreendida também como legitimação do projeto de transição do trabalho escravo para o trabalho livre no transcorrer do século XIX (RIZZINI, MARQUES, MONÇÃO, 2013).

Mesmo levando em consideração as iniciativas propostas pelo Regime Imperial, acerca da oferta de ensino e às experiências educacionais documentadas nas fontes históricas, a realidade educacional do país, na virada do século, não era nada animadora e satisfatória para a efetivação do projeto modernizador. A falta de escolas em número suficiente para atender a população, a ausência de um sistema de ensino e a multiplicidade de métodos pedagógicos em pauta considerados defasados ou então não adequados para a formação da mão-de-obra eram alguns dos tantos problemas perceptíveis (SCHUELER; MAGALDI, 2008). Para enfrentá-la e reformá-la, tornava-se mais que urgente a dedicação de dois grupos para a efetivação deste processo, segundo o pensamento Liberal¹⁶: o Estado e a iniciativa privada.

1.4 – A escolarização da infância pela oferta de serviços particulares (1875-1909)

Diante do desafio apresentado buscou-se formas de e, para tal, como possibilidade de efetuar as devidas mudanças, foram também efetuadas ações no serviço

15 Torna-se importante alertar que, nesse período, de acordo com Chalhoub (2012) somente cinco por cento da população negra era escrava à época.

16 Por ideal e valores liberais compreendemos a descentralização das ações do Estado; a organização econômica e relações de trabalho pautadas na industrialização; a criação de parcerias entre Estado e instituições filantrópicas para o atendimento da população mais pobre e também a efetivação da proposta de universalização do atendimento escolar pautada na formação para o trabalho.

de Instrução Pública do Município, através da reformulação da sua legislação educacional. Assim, em 1879¹⁷ foi aprovado o decreto n. 7247¹⁸ que regulamentou a reforma do ensino primário e secundário no município da Corte e o ensino superior em todo Império¹⁹.

A lei “Leôncio de Carvalho”, notadamente marcada por ideais e valores liberais, ocasionou a descentralização da oferta da instrução pública primária pelo Governo Imperial tornando-a responsabilidade das Províncias e cidades além de tornar possível a liberdade do ensino, possibilitando a oferta por iniciativa privada – civil ou religiosa – e a adoção de métodos julgados de melhor serventia, pelas escolas de ensino primário e secundário.

Nesta reforma, um tópico especial do decreto chama a nossa atenção. O artigo 5º da legislação refere-se à criação de estabelecimentos educacionais para crianças menores de sete anos que deveriam ser:

fundados em cada districto do municipio da Côrte, e confiados á direcção de Professoras, jardins da infancia para a primeira educação dos meninos e meninas de 3 a 7 annos de idade (BRASIL, 1879).

O conciso texto do artigo designa a criação de *Jardins da Infância* em todos os distritos do município, ou seja, tanto os localizados na zona urbana como nas zonas suburbana e rural, destinados aos meninos e meninas entre três e sete anos. A novidade trazida pelo documento pode refletir o interesse da administração do Município da Corte em acompanhar a oferta de um serviço já existente à época na cidade, porém oferecido por algumas poucas escolas privadas.

Essas instituições educativas poderiam ser escolas primárias que possuíssem em seu interior classes de jardins de Infância ou então, escolas especificamente voltadas para esta modalidade de ensino. Tais experiências são possíveis de serem localizadas tanto pela historiografia quanto pela documentação sob a guarda de arquivos. A partir

17 Embora a Lei Leôncio de Carvalho não seja a primeira Lei de Reforma do Ensino do Brasil, optou-se por tê-la como ponto de partida para este trabalho em virtude da discussão colocada sobre a necessidade da modernização do sistema de ensino a partir do levante do Partido Republicano.

18 Disponível em <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547944-publicacaooriginal-62862-pe.html>>. Acesso em 03 de dezembro de 2013.

19 Lemos (2011) traz à boca de cena a atuação política de professores na busca por legitimação da profissão docente como um elemento a mais que possibilita-nos ampliar o referencial sobre as mudanças sociais do período. O “Manifesto dos Professores” evidencia tal questão e nos possibilita identificar a agência dos sujeitos na construção da história. Tal manifesto favorece a ampliação dos debates acerca da profissão docente, oportunizando-nos a discussão através das perspectivas dos professores.

desse contexto, podemos pensar a oferta de jardins de infância sendo obrigatória pela legislação municipal como mecanismo para alcançar a implementação da novidade pedagógica na capital do Império²⁰.

Posteriormente, em 1882, foi apresentado na Câmara dos Deputados o parecer e projeto sobre a “Reforma do Ensino Primario e várias instituições complementares da instrucção publica: parecer e projecto da Commissão de Instrucção Publica”²¹ que tinha como incumbência “estudar, na União Americana e nos Estados europêos, os progressos do ensino”. O objetivo da Comissão era a produção de um documento a fim de encontrar meios para sanar “o vicio chronico e institucional, da miséria intellectual e material da instrucção publica neste país” (BRASIL, 1883, p. 1). Características que impediam o progresso e a civilidade. Para tal, seria necessária a criação de um amplo sistema educacional que abarcasse a oferta desde o Jardim de Infância até o ensino superior (MELO, MACHADO, 2009).

De fato, o amplo documento redigido por Rui Barbosa seguiu o proposto. Barbosa dedicou-se a apresentar “uma conceituação geral da educação; os seus princípios normativos, filosofia pedagógica: as bases científicas da ação educativa, com indicações precisas sobre a biologia e a psicologia da criança” (BRASIL, 1947, p. XVII-XVIII). Não alheio às propostas pedagógicas voltadas para a infância (compreendida aqui no recorte etário entre três e sete anos), o parecerista se apropriou das discussões referentes ao *Jardim de Infância* através de publicações encomendadas, vindas de países da Europa e dos Estados Unidos, e ainda pela observação da aplicação de métodos de ensino norte-americano aplicados em uma escola particular carioca, o Colégio Progresso (BRASIL, 1947).

O capítulo IX do parecer e projeto dedica-se exclusivamente à apresentação do desenvolvimento da “técnica da educação pré-primária (...) [ou seja] a metodologia dos jardins de infância” que Barbosa preferia chamar de “jardins de crianças” (BRASIL, 1947, p. XVII-XVIII). Contudo, nem tudo são flores. Como sabemos a letra da lei não garante sua efetuação. Mesmo já existindo escolas privadas voltadas para a oferta do

20 Sobre os estudos voltados para os Jardins de Infância no Império, indicamos os trabalhos de Bastos (2001; 2013) e KULHMANN JUNIOR (2001; 2011).

21 O relatório apresentado à Câmara dos Deputados em 12 de setembro de 1882 foi realizado pela Comissão de Instrução Publica, composta pelos deputados Rui Barbosa - relator, Thomaz do Bonfim Espinola e Ulysses Machado Pereira Vianna. Seu objetivo foi estudar e apresentar o “progresso do ensino” na “União Americana e nos Estados europêos”. As apreciações foram utilizadas para propor a reforma na instrução pública no Brasil. O documento digitalizado encontra-se disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/242356>>. Acesso em: 03 de dezembro de 2013.

ensino infantil na capital desde meados da segunda metade do século XIX, o primeiro Jardim de Infância público só foi inaugurado 30 anos após a primeira lei de obrigatoriedade do oferecimento dessa modalidade, em 1909.

De acordo com as indicações de Gondra e Lemos (2001), o ensino privado obteve no contexto carioca na segunda metade do século XIX considerável crescimento. Tal fator pode ser entendido a partir da busca pela escolarização da população em consonância com o baixo número de vagas oferecidas pela Municipalidade, que podem ser entendidos como elementos que possibilitaram a expansão das escolas particulares pela capital (GONDRA, LEMOS, 2001)²².

Entendo o ensino privado como uma característica do processo de escolarização da população carioca, e interessados em saber se existiam instituições que ofereciam entre os seus serviços o jardim de infância, recorreremos aos classificados da *Gazeta de Notícias*, entre os anos de 1875 – 1909, para buscar tais informações. Dessa maneira, foi possível realizar um mapeamento das experiências de ensino infantil na cidade do Rio de Janeiro, a partir dos quais divulgaram seus serviços no jornal. Dentre o recorte temporal, foi identificado que a década de 1880 pode ser compreendida como o período auge da criação de escolas infantis pela iniciativa particular, conforme pode ser percebido na tabela abaixo (TABELA 2). A proliferação desse serviço de ensino pode ser vista como a materialização do entusiasmo das discussões sobre a questão da infância no Brasil.

22 Torna importante assinalar que a expansão da oferta do ensino privado nesse período foi fomentada e apoiada pelo Estado Imperial. Conscientes da precariedade existente no ensino, as escolas privadas foram compreendidas como possível caminho de escolarização da população. Em alguns casos, escolas particulares recebiam subvenções para oferecer ensino a indivíduos que não conseguiam vaga em uma das escolas públicas existentes. Sobre esse assunto ver: Gondra, Lemos (2004).

Tabela 2: Estabelecimentos de ensino que ofertavam jardim de infância na cidade do Rio de Janeiro entre os anos 1875-1909 (Fonte: Gazeta de Notícias)

Estabelecimento de ensino	Endereço	Freguesia/Distrito	Ano de 1º anúncio
Collegio Menezes Vieira	Rua dos Invalidos, 26	Santo Antônio	1879
Collegio Almeida Martins	Rua do Lavradio, 17	Santo Antônio	1882
Collegio Aquino	Rua do Lavradio, 78/80	Santo Antônio	1882
Pequeno Jardim de Infância/Collegio Froebel	Rua Rio Comprido, 64	Engenho Velho	1883
Jardim de Infância	Rua do Rezende, 124	Santo Antônio	1884
Kindergarten ou Jardim de Infância	Rua do Catete, 109	Glória	1887
Collegio Brasileiro- Allemao	Rua das Laranjeiras, 15	Glória	1889
Escola do Alto	Rua das Laranjeiras, 96	Glória	1890
Collegio Baptista (Americano Brasileiro)	Rua Haddock Lobo, 176	Engenho Velho	1908
Jardim de Infância	Rua Conde de Bomfim, 107	Engenho Velho	1909

A concentração de escolas dessa natureza na região central da cidade, na freguesia/distrito de Santo Antônio, pode demonstrar a existência de um público consumidor desse serviço. A região tinha como população um grande número de trabalhadores, como apontado no capítulo anterior, havendo escolas particulares nessa região podemos supor que, dentre os trabalhadores, havia aqueles que teriam como dispor das mensalidades. Como apontam Schueler, Rizzini e Marques (2014), é importante considerar que, compreendendo o ensino privado como a oferta de um serviço, ele tinha características diversas, desde os grandes colégios de ensino graduado que cobravam altas taxas de, mensalidades, enxovais e outros adereços, até as casas-escola unidocentes que ofereciam o serviço por um baixo preço (LIMEIRA, 2010; SCHUELER; RIZZINI; MARQUES, 2014).

Dentre as instituições de ensino citadas da tabela, a que possui maior destaque na historiografia da educação no Brasil era o Colégio Menezes Vieira. Fundado pelo intelectual e político homônimo²³, foi inaugurado em 1875, na região central da cidade, no Distrito de Santo Antônio, vizinho ao de Santana. A partir de 1879 passa a circular na *Gazeta de Notícias*, notícias e propagandas sobre o atendimento ao público infantil com idade entre três e seis anos em um “jardim das crianças”, em espaço específico do colégio destinado a esta faixa etária, sob a direção de D. Carlota Menezes Vieira, esposa de Menezes Vieira (GAZETA DE NOTÍCIAS, 4/1/1879, n. 4, p. 5).

O Colégio Menezes Vieira era tido como um dos mais tradicionais da cidade e local de implementação de inovações pedagógicas importadas da Europa (BASTOS, 2002). As práticas educativas ali empregadas superaram os limites de seus muros, em parte, por seu proprietário estar inserido no contexto intelectual e político da cidade. Sua relevância pode ser percebida através do discurso proferido por Leôncio de Carvalho (1879), ao considerar que os avanços educativos verificados nessa instituição privada deveriam ser tomados como um modelo a ser seguido pela municipalidade (GAZETA DE NOTÍCIAS, 30/11/1879, n. 329, p. 2).

O Colégio, em pouco tempo de funcionamento, tornou-se uma das mais privilegiadas e escolas privadas no Município da Corte. Entre os motivos para isso, segundo indicações de Bastos (2002), seria a inserção que seu fundador teria na política e no debate pedagógico na cidade carioca (BASTOS, 2002).

Outra experiência educativa para a primeira infância que se destaca entre os estudos historiográficos foi a efetivada por Maria Guilhermina Loureiro de Andrade. Sua participação nos debates e proposições políticas voltadas para a educação de crianças menores de sete anos, bem como a implementação de um jardim de infância e uma escola voltada para a formação de jardineiras que pudessem atuar nesse estabelecimento²⁴, seguindo o modelo norte-americano, no final da década de 1880 na Corte carioca, concedeu-lhe distinção, reconhecimento e autoridade no assunto da educação infantil (CHAMON, 2008; CHAMON; FARIA FILHO, 2007; BASTOS, 2008).

23 Joaquim José de Menezes Vieira (1848-1897) era médico formado pela Faculdade Imperial de Medicina, no Rio de Janeiro, tendo atuado em diversas frentes no cenário educativo. Além da experiência em sua escola, ele foi professor do Instituto de Surdos-Mudos e diretor do Pedagogium (1890-1897) a convite de Benjamim Constant (BASTOS, 2002).

24 O termo “jardineiras” é empregado na literatura froebeliana para designar professoras formadas para atuar na modalidade de ensino.

Podemos considerar que a inserção de suas ideias na discussão pedagógica no Brasil ganhou projeção a partir do parecer produzido para ser apresentado no Congresso da Instrução em 1883, acerca da utilidade da criação de jardins de infância no país. No documento, declarou que “nenhum proveito disso poderia vir às nossas crianças pela falta de jardineiras competentemente habilitadas para esta melindrosa tarefa”²⁵. Acrescentava ainda que o investimento realizado sem as bases necessárias e sua aplicação de modo incorreto/equivocado compreenderia “um crime” contra as crianças (BASTOS, 2008).

Busca por obter formação específica na pedagogia do *Kindergarten*, por conta própria e em articulação com sua rede de sociabilidade, optou ir ao exterior já que no Brasil isso não seria possível. Maria Guilhermina optou por ultrapassar as fronteiras geográficas e sociais de sua época. Angariou fundos, criou coragem e, desacompanhada, lançou-se ao mar rumo a uma longa viagem. Como destino escolheu os Estados Unidos da América porque lá, segundo seus argumentos, a instrução primária apresentava um progresso verdadeiramente admirável (BASTOS, 2008). A ida à nação norte-americana lhe conferiu destaque e reconhecimento no país e a colocou em lugar de autoridade, competência e distinção sobre a questão dos jardins de infância no Brasil.

1.5 – A escolarização da infância a cargo da administração municipal: desdobramentos entre 1907 e 1911²⁶

Com o advento da República, a composição administrativa do antigo Município Neutro se viu alterada. Em 1889, a composição de um novo cenário político e a estruturação dos Poderes a fim de que fossem efetivadas as propostas e almejos criados e gestados pelos membros do movimento Republicano ainda no Império. O objetivo era “reconstruir a Nação” a partir dos princípios de modernidade²⁷ e do progresso (TORRES, 2012; SANTOS, MOTTA, 2003). Dessa forma, uma das primeiras ações efetivadas pelo Governo Provisório foi a suspensão, por decreto, da Ilustríssima Câmara

25 A resposta referida encontra-se no folheto “O Kindergarten ou Jardim de Infância por Maria Guilhermina Loureiro de Andrade (1888)”. Neste trabalho nos utilizamos da publicação do documento feita por Bastos (2008).

26 A justificativa para o recorte temporal pauta-se no período de criação e instalação do jardim de infância na cidade do Rio de Janeiro.

27 Referente ao tema das relações entre modernidade, cidade e escola primária ver o trabalho de Silva (2009).

Municipal²⁸ e sua sucessão pela criação de um novo corpo administrativo através do Conselho da Intendência Municipal que deveria atuar até a promulgação da constituinte e a criação de um novo modelo administrativo para a cidade (TORRES, 2012).

A partir de 1892, data da Lei Orgânica do Distrito Federal, quatro instâncias políticas atuaram sobre e na cidade do Rio de Janeiro: o poder executivo federal, o senado federal, o executivo municipal e o conselho municipal. Tais instâncias eram autônomas e exerciam influências sobre si mesmas. Essa composição, segundo Torres, resultou “na emergência de lutas e confrontos, mas também na costura de alianças e aproximações entre os envolvidos” (TORRES, 2012, p. 76). Tal cena política perdurou durante todo o período da Primeira República, a despeito das mudanças na organização administrativa do município, como a suspensão temporária das funções do Conselho Municipal em 1902.

Ainda de acordo com a autora, a “nova” estrutura política republicana brasileira, no espaço da Capital Federal, passou a ter a seguinte forma:

(...) a Lei Orgânica estabeleceu que a administração da municipalidade ficasse dividida entre a Prefeitura [poder executivo municipal] e o Conselho Municipal, representado por um corpo de intendentes, eleitos pela população. Mediando sua relação, encontramos o Senado Federal, a quem competia fazer a apreciação dos vetos dados pelo prefeito às medidas tomadas pelos membros da Casa Legislativa. Também havia a figura do Executivo Federal a quem (...) era dada a função de escolher o representante que assumiria o posto de prefeito da cidade” (TORRES, 2012, p. 76).

Pela divisão entre os distintos poderes que atuavam no Distrito Federal, as disputas de interesses eram uma constante. De um lado havia o Prefeito indicado pelo Presidente da República que exerceria ali o projeto governamental ligado intimamente com as aspirações e interesses federais. Do outro lado estavam os Intendentes que representavam o voto da população e eram responsáveis por garantir o interesse dos seus eleitores e por fim, para mediar os constantes conflitos entre as duas esferas o Senado Federal, na proposição de trazer a neutralidade a julgar os conflitos estabelecidos, numa disputa política real e constante.

28 Decreto 50A, de 7 de dezembro de 1889. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-50-a-7-dezembro-1889-504462-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 22 de fevereiro de 2014.

As atribuições dadas aos Intendentes do Conselho Municipal e ao Prefeito, por meio das resoluções da Lei Orgânica do Distrito Federal, estipularam as seguintes funções. Aos primeiros, caberia como tarefas:

organizar anualmente o orçamento do município, decretando as despesas e marcando as taxas necessárias para os serviços municipais; contrair empréstimos; regular o serviço de higiene da cidade; cuidar dos impostos, das obras, da compra de imóveis, do abastecimento e do ensino municipal (instrução primária, artística e profissional) – seu estabelecimento e regulação” (TORRES, 2012, p. 78).

Ao prefeito, as atribuições eram menores e se referia a:

apresentar pessoalmente, na ocasião da abertura de cada sessão ordinária, um relatório contendo todas as ocorrências ocasionadas no intervalo de uma sessão para outra; executar e fazer cumprir todas as deliberações ou ordens do Conselho, quando estas estivessem devidamente promulgadas; ordenar as despesas votadas pelo Conselho e autorizar seu pagamento pelos cofres municipais; como também, formular a proposta de orçamento para o ano seguinte, que deveria ser apresentada ao Conselho no dia da abertura de sua sessão ordinária (TORRES, 2012, p. 78).

O período de gestão municipal de Souza Aguiar (1906-1909) foi atravessado por uma situação financeira não favorável herdada da gestão anterior, de Pereira Passos, e oriunda dos gastos tidos na empreitada da reforma urbana. Contudo, mesmo imerso em inumeráveis dívidas, sua gestão optou por dar continuidade às obras de remodelação da cidade – que havia se limitado a abertura da Avenida Central e a construção do novo Porto. Além das dívidas herdadas, Aguiar também encontrou inúmeras obras inconclusas ou que necessitavam ser refeitas, como a Avenida Beira-Mar (MACHADO, 2007).

Além dessas obras, os principais prédios que foram construídos pela cidade, na primeira década de 1900, estão sob a marca da gestão de Souza Aguiar. O Theatro Municipal, a Biblioteca Nacional, a Escola Nacional de Belas-Artes, o Palácio Monroe, o Palácio da Prefeitura, entre outros, são marcas do período pós-Passos e que, atrelados a necessidade de novos espaços para os mais variados serviços da administração pública, coroaram a cidade com destacados exemplares arquitetônicos.

Na conjuntura política carioca da Primeira República, sendo da atribuição dos intendentes “cuidar (...) do ensino municipal (instrução primária, artística e profissional) – seu estabelecimento e regulação” (TORRES, 2012, p. 78), a Instrução Pública deu

importantes passos no que se refere à criação de novas vagas nos bancos escolares, bem como a ampliação da faixa etária atendida²⁹. Entre as investidas, os debates e discussões acerca da criação de Jardins de Infância Municipais que datavam da década de 1870, finalmente seriam concretizados. Assim, em 1907, iniciou-se a construção da primeira escola destinada a crianças com idade entre três e sete anos, da capital republicana.

Em sua primeira mensagem enviada aos membros do Conselho Municipal em 4 maio de 1907, Souza Aguiar apresentou seu plano de investimentos na Instrução Pública da Capital. No documento, aponta que no decurso da sua administração a Instrução Pública “constituirá um dos meus mais fortes e assíduos cuidados espalhar pelas camadas populares as luzes e os benefícios da instrução primária e profissional”. Neste contexto, aponta para a criação de *Cursos Noturnos*, destinados ao operariado que ainda viviam sob a sombra do analfabetismo; a construção de escolas com prédios apropriados, bem como a adoção de material escolar mais adequado para o ensino que possa substituir a “inútil farandulagem de compêndios” e, ainda, a reforma da estrutura curricular da Escola Normal para que seja possível alcançar a “eficácia da instrução primária” (BOLETIM DA PREFEITURA, 1907, p. 23).

No decorrer de quase um ano de atuação, o prefeito novamente se dirigiu aos membros do Conselho Municipal em abril do ano seguinte. Relembra sua promessa feita nos meses anteriores em referência à atenção que daria ao serviço de Instrução Pública. Porém, tendo o quadro político da Capital um cenário o qual o prefeito não poderia agir sem a aprovação dos intendentes, solicita aos mesmos que eles dedicassem “escrupulosa e constante atenção às necessidades do ensino publico” (BOLETIM DA PREFEITURA, 1908, p. 62).

Em continuidade, apresenta os números contabilizados pelo Recenseamento da população da Capital, iniciado na gestão Passos, apontando para ao preocupante número de analfabetos que possuía a cidade capital. Assim:

Dos trabalhos da Comissão de Recenseamento de 1906, já compendiados em volume, resulta que dos 811.443 habitantes desta cidade, recenseados naquele anno, 421.072 sabiam ler, e 390.371 eram analphabetos. É essa uma revelação que deve ser meditada por todos quantos se preocupam com o destino da pátria brasileira. (...) (BOLETIM DA PREFEITURA, 1908, p. 62).

29 Entre as escolas criadas nesse período estão: a Escola Municipal Menezes de Vieira, localizada no Alto da Boa Vista; a Escola Municipal Macaúbas, em Inhaúma; a Escola Barth, em Botafogo; Escola Deodoro, na Glória; além de novo prédio da Casa de São José e o externato Souza Aguiar.

Em contraposição, apresentando os investimentos que foram feitos pela prefeitura na tentativa de sanar o antigo problema, continua:

De uma cousa se póde ufanar a Municipalidade. As suas escolas primárias tiveram nestes ultimos dez annos um progresso crescente e constante: em 1896 havia no Districto Federal 240 escolas, com 17.917 alumnos; em 1906, as escolas eram de 282, e tinham 37.890 alumnos matriculados. Nos últimos quatro annos a progressão tem sido notável: em 1904, 32.079 alumnos; em 1905, 32.223; em 1906, 37.890; e em 1907, em novembro, a matricula attingiu o número de 44.414 alumnos. (...) (BOLETIM DA PREFEITURA, 1908, p. 63).

Porém, os dados por si só não possibilitam uma compreensão global sobre os sujeitos que foram classificados como *alfabetizados* e *analfabetos*, eles não nos permite identificar o número de crianças e adultos nessas condições; se eram do distrito urbano ou suburbano. Além da progressão notável, segundo palavras de Aguiar, o investimento continuava sendo escasso e o problema da instrução não seria sanado em sua administração.

Além de buscar levar a cabo as interferências no serviço escolar do Município, tendo como alibi as taxas de progressão apresentados na sua mensagem de abril de 1908, o prefeito declara seu novo objetivo:

Vou crear também o primeiro dos “Jardins de Infancia”, para cuja installação já foi escolhida uma área de 1300 metros quadrados, dentro do parque da Praça da Republica, onde será construído um pavilhão central em fôrma de hexágono, ao qual se ligarão trez outros pavilhões de fôrma rectangular. Para este primeiro “Jardim de Infancia” já foi encomendado devendo chegar em breve, todo o material escolar (BOLETIM DA PREFEITURA, 1908, p. 64).

Dessa forma, 30 anos após as discussões e a determinação legal da obrigatoriedade de oferecimento dessa modalidade escolar pela administração pública, a proposta tomou forma na gestão Souza Aguiar. Como apontado em sua mensagem, a descrição apresentada do prédio que abrigaria a escola possui grande semelhança com o prédio que deveria ser construído no projeto original de Glaziou (Vide destaque na Figura 9). Por sua vez, à época da inauguração do Parque da Aclamação, em virtude da limitação do orçamento para a efetivação das obras, os diversos prédios projetados para o local não foram construídos, com exceção daquele que hoje é a sede da Fundação Parques e Jardins.



Figura 9: Planta do Jardim da Praça da Aclamação. C.1870-80 (fonte: RIO DE JANEIRO, 2012, p. 59).

De acordo com Duarte (2012), o prédio destinado à ocupação da “Inspeção de Mattas, Jardins, Arborização, Caça e Pesca” hoje a “Fundação Parques e Jardins” teve o projeto executado pelo arquiteto francês Léon Gaubert³⁰. Ainda, segundo a autora: “havia a proposição da destinação das esquinas para a construção de edificações diversas” (DUARTE, 2012, p. 21). Além do prédio já citado, o “único executado foi o da Escola Campos Sales – construído em 1909” (DUARTE, 2012; BELÉM, et al, 1980) projetado pelo mesmo arquiteto. As obras de construção da escola se iniciaram no ano de 1909, contratadas a partir da chamada pública de edital para construção e montagem do prédio³¹.

Em 23 de julho de 1909, dois anos e sete meses após o início do mandato, Souza Aguiar sai de cena em virtude do falecimento do então presidente Affonso Augusto Moreira Penna (1847-1909), por quem foi indicado para ocupar do cargo de administrador da Municipalidade. Em acordo com o cânone político republicano, em caso de falecimento ou afastamento do presidente da república, o cargo vacante seria substituído pelo vice.

30 Não localizamos maiores informações sobre o arquiteto e sobre o projeto.

31 Conforme as chamadas publicadas no jornal *O Paiz* nos números: 8877, 8905, 8908, 8910.

Em decorrência foi organizado um novo corpo político. O cargo da presidência foi ocupado por Nilo Procópio Peçanha (1867-1924). Este, por conseguinte, indicou para ocupar o cargo de prefeito do Rio de Janeiro o Coronel Dr. Innocencio Serzedello Corrêa (1858-1932), que iniciou sua atuação em 24 de julho do ano em vigência. Dessa forma, as glórias não foram destinadas ao prefeito mandatário do feito, sua inauguração fora realizada na gestão do prefeito Serzedello Corrêa (1858-1932), uma polêmica figura pública que esteve a frente da administração da cidade entre os anos de 1909-1910.

A inauguração da escola se deu no dia três de novembro de 1909. No dia seguinte, alguns jornais cariocas publicaram em suas colunas o grande feito da administração municipal³². A cerimônia oficial de inauguração da escola, segundo a narrativa do jornal *O Paiz*, contou com a presença de diversos personagens da cena política carioca, como:

o exmo. sr. dr. Nilo Peçanha, presidente da Republica e sua exma. senhora, o sr. dr. Innocencio Serzedello Corrêa, prefeito do Distrito Federal, e sua exma. senhora, o sr. dr. Joaquim da Silva Gomes, diretor da Instrucção Municipal e sua exma. senhora e as demais pessoas que este assignam, pelo sr. dr. prefeito municipal foi, às 2 horas da tarde, declarado inaugurado o Jardim da Infancia, a que deu a denominação “Campos Salles” (*O PAIZ*, 4/11/1909, p. 2).

Na tarde do dia três de novembro de 1909, a letra da lei saiu do papel e tomou materialidade: a inauguração do primeiro jardim de infância público da cidade do Rio de Janeiro e o segundo do país³³.

A “solenidade”, marcada pela ilustre presença de representantes do alto escalão político carioca e, ademais a essas figuras, estiveram presentes médicos, escritores, as professoras contratadas e algumas crianças. O evento atraiu a atenção dos transeuntes que ficaram do lado de fora do gradil da escola, os quais formavam “uma verdadeira multidão de curiosos, que eram contidos pela Guarda Civil” (*GAZETA DE NOTÍCIAS*, 4/11/1909, p. 4). Ao termo “curiosos”, podemos deduzir que eram moradores da região ou população que estava de passagem.

32 Os impressos utilizados para a construção do trabalho serão: a *Gazeta de Notícias*, *O Paiz*, *O Seculo*, e a *Revista Fon-Fon*. Eles serão apresentados no capítulo 3.

33 A escolha do nome de Campos Salles, presidente da República no período de 1898 a 1902, nos remete à hipótese em torno das articulações políticas, entre indivíduos e partidos políticos, num complexo e disputado jogo político em processo no Distrito Federal, entre finais de 1800 e início de 1900, na organização do federalismo nacional. Tal ponto, no período de gestão de Souza Aguiar, foi visto como um fator a ser legitimado, perpetuando o nome do político em uma escola pública municipal. Ver: Freire (1996, 2000), Ferreira (2010).



Figura 10: Solenidade de inauguração do Jardim de Infância Campos Salles, 1909, Augusto Malta (fonte: Revista Fon Fon, 1909, p, 11)

A fotografia acima (FIGURA10), de autoria de Augusto Malta, foi tirada na solenidade de inauguração do Jardim de Infância. Na composição do retrato, identificamos três personagens centrais na imagem: entre as duas mulheres, retratadas no centro da fotografia, está o então presidente da República, Nilo Peçanha; ao seu lado esquerdo, Zulmira Feital, a diretora, e ao lado direito de Peçanha, sua esposa Annita Peçanha. No mesmo plano identificamos ainda, ao lado de Zulmira, o jornalista e deputado federal Alcindo Guanabara, irmão de Cândida Guanabara, vice-diretora da escola infantil (não identificada na fotografia); ao fundo encontram-se o prefeito da cidade, Serzedello Correa, Moncorvo Filho, Olavo Bilac e outros ainda não identificados. Com referências às crianças na primeira fileira, até o momento não foram localizados os mapas escolares do período. Esta ausência dificulta saber se as crianças presentes na fotografia seriam alunas da escola ou apenas estavam acompanhando seus pais no evento. Sem embargo, sabemos, por meio de notícias do jornal, que o filho de Moncorvo Filho e do secretário do prefeito, Marcílio Moncorvo e João Carlos Beckeuser, eram um dos alunos (O PAIZ, 10/12/1909, n. 9207, p. 4-5).

Para além dos feitos políticos e de intervenção na cidade, a construção de um Jardim dentro de outro Jardim seguia fidedignamente a proposta metafórica da

pedagogia de Friedrich Fröbel. De acordo com a perspectiva froebeliana, o espaço escolar para a infância compreendia em:

instituições voltadas para o trabalho educativo com crianças em idade pré-escolar [pois, para ele] a infância assim como uma planta, deveria ser objeto de cuidado atencioso (...). O jardim é um lugar onde as plantas não crescem em estado totalmente silvestre (...), é um lugar onde elas recebem os cuidados do jardineiro ou da jardineira (ARCE, 2002, p. 108).

Nessa alusão, a infância era vista como uma planta a ser cuidada e o professor seria o jardineiro, o responsável por disponibilizar as condições necessárias para o seu desenvolvimento, aparando e adubando. Tal ação se daria através da aplicação de uma pedagogia e metodologia específicas.

Em vista dos fatores apresentados compreendemos que a escolha do Distrito de Santana para a construção da escola não deve ser vista como um mero acaso. No interior do Parque foi inserida parte dos ensejos republicanos: a ampliação do serviço público escolar e a atenção dada à infância pelo Estado. Por outro lado, pode também ser compreendida como forma do mesmo Estado atuar sobre a população da região que não foi alvo das reformas promovidas pelas gestões anteriores.

Com relação a destinação dos jardins de infância entre meados do século XIX e princípios do século XX, é recorrentemente apontado pela historiografia que o objetivo dessas instituições estava na formação de crianças filhos de famílias economicamente favorecidas. Contudo, alguns indícios da pesquisa, apontados no segundo capítulo, nos permitem fazer outra leitura.

É notório que as primeiras experiências destinadas à escolarização da infância menor de sete anos, no Rio de Janeiro, no contexto da segunda metade do século XX, efetivada pelo uso da metodologia froebeliana, se deram, principalmente pela iniciativa privada. Contudo, vislumbramos que, em contraposição, parte dessas escolas estava localizada em uma região central da cidade, na freguesia/distrito de Santana, que por sua vez registrava uma população formada, principalmente, por classes populares e trabalhadores. Dessa forma, mesmo que as instituições fossem de cunho privado é necessário levar em consideração a possibilidade de trabalhadores efetuarem o pagamento de matrículas e mensalidades, considerando-se que a existência de escolas com serviços variados e baixos preços.

Com relação ao público atendido pelo Jardim de Infância Campos Salles, embora não tenha sido possível a localização dos mapas escolares do período em análise de modo a indicar a procedência dos alunos, parentescos e as ocupações de seus responsáveis, podemos considerar que a construção do jardim de infância na zona urbana com a maior densidade populacional da cidade tinha como preocupação receber matrículas das crianças da redondeza. Assim, a partir dos trabalhos apontados no decorrer do texto sobre os diferentes tipos de trabalhadores que habitavam Santana, incluindo a composição populacional da região, nos detivemos na análise de uma fotografia encontrada no acervo memorialístico da escola. Com ela, cogitamos a ideia que diversos tipos de alunos passaram pela escola: meninos e meninas, negros, brancos, da classe popular, das camadas médias e de famílias abastadas de comerciantes e profissionais liberais, nacionais e, porque não, também estrangeiros (FIGURA 11).



Figura 11: Fotografia de grupo de alunos e alunas, professora e auxiliar do Jardim de Infância Campos Salles (1910). Fotografia de Augusto Malta (Fonte: Álbum de memórias do Jardim de Infância Campos Salles – comemoração do centenário da escola, 2009).

Em busca de elementos que nos possibilitassem compreender a criação de jardins de infância na cidade carioca, optamos por recuar a décadas anteriores, na

tentativa de compreender o processo histórico de escolarização da infância não absorvida pela escola primária em função de sua tenra idade. Temáticas como a do surgimento da pedagogia froebeliana, das suas formas de circulação entre diferentes cidades e o contexto que ela passa a ser discutida no contexto brasileiro foram alvo de nossos questionamentos, no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

PROCESSOS HISTÓRICOS DE IMPLEMENTAÇÃO DA PEDAGOGIA FROEBELIANA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (1875-1909)

Embora diversos estudos historiográficos já tenham se dedicado à investigação do surgimento do *Kindergarten* e à circulação do modelo e projeto educativos a nível internacional, que favoreceu, por sua vez, a implementação do pensamento de Friedrich Fröebel no Brasil, por necessidade de revisão das discussões encaminhadas até então, optamos por reaver essa trajetória. Nosso objetivo não está pautado na produção de uma genealogia do modelo educativo, mas, na identificação de alguns aspectos que consideramos importantes para a execução da pedagogia froebeliana na cidade do Rio de Janeiro em articulação com as discussões dos projetos de cunho educativo e social em disputa no período da segunda metade do século XIX. Nesta direção, priorizamos: identificar a circulação do modelo pedagógico prussiano e a influência desse pensamento nas discussões sobre o processo de escolarização da população carioca na segunda metade do século XIX; os problemas relacionados à ausência de especialistas para sua aplicação; as experiências efetivadas pela esfera privada na cidade e, por fim, a implementação do *Kindergarten* carioca pela administração municipal no final da primeira década de 1900.

2.1 - O *Kindergarten* como modelo de escolarização da infância

A partir dos séculos XVI e XVII a sociedade ocidental ingressou em um novo contexto social. O estabelecimento de relações comerciais, a construção e sistematização do conhecimento produzido pela perspectiva da ciência, os novos padrões e estilos artísticos, entre outros, foram desenvolvidos a partir do período identificado como o Renascimento (MARAFFON, 2011).

Nesse mesmo contexto, as relações entre os indivíduos também foram alteradas sobre a criação e o aprimoramento dos conceitos de *público* e *privado* que podem ser entendidos como elementos que favoreceram o surgimento do modelo de família nuclear (ARIÈS, 1981)³⁴. Ainda nesse contexto pode ser percebida a criação da escola

34 Sobre questões que permeiam as discussões sobre a criação do espaço privado, ver Airès (1981).

moderna como *locus* de fabricação do indivíduo enquanto ser social e como espaço privilegiado de formação dos modos de socialização (CANÁRIO, 2008).

Como reflexo das modificações sociais e científicas ocorridas nesse período é possível perceber mudanças na noção de infância e na criação de locais específicos para sua circulação e permanência, tendo como consequência uma gradual separação do mundo dos adultos em relação ao emergente mundo infantil. Segundo Pinto (1997):

a infância constitui uma realidade que começa a ganhar contornos a partir dos séculos XVI e XVII. [...] As mudanças de sensibilidade que se começam a verificar a partir do Renascimento tendem a deferir a integração no mundo adulto cada vez mais tarde e, a marcar, com fronteiras bem definidas, o tempo da infância, progressivamente ligado ao conceito da aprendizagem e de escolarização (PINTO, 1997, p. 44).

Com o surgimento do conceito de infância moderna, elementos e aparatos institucionais foram criados a fim que pudessem ser efetivadas ações voltadas especificamente para esse público (GONDRA, GARCIA, 2004)³⁵. Nesse sentido, instituições de recolhimento de enjeitados, instituições asilares e ainda de guarda para filhos de trabalhadoras, especificamente, foram desenvolvidas.

Entre o final do século XVIII e início do XIX, de acordo com Luc (1995), é possível identificar em alguns países europeus a criação de pré-escolas destinadas à educação de crianças menores de sete anos. Segundo o autor, as experiências efetivadas em Londres e Paris se destacam nesse movimento, pois são cidades nas quais se sobressaíram duas matrizes: as *infant schools* e as *salle d'asiles* (LUC, 1995). No entanto, a experiência de escolarização da primeira infância de matriz inglesa tornou-se referência entre os outros países europeus. A principal distinção existente entre a experiência inglesa e francesa consistia na proposta pedagógica da primeira pautada na necessidade de formação de profissionais para atuarem nessa instituição.

Para além de sua função assistencialista e de guarda de crianças, na *infant school*, elas eram iniciadas na aprendizagem das letras, dos números e diversas tarefas que auxiliariam na formação do futuro trabalhador. A proposta pedagógica consistia em

35 Além da questão do lugar social ocupado que marcava a diferenciação entre os sujeitos, Gondra e Garcia (2004) apontam que, como elemento de estruturação da vida e organização da sociedade moderna, a divisão por faixa etária foi fator de destaque nesse processo (GONDRA; GARCIA, 2004).

associar a assistência à educação e à instrução precoce³⁶. Tais aspectos, segundo Luc, atraíram a atenção dos vizinhos franceses que passaram a reconfigurar o caráter e o objetivo de suas instituições asilares, as *salles d'asiles* (LUC, 1995).

A utilidade desse modelo educativo para a sociedade industrial pautava-se em uma proposta de educação coletiva “antecipada para melhorar a produtividade e as condições de vida das classes trabalhadoras” (LUC, 1995, p. 98).

A partir de 1827, outros países passaram a adotar a pedagogia inglesa na criação de suas escolas infantis. Ela, enquanto matriz, não era aplicada como uma cópia fidedigna. Sofreu adaptações julgadas necessárias para adequar-se às realidades locais e às necessidades de cada região. Na antiga Prússia, por exemplo, foram criadas pelo governo a *Kleinkinderschulen* (1827); na Itália, a *Scuola Infantile* (1828); na Hungria, a *Óvoda* (1828); na Espanha, *Escuela de Parvulos* após 1830, entre outras (LUC, 1995).

Neste cenário de busca pela criação de modelos educativos destinados à infância, três pensadores se destacam em virtude das contribuições realizadas para a estruturação do modelo escolar infantil e moderno: Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827), Friedrich Wilhelm August Fröebel (1782-1852) e Johann Friedrich Herbart (1776-1841) (ARCE, 2002; CHAMON, 2005; DURÃES, 2011).

Segundo Arce (2002), os direcionamentos do movimento Romântico ocasionaram aprimoramento na configuração do conceito de infância/criança moderna e de instituições voltadas a esse público. Além de ser compreendida como uma fase da vida distinta, nela estaria presente a essência humana. Para os pensadores do período, o contato e convívio com a sociedade sufocavam tal sentimento genuíno e puro, impossibilitando que as boas características inatas se desenvolvessem. Pelo contrário, a convivência com esse ambiente corrompido a eliminava.

Friedrich Fröebel, adepto dessa linha de pensamento, acreditava que a infância era o período mais importante para a vida humana, já que “a criança continha os germes

36 A proposição de criação de escolas que possibilitasse a educação de crianças menores de sete anos e a assistência pode ser verificada no *manual de Wilderspin*, publicado a primeira vez em Londres (1823), traduzido para o francês em 1826. O livro constitui um importante marco para a escolarização da infância. Ele consiste em um sistema de instrução destinado à infância pobre com idade entre um e sete anos, com uma proposta de trabalho que tem como objetivo o desenvolvimento físico, intelectual e moral do indivíduo. O autor, Samuel Wilderspin (1791 - 1866), é considerado um dos primeiros fundadores do sistema escolar moderno britânico (WILDERSPIN NATIONAL SCHOOL, 2009; BRITISH & FOREIGN SCHOOL SOCIETY, 2014. Disponível em: <<http://www.wilderspinschool.org.uk/history/history.htm>>; <<https://www.bfss.org.uk/archive/books-by-samuel-wilderspin-19th-century/>>. Acesso em: 10 de setembro de 2014).

de toda a bondade e pureza” (ARCE, 2002, p. 31). Tal concepção e compreensão podem ser identificadas na proposta educacional que desenvolveu durante sua vida.

De acordo com as informações biográficas apresentadas por Arce (2002) e Weston (1998), Fröebel era natural do antigo principado de Schwarzburg-Rudolstadt, atual sudoeste alemão. Filho de uma família religiosa, a cultura protestante, pautada no conhecimento letrado, favoreceu que ele aprendesse a ler, escrever e calcular, mesmo sem ter frequentado a escola primária. Segundo Arce (2002) e Chamon (2005), a influência da vivência e do pensamento religioso devem ser levados em consideração já que, essas experiências reverberaram nos direcionamentos e proposições educacionais desenvolvidas por Fröebel.

Ao completar 14 anos, Fröebel foi enviado, pelo seu pai, à guarda-florestal de Witz a fim que pudesse aprender o ofício. No entanto, por falta de interesse nas tarefas inerentes à função, não teve a formação esperada já que as “coisas da natureza” (fauna, flora e minerais) sempre atraíam o seu olhar e atenção. Interessado no ambiente natural, ocupou-se da leitura de livros de ciência. Por fim, passados alguns anos, com a autorização de seu pai, ele se matriculou no curso de Filosofia da Universidade de Jena. Além da filosofia, Fröebel flertava com as Ciências Naturais e a Mineralogia, áreas que eram de seu maior interesse.

De acordo com Weston (1998), em 1805, Fröebel começou a trabalhar em uma escola em Frankfurt e foi a partir dessa experiência que começou a refletir sobre a dimensão dos processos educativos via escolarização. Nesse período, passou a ter contato com diversas pessoas, entre as quais, a Baronesa Caroline Von Holzhausen³⁷. Através dela, Fröebel foi apresentado às ideias de Pestalozzi e, em 1808, com a ajuda de Holzhausen, conseguiu articular contato com este. Tempos depois, se dirigiu para a cidade de Iverdon, local o qual passou a acompanhar o pensador por dois anos (WESTON, 1998).

Em vista dos constantes atritos com Pestalozzi, Fröebel resolveu partir. Ele não compartilhava de parte das ideias de Pestalozzi a respeito da não relação feita entre a natureza humana e o divino. Para o ele, o mestre reduzia o homem ao momento de vida na terra e não levava em consideração a dimensão eterna e religiosa, e o enfoque dado

37 De acordo com Weston (1998), durante o período de contato com a baronesa Holzhausen, Fröebel desenvolveu grande afeição e paixão por ela. Sua “fascinação” pelo modo com a baronesa se dirigia aos filhos e como efetuava a educação das crianças pode ter influenciado no destaque dado por Fröebel à figura e atuação que a mulher alcançara no seu projeto de educação para a infância. Não foi possível localizar informações correspondentes à data de nascimento e falecimento da baronesa Holzhausen.

às questões sociais e políticas não lhe atraía, já que a dimensão espiritual, para ele, deveria ser levada em consideração na vida do homem.

Pestalozzi acreditava ser o analfabetismo uma das causas da falta de oportunidades do povo, a alfabetização na mais tenra idade se constituía em algo de suma importância para que o povo pudesse almejar uma vida mais justa e menos miserável. Fröbel entendia que, ao contrário do que fazia Pestalozzi, as crianças deveriam ser deixadas livres para expressarem toda a sua riqueza interior, fruto de sua essência humana (ARCE, 2002, p. 42-43).

As incompatibilidades entre Fröbel e Pestalozzi não foram totais. Parte do pensamento e proposta de Pestalozzi foi incorporado por Fröbel na construção de seu modelo e metodologia de ensino destinado a crianças pequenas. Dentre elas, está a noção de percepção como ponto de partida para o processo educativo que era compreendido, por ambos os pensadores, como a base para o conhecimento e aquisição da linguagem.

A partir de 1816, Fröbel passou a ocupar o cargo de diretor na escola de Keilhau (1816-1831) e ali colocou em prática suas compreensões acerca do processo educativo que julgava serem importantes para o desenvolvimento humano. Neste período, escreveu o seu primeiro livro, *A educação do homem* (1826), no qual apresentou, pela primeira vez, suas bases filosóficas e religiosas e sua concepção sobre a educação na primeira infância (ARCE, 2002).

Após longa trajetória e experiências vivenciadas, materializou em 1840 a sua proposta de educação para a criança com a construção do primeiro *Kindergarten*, na cidade de Blankenburg, região central da atual Alemanha. O espaço criado não tinha a intenção de ser uma escola – em virtude das suas críticas ao modelo escolar vigente que considerava não favorecedor do desenvolvimento dos dons e capacidades humanas – e sim “centro de jogos (...) destinado a crianças menores de seis anos” (ARCE, 2002, p. 66).

O termo *Kindergarten* foi empregado em substituição à palavra escola de modo intencional. Fröbel tinha claro para si que não era propósito da instituição instruir algo às crianças. O objetivo era direcionar, guiar, orientar e “cultivar nas crianças suas

tendências divinas, sua essência humana através do jogo, das ocupações e das atividades livres, tal como Deus fez com as plantas da natureza” (ARCE, 2002, p. 67)³⁸.

Além de “cultivar” a boa essência, as próprias crianças eram vistas como plantas, que em um jardim, recebiam atencioso cuidado:

O jardim é um lugar onde as plantas não crescem em estado totalmente silvestre (...) é um lugar onde elas recebem os cuidados do jardineiro ou da jardineira (ARCE, 2002, p. 108).

Os profissionais que atuavam na instituição deveriam ser apenas mulheres, pois, segundo o criador, elas possuíam coração de mãe e eram as únicas capazes de cultivar as crianças e todos os talentos que elas poderiam demonstrar.

Com a crescente expansão do modelo educativo pela Alemanha, Fröbel sentiu a necessidade de problematizar a formação das jardineiras. Deveria ser dada na prática já que “as mulheres eram naturalmente dotadas de todos os pré-requisitos necessários para a realização da educação segundo seus princípios” (ARCE, 2002, p. 70).

A partir de 1850 as ideias e propostas de Fröbel foram impedidas de serem praticadas na Prússia. A acusação feita pela Corte Prussiana pautava-se na justificativa que seu projeto de educação possuía matriz socialista e ateia. No entanto, segundo Luc, a proposta de educação froebeliana encontrou simpatia entre os países europeus. Sua metodologia de educação para a primeira infância começou a circular pela Europa através de relatos de viajantes, publicações e através de periódicos. A iniciativa de Fröbel realimentou as discussões acerca da educação infantil e sua proposta tornou-se alvo de discussões. A partir de 1860, as experiências inglesas e francesas deixaram de ser referência no mundo europeu e, o modelo estadunidense passou a ocupar esse lugar da proposta de Friedrich Fröbel (LUC, 1995).

Um fator que consideramos necessário destacar é a presença feminina³⁹ na divulgação, implementação e atuação dos/nos *Kindergartens* em outras cidades pelas quais a proposta froebeliana chegou e se instalou. Entre as “mulheres de Fröbel”

38 Segundo Weston (1998), a referência filosófica e metafórica utilizada por Fröbel, para sua instituição educativa, foi criada quando ele havia presenciado na plantação de um jardim dentro da propriedade dos Holzhausen no período em que exercia a função de preceptor dos filhos do barão e da baronesa Von Holzhausen.

39 Embora não seja o foco desse estudo estabelecer uma discussão profunda sobre as questões referentes às relações de gênero e à inserção da mulher no contexto político, social e educativo no século XIX e XX, ela perpassa a pesquisa. Dedicaremos o capítulo 3 para identificação, análise e compreensão das possibilidades de inserção das mulheres na vida pública carioca entre o final do século XIX e início do século XX.

podemos apontar para a Baronesa Von Marenholtz-Bulow (1811-1893), grande amiga do educador e que, após a morte deste, percorreu diversas cidades europeias na tentativa de divulgação e incentivo de implementação da pedagogia infantil em outros locais.

De acordo com Muelle (2005), as ideias de Fröebel chegaram até aos Estados Unidos da América, na segunda metade do século XIX, principalmente pelo movimento migratório de alemães no contexto da revolução de unificação da Alemanha iniciado em 1848 (MUELLE, 2005).

Nesse processo, uma personagem é destacada pela autora, a professora alemã Margarethe Meyer Schurz (1833-1876). Junto com seu marido, ela se refugiou na cidade de Watertown em Wisconsin onde abriu o primeiro *Kindergarten* fora do continente europeu, segundo registros. Isso se fez possível por Schurz ter estudado e atuado juntamente com Fröebel quando vivia na Alemanha⁴⁰ (MUELLE, 2005).

Com o passar dos anos, a partir da circulação da informação sobre o modelo pedagógico voltado para a educação da primeira infância nos Estados Unidos, inicia-se um processo de alastramento do pensamento froebeliano por outras cidades norte-americanas. Margarethe Schurz, enquanto referência da proposta pedagógica naquele país por ter sido formada pelo criador da pedagogia, passou a receber visitas de pensadores, políticos e outras personagens que atuavam no ensino e que buscavam conhecimento acerca das ações praticadas para a educação de crianças pequenas.

Nesse movimento, Schurz recebeu a visita de Elizabeth Peabody (1804-1894) em 1860 e após longos encontros e uma prévia formação alcançada ao lado de Margarethe Schurz, Peabody retorna para sua cidade de origem e lá inaugura o primeiro *Kindergarten* em língua inglesa, na cidade de Boston, Massachusetts. Contudo, suas bases metodológicas foram constituídas sem maior formação. Peabody havia estruturado sua escola a partir de alguns apontamentos sobre o modelo froebeliano que havia identificado em um panfleto sobre a obra “A educação do homem”, ofertado por Schurz. Interessada em obter formação mais específica viajou para a Alemanha. Lá, conhece a baronesa von Marenholtz-Bulow⁴¹, amiga e discípula das ideias de Fröebel, de quem tornou-se aluna.

40 Em período anterior a sua mudança para os Estados Unidos, Schurz refugiou-se primeiramente na Inglaterra junto com sua irmã, Bertha Meyer, e o esposo, Johannes Ronge. Alguns anos após sua chegada à Inglaterra, Margarethe conheceu seu futuro esposo, Carl Schurz. Naquele país, eles se casaram e juntos emigraram definitivamente para os Estados Unidos (MUELLE, 2005).

41 Segundo registros, a baronesa von Marenholtz-Bulow (1810-1893), após a morte de Fröebel, tornou-se a principal propagadora de suas obras. Viajou pelos principais países europeus, França e Inglaterra, na

Na Alemanha, Peabody estudou na principal instituição destinada à formação de jardineiras, o *Kindergarten Seminary*, instituição dirigida pela baronesa. Após seu retorno aos Estados Unidos, reformou a proposta curricular da sua instituição, adequando-a ao pensamento e diretrizes froebelianas, tal como verificou na Europa. Ao retornar a Boston, trouxe consigo Matilda Kriege⁴² pessoa indicada pela baronesa para lhe auxiliar na estruturação de outros Kindertagens pelos estados norte-americanos (MUELLE, 2005).

Ainda de acordo com a Muelle (2005), o contato e as trocas entre educadoras alemãs e norte-americanas se tornaram mais intensos em virtude do propósito em comum, educar a primeira infância, que se deu, principalmente através das viagens realizadas por educadoras entre esses dois países.

Durante sua estada na Alemanha, Peabody mantinha contato com educadores e políticos inseridos nas discussões acerca a “escolarização” das crianças nos Estados Unidos da América. Nesse ínterim, manteve comunicação contínua, via correspondência, com William Torrey Harris (1835-1909), o superintendente das escolas públicas em Saint Louis, no estado do Missouri. O interesse de Peabody estava na tentativa de institucionalização da proposta froebeliana nos Estados Unidos e para isso, acreditava ela, que deveria haver oferta desse tipo de educação, financiada pelos Estados, à população.

A proposta de expansão dos Kindertagens e a oferta pelos Estados estava intimamente relacionada com a questão da formação para o trabalho e o crescente processo de industrialização pelo qual passou o Estados Unidos entre o final do século XVIII e início do XIX. A industrialização ocasionou o uso indiscriminado de mão de obra e do qual as mulheres não foram dispensadas. Embora existissem algumas creches as quais mães trabalhadoras poderiam deixar seus filhos enquanto estavam no horário de trabalho, esse tipo de instituição era alvo de algumas críticas por um segmento da sociedade.

Os defensores do *Kindertagens* denunciavam que as creches não contribuíam, de forma eficaz, nem para a formação dos indivíduos nem para a construção de uma sociedade moderna. Embora fosse lugar onde as crianças pudessem ficar enquanto seus

intenção de estabelecer por lá escolas infantis a partir do pensamento e proposta do pensador e amigo. Ela foi presidenta da *German Froebel Society* e uma das principais lideranças da *Hamburg Froebel Union*. Segundo Muelle (2005), sua participação na circulação das ideias froebelianas foi fundamental para a implementação de uma proposta de educação infantil em outros países (MUELLE, 2005).

42 Não localizamos as datas de nascimento e morte.

pais trabalhavam, ali elas não recebiam nenhum tipo de educação sistematizada. A pedagogia froebeliana, pelo contrário, além de oferecer o cuidado e o abrigo para os filhos dos trabalhadores, tinha como princípio a efetivação de um projeto educativo voltado para a formação cidadã, para o desenvolvimento das habilidades consideradas inatas ao indivíduo e ainda estava interessada em criar e inculcar, em cada criança, os hábitos para o trabalho. Esses pontos eram continuamente utilizados pelos defensores da criação de uma rede de jardins de infância públicos em todo o país (MUELLE, 2005 apud O'CONNOR, 1995).

Nesse processo, outra personagem se insere na história, a estadunidense Susan Blow (1846-1916). Através de viagem realizada com sua família por algumas cidades da Europa, Blow teve conhecimento da proposta educacional de Fröebel, sobre a qual, a partir do interesse despertado, buscou conhecer mais sobre a proposta educativa e didática. Durante seu período de viagem à Europa, ela conheceu Maria Kraus Boetle (1836-1918), uma das principais formadoras de jardineiras no período⁴³. Através de Boetle, Bulow tornou-se a primeira jardineira formada nos Estados Unidos (MUELLE, 2005).

Residente da cidade de Saint Louis, no estado do Missouri, e membro de uma influente família da cidade, Susan Blow conseguiu apresentar ao superintendente, William Harris, os “benefícios” que a implementação do *Kindergarten* poderia favorecer à cidade. Pelas investidas de Peabody, via correspondência, e pelo contato direto de Blow com Harris, podemos compreender as tentativas das duas personagens como ações interligadas e que, por fim, possibilitaram o “convencimento” do superintendente na criação do Jardim de Infância público em Saint Louis, em 1873. Susan Blow tornou-se a diretora da instituição, cargo ao qual ocupou até o ano de 1884, o qual, por motivos de saúde, se viu obrigada a deixar (MISSOURI HISTORY MUSEUM, 2011).

Contudo, durante o período de permanência na instituição, sempre esteve preocupada em seguir à risca o pensamento de Fröebel. Dessa forma, Blow e Harris estruturaram o currículo da instituição tal qual era praticado na Alemanha, a fim de que a metodologia fosse aplicada sem desvios e assim proporcionar o desenvolvimento

43 Em 1872 Maria Boetle deixa a Inglaterra e, a convite de Susan Bulow, uma educadora norte-americana, se muda para a cidade de Nova York a fim de estabelecer e dirigir nesta cidade um *Kindergarten*. Anos após sua residência na cidade, conheceu John Kraus, professor, especialista em jardim de infância e membro do Comitê de Educação dos Estados Unidos. Juntos fundaram e passaram a dirigir o *New York Seminary for Kindergartners with a Model Kindergarten* (CHAMON, 2005).

espiritual, físico e moral das crianças, tal como Fröebel objetivava (MUELLE, 2005). Nas décadas seguintes, com a contínua ampliação da rede de oferta de jardins de infância, a nação norte-americana se tornou um importante polo propagador do modelo educacional voltado para a primeira infância. Os empreendimentos realizados nos Estados Unidos se disseminaram por outros países americanos, chegando, inclusive, no Brasil (ARCE, 2002; CHAMON, 2005, 2008; CHAMON; FARIA FILHO, 2007).

Com o florescimento da pedagogia para a primeira infância nos Estados Unidos da América, as notícias dos feitos da iniciativa e resultados começaram a circular por aqui. As informações sobre os avanços do sistema escolar dos Estados Unidos se davam a cada ida e vinda de um e outro viajante que desembarcava nos portos brasileiros ou ainda, através da circulação de notícias ou outros materiais informativos sobre o assunto que aqueles em trânsito traziam consigo em suas bagagens.

Os materiais informativos que chegavam ao Brasil pelas mãos de viajantes podem ser compreendidos como elementos incitadores e alimentadores do desejo de mudança das condições educacionais no país.

Nos debates em favor da criação dos Jardins de Infância, no final do século XIX e início do século XX, recorria-se também aos argumentos acerca do processo de industrialização do Brasil, no qual a mão de obra feminina seria utilizada⁴⁴. Nessa dimensão, o Estado, em parceria com as instituições criadas pela sociedade civil, deveria providenciar espaços para que as crianças pudessem ser alocadas enquanto as mães trabalhavam (KULHMANN JÚNIOR, 2011; REIS, 2011).

2.2 -As discussões acerca da implementação do *Kindergarten* no Brasil na segunda metade do século XIX

De acordo com Kuhlmann Júnior (2011) foi a partir da década de 1960 que os estudos históricos voltados para temática da infância conheceram um crescimento significativo no meio acadêmico a partir de novas abordagens. Contudo, salienta que esta década não inaugurou os estudos na temática, mas sim o efetuiu a partir de novos enfoques possibilitados pelo uso de fontes inovadoras para a produção historiográfica. Dentre as abordagens de pesquisas, apontadas pelo autor, estão as relacionadas à

44 Não só pela industrialização. Diversas mulheres trabalhavam como lavadeiras e outros serviços, inclusive no contexto da escravidão. A lei do Ventre Livre fomentou a discussão da escolarização de crianças pequenas, como pontuaremos mais adiante.

história da assistência, à história da família e da educação (KULHMANN JÚNIOR, 2011).

Ainda para o autor, a proposta de criação de instituições pré-escolares no Brasil esteve intimamente relacionada com as seguintes questões: os efeitos do movimento de internacionalização do Brasil, em função da expansão das relações internacionais; as influências que países considerados modelos culturais e espelhos para o progresso passaram a exercer nas discussões aqui colocadas; e com esse movimento, a ampliação de ações assistencialistas destinadas às classes populares, em especial, voltadas para a maternidade e ao cuidado infantil (KISHIMOTO, 1988; KUHLMANN JÚNIOR, 2007).

Nesse processo, Kuhlmann Júnior (2007) considera que a criação de duas instituições pré-escolares fora marco efetivo para a materialização das propostas de escolarização da infância, são elas: a creche do Instituto de Proteção e Assistência à Infância e a creche da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado, ambas na cidade do Rio de Janeiro em 1899. Ele ressalta, porém, que “é possível identificar alguns momentos anteriores a essa data, quando ocorreram manifestações importantes em relação às instituições pré-escolares”, como: a criação do jornal *A mãe de família* (1879), a discussão a respeito da criação de creches em superação ao modelo assistencialista e de amparo à infância executado pela Casa dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia, e a criação de Jardins de Infância, tanto pela iniciativa privada quanto pelo poder público a partir da década de 1870 (KUHLMANN JÚNIOR, 2007, 2011).

Em referência à criação de instituições educacionais pautadas no modelo froebeliano em processo de implementação no Brasil, Monarcha (2009) e Bastos (2008) destacam o jardim de infância do Colégio Menezes Vieira, fundado no Rio de Janeiro em 1875; o da Escola Americana, na cidade de São Paulo em 1877; e o jardim de infância anexo da Escola Normal Caetano de Campos em São Paulo, em 1896, ocupando lugar de destaque na Praça da República (MONARCHA, 2009). Todas as experiências apontadas pelo autor referem-se às ações em curso na cidade do Rio de Janeiro e em São Paulo. Contudo, estudos mais recentes apresentam que, na cidade de Castro, no atual estado do Paraná, uma proposta de educação infantil a partir da metodologia froebeliana já havia sido aplicada em 1862 (BIDA, 2006, 2007; CARDOSO FILHO, 2009).

Com relação à primeira instituição de caráter público do Brasil, Monarcha (2009), Bastos (2008) e Kuhlmann Júnior (2011) nos direcionam para o jardim de

infância Caetano de Campos, na cidade de São Paulo, como instituição anexa à Escola Normal. Ambas as escolas se tornaram símbolos do progresso da educação republicana, fosse pela inovação arquitetônica com o emprego de materiais e técnicas usadas na construção, fosse com a efetivação de espaço apropriado para a formação e profissionalização dos professores ou pela aplicação da inovação pedagógica importada da Europa pelo serviço público, o Método Fröebel.

Dentre as características resumidamente apresentadas acima, o oferecimento de tais espaços pelo governo foi compreendido como a glória dos feitos republicanos, coroando a Instrução Pública com elementos de modernidade⁴⁵ (MONARCHA, 2009).

Como possibilidade para perceber e analisar a implementação da pedagogia froebeliana no Rio de Janeiro, optamos, como caminho metodológico, buscar no jornal *Gazeta de Notícias*, entre os anos de 1875 e 1909, a veiculação de possíveis informações e discussões sobre o assunto⁴⁶.

A escolha do uso do impresso para essa jornada se deu por compreendermos que em articulação aos contextos social e político, os jornais e revistas podem compor um interessante cenário no qual podemos perceber e identificar os projetos sociais e suas tensões políticas, e as ideias e projetos que estavam em disputa (BARBOSA, 2010). Mesmo sabendo das limitações existentes, reconhecemos seu grande potencial para a realização de estudos históricos que enfoquem as relações entre educação e a vida na cidade.

Para localização das informações referentes à escolarização da infância nos utilizamos do sistema de busca próprio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, através da inserção dos termos *kindergarten e jardim de infância*, dentro do recorte temporal entre 1875 e 1909. Para fins de análise, selecionamos as matérias que se referiam à discussão sobre a implementação da pedagogia froebeliana no Brasil pela

45 A criação do Jardim de Infância Caetano de Campos foi utilizada pelo governo de outras cidades do país como o norte a ser seguido por ser a primeira instituição pública do gênero no Brasil. São Paulo, nesse período, vivia o auge da economia cafeeira e despontava como a principal cidade brasileira dado o seu crescimento econômico. Nos primeiros anos da república seu destaque se ampliou entre as outras cidades e as notícias que aconteciam por lá passam a circular por aqui. Contudo, não somente informações a respeito do crescimento econômico e urbano de São Paulo tiveram destaque. A expansão das escolas públicas e o “progresso” do ensino também tiveram divulgação no Rio de Janeiro. Nas páginas da *Gazeta de Notícias*, a partir de 1890, é possível encontrar notícias referentes a esse processo, e mais, sobre as ações educativas efetivadas no interior do *kindergarten* paulista.

46 O recorte temporal dado refere-se ao entusiasmo que a temática de escolarização da infância menor de sete anos pela pedagogia de Fröebel provocou na cidade na década de 1870 até o final da primeira década do século XX, com a criação do jardim de infância público na capital do país.

esfera pública, e as relacionadas aos anúncios de oferta de serviço educativo pelas escolas privadas.

A *Gazeta de Notícias* iniciou sua circulação pela cidade do Rio de Janeiro em 1º de agosto de 1875. Segundo Asperti (2006), ela marcou a nova era vivenciada pelo jornalismo brasileiro no século XIX com a modernização da imprensa carioca pela compra de maquinários e contratação de tipógrafos importados da Europa e o “novo” jeito de fazer jornalismo (ASPERTI, 2006). Além da inovação do maquinário, a *Gazeta de Notícias* investiu no barateamento do produto e também na diversidade de informações, com notícias voltadas para os acontecimentos sociais, buscando o entretenimento dos leitores.

A *Gazeta de Notícias* possuía entre suas colunas de notícias um espaço intitulado de “folhetim”⁴⁷. Nele, grandes nomes da literatura brasileira tiveram suas obras, em geral, romances, veiculadas ao grande público (ASPERTI, 2006). Além da diversidade de informações, seus classificados recheavam quase metade da *Gazeta de Notícias*, um total, em média, de oito páginas. Os classificados apresentavam a publicidade dos mais variados produtos que iam do aluguel e venda de escravos – no período anterior a 1888, medicações para crianças e adultos, e anúncios de oferta de serviços educativos como escolas, colégios e professores particulares.

O baixo preço a que era comercializado favoreceu sua popularização, contrapondo concorrência com o *Jornal do Commercio*. Suas características “inovadoras” contribuíram para a ampliação da imprensa no Brasil e favoreceram também para o surgimento de outros jornais com aspectos similares (ASPERTI, 2006).

Tal como pincelou Kulhmann Júnior (2011), em relação ao avanço da produção histórica na educação, a partir da década de 1960, Lopes (2004) permitem-nos ampliar a discussão e compreender os motivos para esse direcionamento. Podemos compreender as mudanças de rumos na produção em História da Educação como um reflexo em decorrência das mudanças ocorridas no interior do campo da História. A partir do movimento da produção historiográfica proposto pela Escola dos Annales e da ampliação da discussão pelo movimento da História Nova, a produção em história da educação foi revista, passou de produção histórico institucional pautada no progresso e

47 Espaço geralmente localizado na primeira página do jornal destinado para a publicação de discursos políticos, novelas e romances divididos em pequenos capítulos.

na seriação dos fatos, para uma perspectiva que leva em consideração os diversos sujeitos, instituições e projetos educacionais (LOPES, 2004).

Nesse contexto, metodologias, fontes e temáticas foram revisitadas e, o que outrora era julgado como inapropriado para a produção do conhecimento histórico, foi revisto e, o que antes era marginalizado, adquiriu status de relevância na produção histórica. Além disso, os assuntos e temáticas foram revisitados e problematizados à luz de outras perspectivas, possibilitadas pela manipulação, uso e análise de outras fontes (LOPES, 2004).

Tomada esta direção, o uso da produção impressa tornou-se de fundamental importância para os historiadores, inclusive para os da área da educação, pois interessa desde jornais e revistas que contemplam um conteúdo especificamente voltado para assuntos educacionais, até os veículos que abrangem uma gama variada de informações de interesse público. São jornais, folhetins, gazetas, revistas, almanaques, pertencentes a grande ou a pequena imprensa.

Em relação ao fazer historiográfico no campo da História da Educação, de acordo com Zanlorenzi (2010), a utilização dessa fonte contribui de forma considerável para a construção do entendimento acerca dos processos sociais e históricos por ali estar impresso, os debates educacionais de determinado período e localidade. Contudo, a autora aponta que é necessário ter sempre em vista as limitações que este material possui; a questão das ideologias presentes e o direcionamento tendencioso executado pelo corpo editorial de todo e qualquer impresso são aspectos que necessitam ser levados em conta nas análises executadas (ZANLORENZI, 2010). Assim, compreendendo os impressos como uma esfera da materialidade das questões políticas e sociais debatidas no contexto social, o uso de periódicos que estiveram em circulação na cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX permite-nos visitar e avançar nos estudos voltados para a história da educação e, em especial, para a temática da escolarização de crianças menores de sete anos.

Frente a estas considerações nos colocamos algumas questões para direcionar nosso olhar no exercício de análise do material: quais eram as discussões em torno da temática de escolarização de crianças menores de sete anos apresentadas pelos periódicos? Existiam projetos em disputa? É possível identificá-los? Quais personagens estavam inseridos na discussão política, pedagógica e intelectual?

Em 30 de novembro de 1879, o jornal *Gazeta de Notícias*, dando continuidade à publicação dos discursos proferidos por ocasião da 3ª Conferência da Instrução Pública, apresenta extrato de fala realizada por Leôncio de Carvalho por meio da qual faz considerações sobre os problemas e lacunas existentes no ensino primário público ofertado no Império. Segundo Carvalho, “o número das escolas [existentes] no país, que pouco excede a 4.000, está muito longe de satisfazer as necessidades do ensino para uma população livre de mais de oito milhões de habitantes dispersos por um vasto território” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 30/11/1879, n. 329, p. 2).

Sua crítica pautava-se na realidade da oferta escolar no município da Corte. Considerava que quatro escolas-palácios, além de não serem modelos apropriados, consumiam muitos recursos. E, mesmo que o Estado tivesse condição financeira para mantê-las e criar outras da mesma natureza, os custos de tais prédios eram altos. Isso impossibilitava a criação de “novas escolas, collegios e bibliothecas, que facilitem as luzes da instrução a todas as classes sociaes” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 30/11/1879, n. 329, p. 2):

Os 1,600 contos, despendidos com esses quatro palacios, dariam para construcção de 64 escolas modestas, porém muito convenientes, calculando-se o preço de cada uma em 25 contos (...) O governo brasileiro transforma em arabesco e outros ornatos de luxo o dinheiro da instrucção publica (GAZETA DE NOTÍCIAS, 30/11/1879, n. 329, p. 2).

Posicionando-se a respeito do quantitativo de crianças abaixo da idade escolar (sete anos) considera que esse é um fator que necessita de atenção. Segundo Carvalho:

[as crianças] vagam pelas ruas, contrahindo máus hábitos, importunando os transeuntes, atropelados pela polícia, que não sabe o que fazer d'elle. (...) Grande numero de professores não possui as necessarias habilitações, cabendo a culpa d'isso unicamente ao governo, que não lhes quer dar escolas normaes, nem quaisquer outros meios com que possam instruir-se” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 30/11/1879, n. 329, p. 2).

Estes são apenas alguns dos problemas existentes no serviço de instrução pública, apontados por Leôncio de Carvalho, em meio a uma enxurrada de críticas ferozes feitas à administração imperial no Município da Corte. Como elemento para solução dessas e outras questões aponta, como medida e solução, para o decreto por ele apresentado e que fora aprovado pelo governo. Ele reforçava práticas e aspectos já

previstos pelo Regulamento de 1854⁴⁸, como a inspeção das escolas através da figura dos inspetores escolares, previa a ampliação da atuação do Estado na escolarização da população, ao incluir a criação de jardins de infância em todos os distritos da Corte.

Em defesa de seu projeto e rebatendo as críticas realizadas por João José de Oliveira Junqueira⁴⁹ (1832-1887), justificava que muito diferente do discurso proferido pelo conselheiro no Senado, em posição contrária ao decreto de reforma da instrução pública do Município da Corte, o jardim de infância não era “uma instituição de caridade para meninos válidos”, era sim “uma escola de educação”:

[que] auxilia o desenvolvimento physico dos meninos por meio de exercícius apropriados à sua idade, anim os primeiros esforços de as intelligencia, oferecendo-lhes alimento à curiosidade, pondo-lhes debaixo das vistas séries graduadas de objetos, para os quaes sua intelligencia é attrahida e que lhes proporcionam facilmente e sem fadiga conhecimentos elementares, com que se enriquece de dia em dia sua memoria (GAZETA DE NOTÍCIAS, 30/11/1879, n. 329, p. 2).

E ainda, se utilizou das afirmações feitas por Celéstin Hippeau⁵⁰, por sua vez pautado na perspectiva filosófica de Fröebel, para justificar a utilidade dos jardins de infância, no qual “o menino é uma planta humana que tem necessidade, antes de tudo, de ar e de sol para crescer, desenvolver-se e desabrochar” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 30/11/1879, n. 329, p. 2).

Por fim, finaliza a defesa do seu projeto de obrigatoriedade de construção de jardins de infância em todos os distritos da Corte, considerando que se o conselheiro Junqueira tivesse conhecimento da educação infantil desempenhada no Colégio Menezes Vieira ele não haveria pronunciado tais palavras contrárias a essa modalidade de ensino⁵¹.

48 O decreto n. 1331 A, de 17 de fevereiro de 1854, reformava a instrução pública primária e secundária do Município da Corte, voltada para a regulamentação tanto da oferta do ensino pela esfera pública quanto privada. Ver: Limeira e Schueler (2008), e Gondra e Tavares (2004).

49 João José de Oliveira Junqueira, soteropolitano, foi magistrado e político brasileiro. Dentre suas propostas de reforma que deveriam ser aplicadas no Brasil propôs a da *Instrução Pública*, na década de 1870 (SENADO, 2014).

50 Celéstin Hippeau (1808-1883) foi um intelectual francês do século XIX atuando no ensino e na imprensa sobre educação, e autor de uma vasta obra literária dentre as quais há estudos sobre o desenrolar da educação na América do Sul. Para saber mais: Gondra, Sily (2013), Schelbauer (2006)

51 Como dito anteriormente, Bastos (2001, 2011) e Kuhlmann Júnior (2011) consideram que esta foi a primeira escola no Brasil a oferecer o ensino pautado na pedagogia de Fröebel, em 1875. Em contraposição, Bida (2007) e Cardoso Filho (2009), a partir de suas pesquisas consideram que a primeira escola destinada à infância que se utilizou do método froebeliano foi criada em Castro, no estado do Paraná, em 1862. Sobre essa instituição de ensino pontuaremos melhor no próximo item quando tratamos das experiências de jardins de infância particulares.

Em 19 de setembro de 1880, em meio aos ânimos exaltados em função dessa discussão, o jornal *Gazeta de Notícias* publicou um material produzido no formato de perguntas e respostas, que apresentava aos pais diversos aspectos do ensino no jardim de infância. O material, produzido pelo colégio Menezes Vieira (1879), aborda desde questões mais básicas como os objetivos dos jardins de infância, sua importância e contribuição para o desenvolvimento infantil e até questões relacionadas ao cotidiano escolar como o tipo de vestimenta que a criança deveria utilizar no ambiente educativo e os tipos de alimento que deveria levar para o consumo próprio.

A família brasileira atravessa uma época bastante crítica; a lei de 28 de setembro vai produzindo seus naturais efeitos e muito breve a mulher brasileira, deixando de senhora, limitar-se-há ao papel de senhora, ser'á auxiliar do esposo, irá ao trabalho pedir os meios para a subsistência do casal. Nesse dia as creches e os jardins de infância são indispensáveis.

No Rio de Janeiro as classes extremas exigem a fundação de tais estabelecimentos.

Na classe pobre, as mães, que vivem nos cortiços entregues à lida quotidiana, à lavagem e ao engomado, não têm tempo para cuidar dos filhos; as crianças vagueam pelos pátios e pelas ruas, expostas à mil acidentes, adquirindo máus hábitos, preparando-se para a garotagem. Na alta sociedade, os espetáculos lyricos, os passeios à rua do Ouvidor, as estações de Petrópolis e Friburgo não permitem que as crianças recebam todo o desvelo de que carecem. Se não vagueam pelas ruas, vivem com os fâmulos e com os escravos, cuja influencia desgraçadamente nenhum brasileiro póde ignorar. (...) a importancia do jardim em relação à escola primaria é immensa. O professor encontrará o terreno desbravado, o alumno entrará com habitos de ordem, de asseio, de economia; a missão do mestre, com ser espinhosa, torna-se menos árdua e o resultado mais rápido e seguro (GAZETA DE NOTÍCIAS, 19/09/1880, n. 258, p. 3).

Deste excerto selecionado, alguns tópicos são postos à baila e que por sua vez refletem as mudanças comportamentais e relacionais em curso no último quarto do século XIX. A lei de 28 de setembro de 1871⁵² fora uma das mudanças empreendidas e que ocasionou diversos debates sobre a (des)ordem social carioca. A questão do Ventre Livre, em adição à temática da população infantil pobre, passou a demandar atenção do Estado e de parte da sociedade civil na busca por criar ações e instituições voltadas para o amparo, educação e instrução das crianças pequenas que ficavam perambulando pelas ruas, praticando “garotagens” enquanto suas mães trabalhavam. A necessidade de

52 Ver: Fonseca (2004), Abreu e Martinez (1997).

inserção e criação do hábito para o trabalho estava entre os principais pontos de pauta da discussão da proposta de escolarização dessa parte da população.

Outro aspecto que vale ressaltar é a abrangência do atendimento de distintas infâncias que o Jardim de Infância permitiria. Por um lado, havia um claro projeto para a educação das crianças oriundas das classes populares em vista dos resultados esperados e desejados para a estruturação de uma nova ordem social pautada no trabalho assalariado. Por outro, a existência de um discurso voltado para os benefícios que a escola infantil favorecia as famílias abastadas. Para esse grupo, matricular o filho no jardim de infância possibilitaria as mães continuarem participando dos eventos sociais e ainda, a substituição do constante contato e companhia de escravos, amas e outros indivíduos considerados inaptos, pelos cuidados de professoras formadas e capacitadas para o desenvolvimento das faculdades intelectuais e sociais da criança. Isso permitiria o isolamento da criança, mantendo-a distante das más companhias.

Ainda, segundo o texto veiculado, enquanto etapa anterior ao ensino primário, o jardim de infância oferecia inúmeros benefícios. O professor já encontraria “o terreno desbravado” e sua tarefa no ensino das letras e números seria menos “árdua e o resultado mais rápido e seguro”, porque desta forma o aluno chegaria na escola primária já inserido nos possuindo hábitos de asseio e ordem (GAZETA DE NOTÍCIAS, 19/09/1880, n. 258, p. 3).

Além do *Gazeta de Notícias*, outros impressos dedicavam parte de sua grade de notícias à divulgação de informações referentes às questões e projetos de educação da população. O jornal *O Paiz*, em 15 de julho de 1887, publicou uma matéria abordando os tímidos passos em direção ao progresso da Instrução Pública no Brasil, em contraposição aos avanços tidos noutras nações. A matéria, inebriada pelo tom de crítica “ao parlamento brasileiro”, ocupou parte da primeira página do impresso. Seu alvo de ataque era o resultado das constantes reduções de verba destinadas à educação pública. Como contraponto e elemento comparativo à realidade brasileira, o jornal apresentava dados colhidos no Escritório de Educação Pública norte-americana. Segundo os dados apresentados, o salto quantitativo referente ao número de instituições criadas entre os anos de 1874 e 1886, naquele país eram:

Tabela 3: Evolução do quantitativo de escolas criadas nos Estados Unidos entre os anos de 1874 e 1886.

(Fonte: Jornal O Paiz, 15/07/1887, n. 1013, p. 1)

Modalidades de ensino	1874	1886
Escolas normaes	124	265
Escolas commerciaes	126	231
Kindergarten	55	364
Estabelecimentos de instrucção secundaria	1031	1608
Escolas preparatórias	91	179
Escolas de instrucção superior para moças	209	240
Universidades e lyceus	118	148
Escolas scientificas	72	102
Escolas de teología	113	148
Escolas de direito	72	102
Escolas de medicina	99	148
Escolas de enfermeiros	**	37
Escolas de surdos-mudos	40	62
Escolas para cegos	29	33
Escolas para idiotas (<i>crétins</i>)	9	18
Asylos de órfãos e escolas industriaes	269	308
Casas de correccão	56	65
Total dos estabelecimentos de toda espécie	2674	4313

Entre as análises empreendidas pelo autor da matéria⁵³, sobre a quantidade e distintas modalidades de escolas existentes nos Estados Unidos, ele chama a atenção do leitor para o aumento do número de jardins de infância:

[O] kindergarten dos allemães, (...) têm multiplicado consideravelmente (...); e os americanos desejam tel-os dez vezes mais numerosos em toda a superfície da União, particularmente nas grandes cidades, onde as crianças pobres estão sujeitas a influencias phisicas e moraes pouco saudaveis. [Eles] são estabelecimentos de maior utilidade, que se multiplicam em todos os paízes onde o governo e o

53 Após a verificação no jornal *O Paiz* foi possível constatar que a maioria das matérias publicadas não apresentava assinatura dos seus autores, o que nos indica ser de autoria do editorial do jornal. Salvo as cartas encaminhadas por moradores da cidade contendo reclamações sobre a ordem pública, urbanização ou outro elemento. Estes assinavam com seus nomes ou adotavam pseudônimos.

povo zelam, como devem, a educação da infância; é melhor meio de preservar as crianças dos inconvenientes e perigos da rua, de fortificar-lhes o corpo e abrir-lhes o espírito (O PAIZ, 15/07/1887, n. 1013, p. 1).

Em clara crítica ao andamento da proposição de criação deste tipo de instituição no Brasil, questiona o escritor: “O que temos nós feito em objeto tão interessante à geração nascente, da qual dependerá a grandeza e o futuro da nossa pátria?” (O PAIZ, 15/07/1887, n. 1013, p. 1). Segundo estudos (CHAMON, FARIA FILHO, 2007, WARDE, 2000), a partir da segunda metade do século XIX, os Estados Unidos passaram a dividir com os tradicionais países europeus símbolos do progresso o modelo e exemplo de nação a ser seguido pelo Brasil. Entre os fatores possíveis para entendimento da razão para a mudança, ou ampliação do foco, segundo Chamon, Faria Filho (2007), podemos levar em consideração as similaridades existentes no processo de construção histórica entre os dois países.

O fato daquele país ter sido colonizado ao mesmo tempo em que o Brasil, de suas instituições serem também recentes dele ter sido um país escravista até muito recentemente e, somado a isso tudo, de ser um país também de dimensões continentais (CHAMON; FARIA FILHO, 2007, p. 47).

No contexto de mudança do cenário político, com o regime republicano, as discussões voltadas à escolarização da população acirraram os ânimos dos intendentes municipais, conforme a análise realizada por Rosane Torres (2012) dos debates sobre a instrução pública ocorridos no Conselho Municipal, bem como, das reformas efetuadas no período de 1892 a 1902. Estava em jogo o interesse em adequar a sociedade carioca às necessidades vivenciadas no pós-abolição. Para isso, os debates em torno da formação do cidadão trabalhador brasileiro desde a mais tenra idade mobilizavam políticos, intelectuais, professores e outras categorias profissionais (FONSECA, 2004; TORRES, 2012).

Em 1893, a questão de reformulação do ensino municipal tornou-se destaque entre as discussões efetuadas pelo conselho da intendência municipal, mais especificamente em torno do projeto de lei n. 70⁵⁴ elaborado por Silva Gomes. Segundo o relator da notícia:

54 Ver: Torres (2012).

As importantes questões agitadas por este projecto não podiam deixar de merecer attenção particular do conselho, e attrahiram ao recinto da intendencia crescido numero de auctoridades do ensino e professores, naturalmente empenhados em acompanhar os incidentes de uma discussão, que entende tão de perto com os interesses geraes da sociedade (GAZETA DE NOTÍCIAS, 29/01/1893, n. 28, p. 1).

Segundo o projeto de reforma da instrução pública, o jardim de infância compreenderia parte do ensino primário e estaria voltado para a “educação moral, intellectual e physica” de crianças com idade entre quatro e sete anos. De acordo com o defendido nas sessões de debate do projeto, tanto na Intendência Municipal quanto o relatado pelo jornal, “esses estabelecimentos correspondem a uma necessidade reconhecida em todos os grandes centros populosos, que abunda o proletariado” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 31/01/1893, n. 30, p. 1).

Em crítica à proposta de criação de jardins de infância pela municipalidade Dr. Capelli⁵⁵ levantou alguns pontos, para ele, considerados inapropriados para a realidade do Distrito Federal. O primeiro ponto tinha como referência a inexistência de pessoa especializada na pedagogia infantil que pudesse ocupar o cargo de direção e que, levando a cabo a pedagogia froebeliana, não poderia ser incluso no seu programa “o ensino da leitura e da escrita” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 31/01/1893, n. 64, p. 1).

Entre os pontos de tensão existente na discussão sobre o jardim de infância estava a questão da sua natureza e objetivo: dever-se-ia ensinar a ler, escrever e contar ou não? O autor na matéria considera que as experiências empreendidas por Menezes Vieira na sua escola seguiam em risca o que havia sido discriminado por Fröebel na sua metodologia. Ali as crianças apenas exerceriam atividades de corte, dobras, desenhos, utilizar os *dons*, e tudo o mais previsto na metodologia. Contudo, em vista dos encaminhamentos e aprimoramentos, a pedagogia “idealizada por Froebel” foi modificada com vantagens. Continua o autor:

Seria na verdade um despropósito ensinar uma criança de 4 annos a ler, escrever e contar; (...) mas, por que razão, dos 6 para os 7 annos de idade, isto é, na terceira e ultima classe do jardim de infância, não poderia o alumno adquirir os *primeiros elementos* para a leitura, para a escripta e para o calculo, desde que tudo isso lhe seja ministrado

55 João Baptista Capelli Camarano pertencia ao grupo de médicos higienistas que atuava sobre a questão da infância. Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1884, onde defendeu a tese sobre a “alimentação de crianças nas primeiras idades” na cátedra de clínica médica e cirúrgica de criança (GONDRA, 2004; CARNEIRO, 2006).

critériosamente, por methodo adequado à intelligencia da criança?
(GAZETA DE NOTÍCIAS, 4/2/1893, n. 34, p. 1).

A proposição de ser o jardim de infância uma etapa anterior ao ensino primário é uma constante que já podemos perceber na fala de Leôncio de Carvalho em defesa do decreto de organização do ensino na Corte, em 1871, como visto anteriormente. Em complementação, enfatizava que caberia aos inspetores escolares zelarem para que “antes dos seis annos de idade se procure [não] fadigar o cérebro da criança com trabalhos superiores às forças do seu organismo em via de desenvolvimento” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 4/2/1893, n. 34, p. 1)⁵⁶.

A partir dos encaminhamentos dados pelos legisladores, conselheiros e figuras do meio pedagógico, podemos perceber uma tendência de alteração do projeto de educação infantil original. Havia um consenso de que o jardim de infância não era uma escola tradicional, onde seriam ensinadas as primeiras letras e números, mas, enquanto espaço educativo, o ensino de questões “elementares” não poderia ser desprezado. Utilizar o jardim de infância como momento de inserção nas primeiras letras era o principal ponto de debate entre os intelectuais da educação (CHAMON, 2005).

Essa “mudança de rumos”, dada a proposta em implementação, corresponde à noção de circulação, apropriação, implementação e adaptação de propostas educativas importadas para a realidade local. Compreendemos que as adaptações realizadas nos modelos e projetos educativos estrangeiros em implementação no Brasil não devem ser vistas como elementos de corrupção, mas sim traços que nos permitem identificar a agência dos indivíduos no processo histórico educacional.

Em tese, com referência às discussões em torno dos Jardins de Infância, no período anterior à criação da primeira unidade pública na cidade do Rio de Janeiro, não havia oposição à iniciativa, mas diferentes concepções sobre os objetivos e a metodologia de trabalho desta modalidade escolar, como foi visto acima. As discussões sempre se relacionavam e se dirigiam à importância da criação desse tipo de instituição de ensino em favor da urgência e emergência da formação e instrução de crianças, principalmente pobres, para a formação do cidadão e do futuro trabalhador.

56 A partir da análise da proposta metodológica do *Kindergarten* torna-se possível perceber que o jardim de infância assumiu um caráter pré-escolar sem contudo deixar de lado a perspectiva metodológica proposto por Fröebel. Sobre a construção de uma identidade pré-escolar do jardim de infância no Brasil ficará mais clara de ser percebida quando analisarmos as fotografias tiradas no interior do Jardim de Infância Campos Salles, no próximo tópico.

Ao que nos parece, através do acompanhamento das notícias em circulação na cidade do Rio pela *Gazeta de Notícias*, o entusiasmo em torno das discussões sobre a necessidade de criação de escolas para crianças pequenas decaiu entre os 1890 e 1907. Uma e outra notícia continuou sendo publicada, mas somente em referência às festas de encerramento do ano letivo efetuadas pelo jardim de infância público paulista, o Caetano de Campos.

No passar da primeira década do século XX, o assunto torna a ocupar as páginas da *Gazeta de Notícias*, em função do início da construção do primeiro jardim de infância carioca, na praça da República, 30 anos após o decreto Leôncio de Carvalho. Em 24 de março deste mesmo ano, uma coluna dedicou atenção a este assunto publicando um artigo sobre uma das dimensões desse ensino: o cuidado e zelo com as crianças.

Ahi está uma noticia que deve encher de satisfação todos aquelles que tomam interesse pelas crianças, zelando-as e cuidando-as, na árdua e difficil tarefa de encaminhá-las no ensino, desde os mais verdes annos. (...) que as guie e conduza ao caminho do bem, na larga estrada do mundo, semeada de espinhos e de tropeços e onde o vicio se ha implantado com uma audácia assombrosa, contaminando desde cedo a criança, industriando-a no exercício do crime e dos máos hábitos, enchendo-lhe a alma de descrença e de perversidade, envolvendo-a inteira numa atmosphera escaldante de corrupção, estimulando-lhe o cerebro e exterminando-lhe os bons sentimentos. É sem duvida um movimento patriótico, de um alcance extraordinário, cujos benefícios não longe estarão. (...) é, sem duvida, à tarefa imposta aos escolhidos mestres do Jardim da Infancia que iniciarão na vida os futuros cidadãos neste Brasil abençoado e majestoso, onde tudo é bello e grande, onde a natureza se esmerou, concedendo-lhe dotes extraordinários e bellezas sem rival, e onde o mal não poderá vicejar impunemente, cortado ou pelo menos modificado desde suas primeiras manifestações. (...) (GAZETA DE NOTÍCIAS, 29/03/1909, n. 88, p. 4).

Os passos dados em direção à escolarização da população que vivia nas zonas urbanas e suburbanas na cidade do Rio de Janeiro, no período que compreende a passagem do século XIX para o XX, foram diversos (SCHUELER, RIZZINI, MARQUES, 2014). A escola não era de único formato e característica; diversas modalidades escolares surgiram entre o século XIX e o XX destinadas à instrução e educação do povo: escolas isoladas, escolas palacianas construídas pelo governo imperial (SCHUELER, 2005; SCHUELER; MAGALDI, 2009), as escolas particulares (LIMEIRA, 2010), subvencionadas, escolas noturnas criadas por associações de classes

operárias, grupos religiosos e/ou filantrópicos e pelo próprio Estado (COSTA, 2007; SCHUELER; RIZZINI, 2014), entre outras possibilidades existentes.

No contexto da proclamação da república, a situação econômica na Capital Federal não era muito animadora, de acordo com os relatos dos prefeitos nos Boletins periódicos apresentados na Intendência Municipal⁵⁷ e, por sua vez, as propostas de racionamento das verbas públicas também atingiam os serviços de instrução pública. Com o objetivo de identificar os problemas que permeavam o serviço de ensino municipal, lançamos mão dos relatórios de 1899, 1900 e 1901, inseridos nos Boletins da Prefeitura, localizados no AGCRJ, apresentados pelos prefeitos em exercício nesse período. Daremos ênfase à situação das escolas primárias, modalidade na qual os jardins de infância irão se inserir na década de 1910⁵⁸.

Dentre os diversos problemas que envolviam o ensino no município do Rio de Janeiro, a falta de prédios próprios e apropriados para o funcionamento das escolas, o quadro de gratificação dos professores e ainda, o racionamento de funcionários, eram uma constante. Buscar solução, para esses e outros problemas, era uma árdua e difícil tarefa a medida que a população crescia e, com ela, a procura pela escolarização⁵⁹.

De acordo com José Cesário de Faria Alvim⁶⁰, a necessidade de reforma do ensino público primário era inevitável. A “perniciosa organização que lhe foi dada pelas ultimas reformas” conservou os males existentes na instrução pública que é um serviço “complexo e cheio de dificuldades”. Entre os seus reclames, um dos principais pontos estava a “escola subvencionada⁶¹”. Segundo Faria Alvim, a proposta original para a efetivação dessas escolas era permitir a economia do dinheiro público com a isenção da necessidade de construção de prédios escolares, gastos com material e subsídios necessários para a execução do ensino. Contudo, além do pagamento dos prédios, a

57 A coleção dos boletins municipais pode ser consultada na biblioteca do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

58 Como será possível perceber no final do terceiro capítulo após o período de vigência do contrato as professoras contratadas para atuarem no Jardim de Infância Campos Salles ingressaram no funcionalismo público.

59 As discussões sobre a escolarização da população carioca atualmente encontram-se em ampliação. A grande contribuição desses trabalhos está na aproximação realizada da questão escolar/educativa com os contextos social, político e econômico na relação com as mudanças ocorridas no espaço urbano do Rio de Janeiro. Ver: Schueler, Rizzini, Marques (2014); Schueler, Rizzini (2014).

60 Cesário Alvim (1839-1903) exerceu o cargo prefeito do Distrito Federal entre 23 de maio de 1899 e 1º de fevereiro de 1900. (BOLETIM DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL, 1899, 1900).

61 Por escola subvencionada compreende-se o modelo baseado na contratação de serviços oferecidos por professores particulares. Para o funcionamento da escola, a Municipalidade realizava o pagamento de uma quantia para a utilização do prédio privado e ainda, por meio da contabilidade do índice de matrícula e frequência dos alunos, era realizado o pagamento do salário do professor. Esse tipo de escola era mais comum nas zonas suburbanas e rurais da cidade.

Municipalidade, complementa o prefeito, ainda se via obrigada a financiar e disponibilizar os “moveis, [os] fornecimentos escolares e até os vencimentos de 400\$ mensaes (...)” aos professores contratados (BOLETIM DA PREFEITURA, 1899, p. 30).

Outro problema adquirido com o modelo estabelecido foi o de tornar-se “porta de entrada para o quadro de funcionarios publicos”. Os professores contratados, vez e outra, eram habilitados para a docência pública “com a dispensa de quaesquer provas de habilitação e de aptidão para o ensino!”:

Uma das anomalias que para logo despertou a minha atenção foi a instituição – escolas subvencionadas – que se achava consagrada em decretos legislativos e em praticas condemnaveis (...). [Se] a escola subvencionada, [fosse] organizada com critério, seria o caminho seguro para alliviar o município, ao menos em grande parte, dos pesados encargos que lhe acarreta a diffusão do ensino, fomentando ao mesmo tempo a nobilíssima industria das lettras. Longe disso, foi completamente deturpada a instituição (BOLETIM DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL, 1899, p. 30).

Em 1900, passou a ocupar o cargo de prefeito o Dr. Antônio Coelho Rodrigues⁶² (1846-1912). Em sua mensagem e relatório ao Conselho Municipal, ele continua e aprofunda o campo de análise dos problemas da instrução pública, voltando-se para o modelo de escola subvencionada em vigor, alvo de ataques do prefeito anterior:

Não contente o legislador de 1898 com proporcionar aos professores subvencionados moveis, fornecimentos escolares e o vencimento de 400\$ mensaes, abriu-lhes a porta de entrada para o quadro dos funcionarios públicos, concedendo-lhes ainda mais a vantagem de contarem, como de serviço publico, para todos os effeitos, uma boa parte do tempo decorrido durante a subvenção! Taes regalias iniciadas como privilegio de normalista, forão depois generalisadas, para aproveitarem a professores subvencionados que havião recebido tal favor com dispensa de quaesquer provas de habilitação e de aptidão para o ensino! (BOLETIM DA PREFEITURA, 1899, p. 30).

Para finalizar a discussão sem querer esgotar as possibilidades de análise, Dr. Antônio Coelho Rodrigues, endossando a necessidade de reforma do ensino municipal, adiciona ao seu relatório apresentado ao Conselho Municipal em março de 1900 as seguintes críticas:

⁶² Nascido em 1846 no Piauí, formou-se Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Recife em 1866. Em 1900 exerceu o cargo de prefeito do Distrito Federal. Faleceu em 1912.

Os serviços da instrução, dada [sic] pela Municipalidade deste Districto, constituem actualmente onus pesadíssimo sem vantagens correspondentes e offerecem a perspectiva de muito maiores dispêndios no futuro (...) (BOLETIM DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL, 1900, p. 25).

Na sequência de seu texto, Rodrigues discorre sobre outro fator que pesava sobre o orçamento da Prefeitura e que necessitava de urgente interferência: o salário e bonificações dos professores. O plano salarial como o quinquênio e as gratificações adicionais eram tantas que “mal se podem calcular as enormes despesas resultantes desse benefício de juros capitalizados” (BOLETIM DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL, 1900, p. 25). Uma das questões problemáticas identificadas pelo prefeito Rodrigues no plano de bonificação era a idade mínima da nomeação dos alunos da Escola Normal que poderia ser feita aos 15 anos de idade. Assim, acumulados os quinquênios e gratificações durante todo o período de serviço na Instrução Pública, atingiria valores muito superiores.

Na sequência, realizou outra crítica à gratificação de 20\$ paga aos professores por cada aluno aprovado nos exames finais:

Assim, além das vantagens de bons vencimentos e das que ficão apontadas, com accrescimo da concessão de casa para residência ou a falta de respectivo subsidio pecuniário, a Prefeitura para ao professor mais uma vez, à razão de 20\$ por cabeça o ensino dos alumnos aprovados! Dahi poderá resultar que interesses alheios ao da justiça venhão influir nas aprovações, o que, infelizmente, parece já demonstrado pela grita desmoralisadora que se levanta annualmente contra o favoritismo nas aprovações de exames e contra conluio entre professores. Escusado é demostrar o quanto tudo isto concorre para o desprestigio do professorado e até dos altos funcionarios da administração. (BOLETIM DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL, 1900, p. 26).

Em razão ao curto período de tempo que João Fillipe Pereira⁶³ havia ocupado o cargo de prefeito da cidade, não foi apresentado relatório detalhado das despesas e dificuldades encontradas na Instrução Pública aos Intendentes. Justifica a ausência do “estado da arte” e solicita a “atenção [dos Intendentes] para a reforma necessária de todos os serviços da Instrução publica, que constituem pesadíssimo onus para a

63 João Pereira nasceu em 1861, formou-se engenheiro pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Sucedeu Antônio Coelho Rodrigues na prefeitura do Distrito Federal, permanecendo até 1901. Faleceu em 1950.

Municipalidade sem vantagens correspondentes” (BOLETIM DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL, 1900, p. 26).

A Escola Normal do Distrito Federal, modalidade escolar responsável pela formação dos professores e professoras que assumiriam o ensino primário nas escolas públicas, não escapou das críticas, a despeito de sua identificação com a modernidade pedagógica. A tradição do aprendizado do ofício de professor em sala de aula, mantida na maior parte do período do Império (SCHUELER, 2012), emergia nos debates dos dirigentes municipais. O caráter escolar de formação dos professores considerado pelo prefeito João Fillipe Pereira como uma escola de “sciencias e lettras sem applicação directo ao ensino” foi utilizado por ele como ponto de crítica em vista dos afamados “custos” sem apresentar “vantagens correspondentes” (BOLETIM DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL, 1901, p. 82). Sobre este ponto, especificamente, Torres (2012) apresenta que já em 1893 os Intendentes demonstravam preocupação e incomodo com a demasia que o “o caráter ‘científico’ possuía na organização curricular” (TORRES, 2012, p. 55). Ainda segundo a autora:

Defendiam menos ciências e mais instrução elementar, os intendentes advogavam que a tarefa do ensino público primário era preparar os alunos para o “mercado de trabalho”, meio através do qual eles poderiam garantir sua sobrevivência e a sobrevivência de sua família” (TORRES, 2012, p. 55).

Do outro lado da moeda, podemos perceber a relação da população diante da temática. De acordo com Schueler, Rizzini e Marques (2014), a escolarização da população não deve ser vista, apenas, como reflexo das ações governamentais. A população buscava, à sua maneira, jeitos e manejos para a sua inserção em um ambiente escolar e na vida da cidade. Assim, as ações governamentais, embora pudessem destinar os rumos da escolarização na cidade, a ação dos sujeitos, principalmente dos populares, em busca de sua educação, não pode ser desconsiderada. Mesmo em pleno discurso e projetos de reorganização do ensino público, a crescente demanda por matrículas nas escolas públicas pode ser compreendida como um nó na trama e uma das dimensões de sua complexidade.

Para além de uma adesão ao processo de ordem social defendida por legisladores, intelectuais, juristas e outros indivíduos inseridos e participantes da cena política, criminal e pedagógica devem também ser levadas em consideração as possíveis

compreensões tidas pelos trabalhadores sobre as possibilidades de inserção social, que a aquisição da leitura, escrita e da matemática permitiriam no contexto urbano carioca. O acesso à instrução era um dos elementos essenciais para alcançar os postos de trabalho na cidade, além de favorecer a distinção e ascensão sociais (SCHUELER; RIZZINI; MARQUES, 2014).

2.3 - Especificidades da pedagogia froebeliana: aspectos materiais e a formação do professorado

Enquanto pedagogia específica, o Jardim de Infância, possui um corpus metodológico direcionado às necessidades das crianças com idade entre três e seis/sete anos. Para além do atendimento desse público específico, sua aplicação estava condicionada ao cumprimento de um cânone que correspondia a questão de aspectos físicos, materiais e de formação do professorado.

Em vista da conjuntura e realidade política, social e pedagógica carioca, podemos ter como hipótese que a implementação dessa modalidade de ensino fora realizada a partir da apropriação do limitado conhecimento sobre a metodologia em circulação. Os folhetos, livros, notícias, relatórios e outros materiais não davam conta, por si só, de aprofundamento no estudo e na formação, como apontou Rui Barbosa (BRASIL, 1947) e Maria Guilhermina (BASTOS, 2008) em seus relatórios citados anteriormente.

O modelo proposto por Fröebel para a formação das jardineiras deveria ir além do oferecido pela Escola Normal. O ensino dos aspectos teóricos e metodológicos deveria estar associado à construção de uma escola infantil, anexa à escola de formação do professorado, a fim propiciar a integração entre teoria e prática, de acordo com as propostas desenvolvidas pelo criador do *Kindergarten* (BRASIL, 1947).

Esse modelo era o defendido por Barbosa em seu relatório. Apontou, incisivamente, que da mesma forma que as professoras primárias deveriam passar por formação específica, tanto teórica quanto prática, para a obtenção do diploma que lhes autorizassem o exercício do magistério, assim também deveria ser previsto para as jardineiras. “Sem esta medida é impossível fundar seriamente em nossa pátria a instituição de Fröebel” (BRASIL, 1947, p. 108).

A fuga do modelo de formação, proposto pelo “grande jardineiro”, Fröebel, ocasionaria resultados indesejados, como por sinal já estava acontecendo em algumas cidades norte-americanas, onde os jardins de infância se tornavam meras escolas primárias e que, segundo considerou Barbosa:

a educação desses pseudo-kindergartens reduz-se a simples alterações da velha rotina com alguns passatempos infantis e certo número de trabalhos *imitativos, cujo fruto cifra-se em tornar frívolas as crianças, convertê-las em pequenas máquinas, ou leva-las ao aborrecimento* (...). Não basta assoalhar um dístico, reunir uma classe de crianças de três a seis anos, dispor imagens, quadros plantas, hortos; graduar uma série de movimentos ginásticos; reunir todos os brinquedos de Froebel; praticar, mais ou menos monotonamente, com a esfera, o cubo o cilindro, os paralelepípedos, as taboinhas, as talas, os anéis; acumular exercícios de modelação, tecelagem, entrelaçamento, recorte, marca, desenho, para observardes as leis froebelianas (BRASIL, 1947. Grifos no original).

As observações efetuadas por Barbosa demonstram sua preocupação com o modo como seriam implementados os jardins de infância na capital do Império. Tais reflexões podem ser relacionadas ao decreto que reformou o ensino primário na Corte (1879). O mesmo previa a criação de escolas para crianças menores de sete anos, no entanto, nada tratou sobre a questão da formação docente.

Ainda, de acordo com o relatório, o Brasil estava longe de possuir, entre seus cidadãos, alguém com a formação necessária para levar a cabo a implementação da pedagogia froebeliana no território nacional. A educação livresca, principal fonte de informação e formação daqueles que já se aventuravam na efetivação dessa modalidade de ensino, era ineficiente e insuficiente. Para o conhecimento do método Fröebel era necessário a vivência em instituição no estrangeiro por um período de tempo, de forma que permitisse o domínio de toda a arte. Para solução dessa questão, Rui Barbosa considerava que professores primários municipais selecionados deveriam ser enviados para a Alemanha, sob o financiamento do governo, para obter a formação necessária (BRASIL, 1947).

Conforme podemos perceber com base na tabela 2, pudemos localizar, na cidade do Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX, dez escolas autoidentificadas como “jardim de infância”, localizadas a partir dos anúncios de serviço publicadas pelo jornal *Gazeta de Notícias* entre os anos de 1875 e 1909. Contudo, embora a escassez de fontes sobre essas instituições dificulte um maior esclarecimento da questão, podemos

supor que muitas escolas que recebiam crianças com idade inferior a sete anos se utilizaram do termo que estava em voga sem, necessariamente ter a capacidade teórica e metodológica para sua apropriação. Nossa consideração se baseia na ausência de especialistas no Brasil, tal como foi apontado Barbosa (BRASIL, 1947) e Andrade (CHAMON, FARIA FILHO, 2007), em momento oportuno. Em vista desse motivo, tais instituições poderiam não seguir a proposta tal qual havia sido elaborada.

Um indício para tal problematização está na projeção que a abertura do jardim de infância e seu seminário para a formação de jardineiras por Maria Guilhermina, após seu retorno ao Brasil, obteve na cidade. Mesmo levando em consideração que o anúncio (figura 12) seja uma produção particular, permeada de interesses, ele nos possibilita levantar a hipótese de que o apontamento sobre sua formação no exterior tenha sido feito na intenção de dar legitimidade ao estabelecimento e à professora. O texto utilizado, apontando Maria Guilhermina como “graduada na Academia Froebeliana do professor John Kraus e M. Maria Kraus-Boetle, de New-York”, pode ser entendido como uma intenção em marcar e fazer a distinção frente aos demais estabelecimentos de ensino existentes.



Figura 12: Anúncio do Kindergarten de Maria Guilhermina publicado no jornal Gazeta de Notícias (fonte: GAZETA DE NOTÍCIAS, 5/01/1888, n. 5, p. 3)

Além dessa oferta de serviço, em 29 de fevereiro de 1888, foi publicada uma “carta” que, como assinatura, estava registrado “um pai”. Ela dá destaque à novidade pedagógica que Maria Guilhermina inseria na cidade. A carta foi originalmente publicada no jornal *Instrução Publica* e republicada pela *Gazeta de Notícias*. Segue:

Sob a direcção da illustrada professora a Sra. D. Maria de Andrade, abriu-se em janeiro um seminário para educação das jardineiras, e ao mesmo tempo um jardim de infância onde as alumnas-mestras hão de praticar. A digna fundadora do instituto mostra comprehender a responsabilidade que assume a solitudine indispensável para que não fique prejudicada por deficiente intuição de quem aprende a idéa fecunda e dedicada que se contém no Kindergarten. Esperamos que só teremos occasião de louvar a direcção e os resultados do único seminário de jardineiras, que por emquanto intenta-se inaugurar. Funcionam as aulas na rua do Cattete, n.109.
Um pai. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 29/2/1888, n. 60, p. 3).

O Seminário organizado e dirigido por Guilhermina tornou-se a única instituição na cidade, e quiçá no Brasil, que fornecia a educação voltada para a atuação nos jardins de infância. Pois, mesmo estando a Escola Normal da Corte em funcionamento nesse período, não havia, no seu quadro de docentes, pessoa formada na especialidade nem disciplinas voltadas para essa questão⁶⁴.

Para a efetivação do Jardim de Infância Campos Salles, por sua vez, houve uma preocupação em seguir a pedagogia tal qual era proposta, os quais foram providenciados: os aspectos arquitetônicos, com a construção de prédio próprio e específico em um espaço nobre no centro da cidade, no interior do grande Jardim público, evocando assim a metáfora efetuada por Fröebel; materiais, com a compra e importação de material e mobiliário próprio para o uso das jardineiras e das crianças; e o pedagógico com a construção e aprovação do regimento interno do jardim de infância, programa de ensino e a contratação de professoras consideradas aptas para atuarem no espaço. Tais elementos podem ser pensados e trabalhados a partir do conceito *cultura escolar*, pensado para a constituição de um ambiente educacional específico para crianças pequenas (JULIA, 2001).

64 As disciplinas ofertadas, citadas com base na relação daquelas cursadas por uma aluna da Escola Normal, entre os anos 1879 e 1905, apresentavam a seguinte configuração quando aplicadas ao público feminino, predominante na Escola: francês, trabalhos de agulha, ginástica, português, desenho, música, matemática, aritmética e álgebra, trabalhos manuais, caligrafia, geometria, trigonometria, geografia, desenho de ornato, história geral, história natural, história da América, história do Brasil, química, física e literatura (LIVRO DE REGISTRO DE ALUNOS DA ESCOLA NORMAL DO DISTRITO FEDERAL - LIVRO 3. 1896-1932. CMEB-ISERJ).

Considerado como escola primária⁶⁵, o jardim de infância, segundo designação do regimento interno, era “estabelecimento de primeira educação” cujos meninos e meninas, de quatro a sete anos, receberiam instrução e educação “de acordo com seu desenvolvimento physico, intellectual e moral”. O programa de ensino era dividido em três períodos, correspondentes a cada faixa etária. O jardim de infância receberia, no máximo, 150 crianças (BOLETIM DA PREFEITURA, 1909, p. 119).

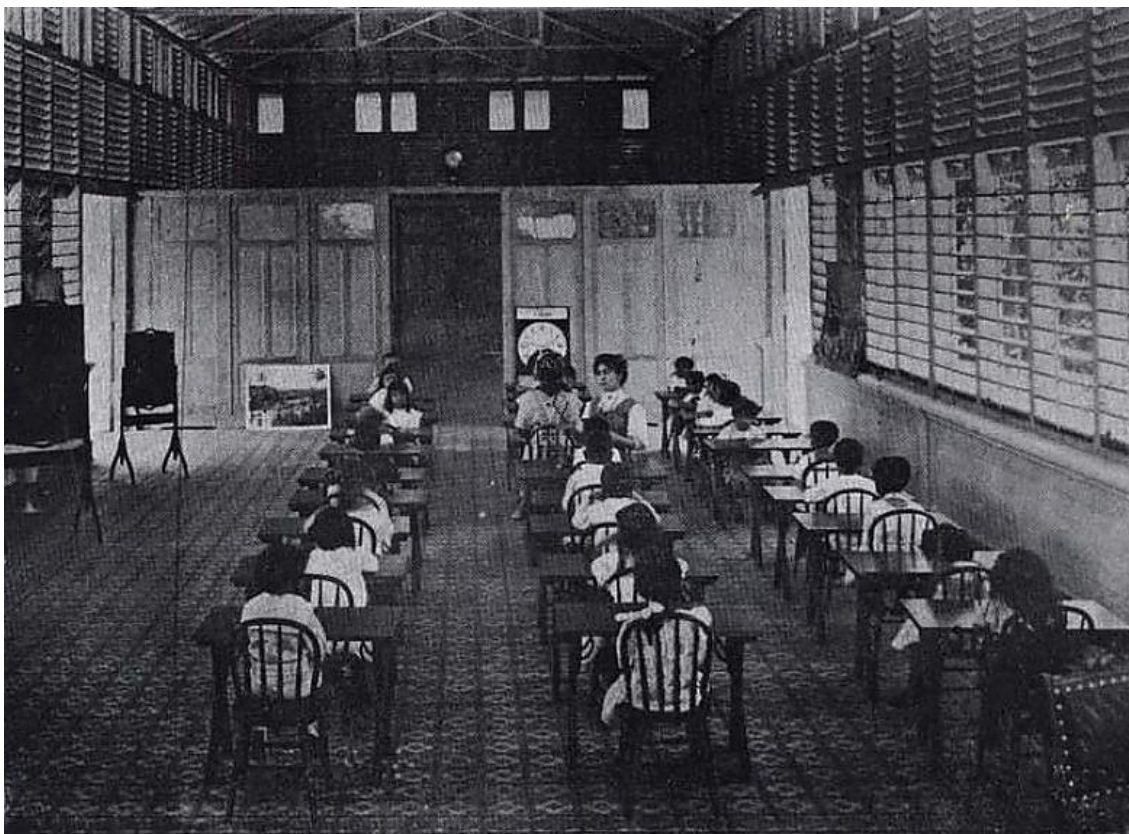


Figura 13: Aspecto de uma sala de aula do Jardim de Infância Campos Salles c.1912 (Fonte: BRASILIANISCHE RUNDSCHAU, 1912, n. 5-6, p. 178)

Por se tratar de uma novidade pedagógica, podemos supor a existência de alguns conflitos entre uma perspectiva tradicional de ensino, livresca, e uma voltada para a ação e métodos ativos. Tal conflito, por sua vez, pode ser percebido através da “leitura” de algumas fotografias de época da escola. Cientes de que a fotografia não corresponde à realidade, mas sim a um cenário construído, e que para realizar uma análise mais aperfeiçoada necessitaríamos de uma série de imagens, ressaltamos que as conseguimos

65 De acordo com os decretos municipais da cidade do Rio de Janeiro: n°. 7247 de 1879; n°. 83 de 1893; n°. 52 de 1897 e o n°. 844 de 1901.

obter nos apresentam sinais e indícios (GINZBURG, 2007) para a realização de análises do espaço e da cultura escolar. É possível ter uma noção da organização e ocupação dos espaços da escola bem como das atividades pedagógicas empregadas no Jardim de Infância Campos Salles⁶⁶.

Através da fotografia acima (figura 13), temos indícios do fazer pedagógico em sala de aula do Jardim de Infância. Embora o método froebeliano estivesse pautado no fazer e, principalmente no brincar, os elementos presentes na fotografia não favorecem essa leitura. O amplo espaço, de construção similar a um celeiro, possui em seu interior as tradicionais carteiras escolares individuais; a professora ocupa o espaço central entre uma turma dividida em dois grupos, um defronte ao outro. As crianças, cada qual no seu lugar, encarnam a postura de atenção. Pela fotografia, a essência da pedagogia froebeliana não é favorecida nem demonstrada. Pelo contrário, o cenário é muito similar ao praticado nas escolas primárias de crianças mais velhas.

Por sua vez, embora as imagens abaixo apresentem pouca qualidade, é possível identificar elementos presentes na proposta de uma pedagogia ativa, própria do pensamento froebeliano. Na figura 14, podemos perceber um grupo de crianças no espaço externo da escola. Diante de uma das fachadas do prédio, as crianças estão organizadas em semicírculo, sob a coordenação da professora que está em posição central na imagem. Elas aprendem sobre jardinagem (de acordo com a legenda da imagem 14, veiculada pela *Gazeta de Notícias*). Na figura 15, é possível perceber as crianças em atividade, organizadas em grupos, sob a supervisão e orientação das professoras, as quais em formação de roda, executam uma atividade, também no espaço externo da escola. Tais atividades retratadas estavam previstas no programa de ensino do regimento interno da instituição⁶⁷.

66 Pela grande dificuldade em localizarmos fotografias referentes ao Jardim de Infância Campos Salles, a estratégia efetuada foi investir em revistas e periódicos a fim de identificar algum material. Tal investimento foi produtivo, pois localizamos, principalmente em revistas, como a *Fon-Fon* e na *Brasilianische Rundschau*, parte das fotografias que aqui nos utilizamos. Além dessas, aquelas publicadas pela *Gazeta de Notícias* e duas encontradas no acervo memorialístico do Jardim de Infância Campos Salles.

67 De acordo com o regimento interno, aprovado pelo pela Intendência Municipal, em 1910 o ensino era “ministrado intuitiva e gradativamente, em tres período ou annos”. O primeiro período, correspondente a crianças de quatro anos era composto por: “conversações infantis que tenham por fim formar o coração da creança incutindo-lhe sentimentos de amor e bondade. Noções de forma e cores, fazendo applicação dos materiais; caixas e bolas. Noções de linhas. Modelagem, por imitação e invenção. Jardinagem”. O segundo período, para crianças com cinco anos, continha: “conversações infantis em que se salientem o amor e a obediência aos pais e aos mestres. Conhecimento da esphera. Cores. Conhecimento do cubo. Diversas applicações em exercícios recreativos. Conhecimento da addição. Jogos

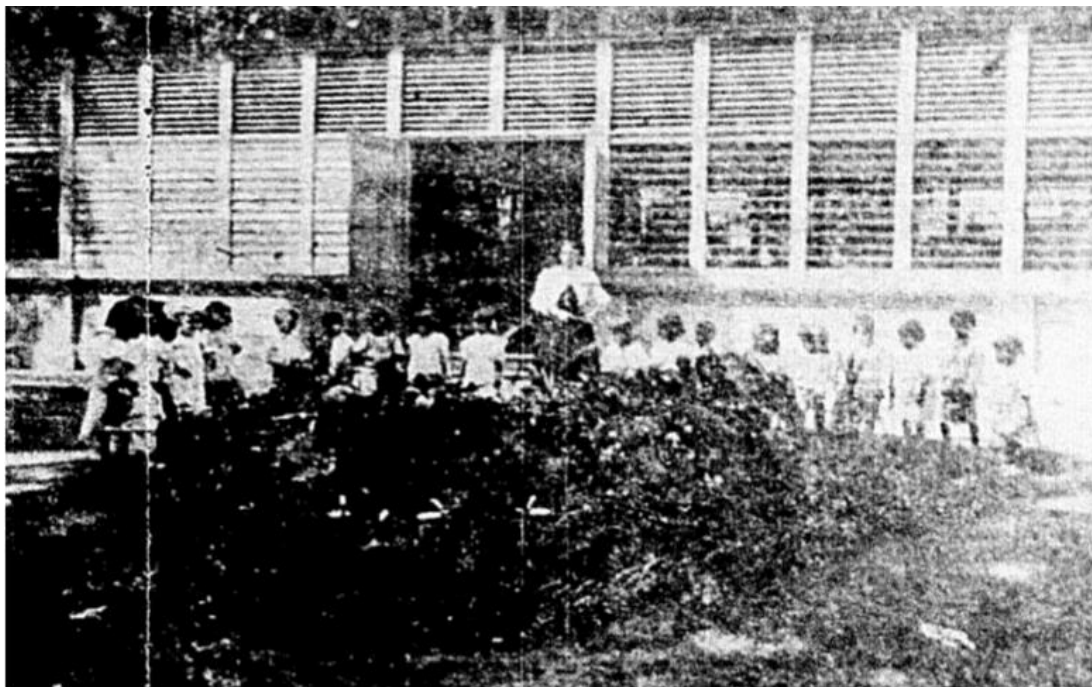


Figura 14: Aula de jardinagem, 1911, BRUN (fonte: Gazeta de Notícias, 10/04/1911, n. 100, p. 3)



Figura 15: Alunos brincando no pátio da escola, 1911, BRUN (Fonte: Gazeta de Notícias, 10/04/1911, n. 100, p. 3)

gymnasticos com canticos. Modelagem, por imitação e invenção. Jardinagem”. O terceiro período, para crianças de 6 anos: “conversações infantis com intuito de formar o caracter da creança. Elementos de educação moral e cívica. Conhecimento do cyllindro, cubo e cone. Conhecimento da subtração e multiplicação por meio de exercícius recreativos. Trabalhos manuaes. Desenho e modelagem. Jogos gymnasticos com canticos. Noções de história natural. Jardinagem (BOLETIM DA PREFEITURA, 1909, p. 119)

Na figura 16, um outro momento da vida escolar foi forjado através da pose fotográfica que evoca ordem e disciplina. Segundo a legenda que acompanha a fotografia, a atividade corresponde a uma festa organizada pela diretora e vice-diretora da instituição, Zulmira Feital e Cândida Guanabara, respectivamente, no plano central, ao lado direito da imagem, as duas de pé. Na proximidade das mesas onde as crianças estão sentadas estão as professoras e suas auxiliares.



Figura 16: Aspecto de atividade do Jardim de Infância Campos Salles c. 1910, Augusto Malta (fonte: REVISTA FON-FON, 1910, n.20, p. 17)

Para além da possível noção de harmonia, consenso e ausência de conflitos desse percurso, poucos dias após a inauguração do Jardim de Infância um conflito foi estabelecido em torno do direcionamento dado pela Prefeitura para a composição do corpo docente da escola. Para a composição do quadro de funcionários da direção, professoras e auxiliares, a administração municipal, na gestão do prefeito Serzedello Corrêa, optou com realizar um contrato com uma professora não diplomada pela Escola Normal do Distrito Federal, no qual ela, Zulmira Feital, atuaria como diretora e contrataria os demais funcionários para atuar no Jardim de Infância. Diante deste fato houve um levante de um grupo de professoras diplomadas pela escola de formação docente da cidade que reclamaram, diante da justiça e por um abaixo-assinado,

solicitando o cancelamento do contrato e a alocação das diplomadas, de acordo com o previsto por lei. Sobre essa questão, será dedicado o próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

PROJETOS EM DISPUTA: “ACÇÃO ORDINÁRIA E PROTESTO DE PROFESSORES MUNICIPAES CONTRA A CREAÇÃO E DIREÇÃO DE ‘JARDIM DE INFANCIA’, MEDIANTE CONTRACTO COM PROFESSORES PARTICULARES”

Em 3 de novembro de 1909, dia da inauguração do Jardim de Infância Campos Salles, foi publicada uma carta de um leitor da *Gazeta de Notícias*. Ela rompe com a cadência harmônica das notícias relacionadas com o feito da prefeitura em criar a primeira escola infantil pública da cidade e aponta para um fator que colocaria a iniciativa no palco das tensões entre professores públicos⁶⁸ e a administração municipal. A carta denuncia a contratação de “pessoas estranhas ao magistério” municipal, ou seja, a professora Zulmira Feital e suas auxiliares, para a direção e atuação na recém-criada instituição.

Sr. redactor da “Gazeta de Noticias”

Lendo, há dias esse annuncio, percebi com grande admiração e não menor desapontamento a exclusão que o sr. Prefeito fez das professoras primárias, para acoitar com as rendas da Prefeitura, pessoas estranhas ao magistério. Eu, que admiro grandemente o professorado municipal, os bons resultados obtidos na educação de nossos filhos, estou estranhando o silencio das mesmas, pois ainda não se manifestaram contra semelhante lesão.

O Sr. prefeito, para fazer politica, satisfaz a pedidos de amigos lesando em todos os seus direitos o professorado municipal. Onde as provas de competência das preferidas e as provas de ignorância das preteridas? Em que se baseiou o Sr. prefeito para chamar pessoas estranhas ao magistério à direcção de um estabelecimento publico municipal? Pergunto novamente: que vantagens terão, de hoje em diante, as professoras de se sacrificarem no estudo e no trabalho, para depois, serem excluídas do premio que lhes é devido, sendo a preferencia dada a pessoas que talvez não tiveram coragem de concluir estudos iniciados? O acto do Sr. prefeito é uma porta aberta a todas as iniquidades. Amanhã, para satisfazer a políticos ou amigos, S. Ex. creará novo jardim e os “doará” a protegidas estranhas e sem direitos. E assim o magistério, que se compõe na sua maioria de senhoras

68 Uma característica marcante dessa ação é a forte participação feminina. Dentre as 117 assinaturas que se fizeram presentes no abaixo-assinado, 116 eram de professoras e normalista. Para além do espaço doméstico e da docência primária, destinados à atuação feminina, foi possível identificar a possibilidade de articulação e organização femininas, dentro das restrições existentes, e suas intervenções nos encaminhamentos políticos da cidade e suas politicagens. A análise detalhada desse conflito será efetuada no próximo capítulo.

distintas, se limitará a dirigir escolas publicas, sem que um premio sequer lhes denuncie a competência. Esperando que o vosso jornal proteste contra o “magnanimo” acto do “Grande Municipal”. Um pai de família (GAZETA DE NOTÍCIAS, 3/11/1909, n. 307, p. 4).

A carta publicada no jornal *Gazeta de Notícias* contestava o direcionamento dado pela prefeitura para a execução do projeto de escolarização da infância na cidade, ao mesmo tempo em que “Um pai de família” criticava os feitos da prefeitura e reclamava da quietude dos professores frente ao caso, incitando-os a agirem e a se posicionarem diante do caso. Como um prenúncio do cenário de disputa dos projetos políticos e educativos em jogo que foi levado por cinco anos, o documento nos permite problematizar algumas questões: frente à insatisfação manifestada, qual o problema, identificado pelo autor da carta, que não fora objeto de algum tipo de questionamento ou manifestação pelos professores municipais e/ou sociedade? Teria, de fato, o prefeito chamado pessoas “estranhas ao magistério” à direção de um estabelecimento público municipal? Seriam mesmo “estranhas”? Quais sentidos que este termo pode apresentar? Quem foram essas pessoas? A manifestação pública de insatisfação dos direcionamentos dados pelo prefeito, efetuada por “um pai de família”, estimulou alguma reação da sociedade e do corpo de professoras municipais? Enfim, aqui iniciamos uma longa e complexa trama que se desdobrou legalmente de 1909 até o primeiro semestre de 1911, porém o caso só teve término no final do ano de 1914. Sobre estas e outras questões é que se dedicará este capítulo.

3.1 - Uma ação ordinária

Dias após a inauguração do Jardim de Infância Campos Salles, em três de dezembro de 1909, foi dado início a uma ação ordinária⁶⁹ por Adelaide Dulce Miranda Magalhães, professora adjunta e estagiária de 1ª classe, diplomada pela Escola Normal, contra a Fazenda Municipal. A professora sob representação do seu advogado, procurador e esposo, Theodoro Augusto Ribeiro Magalhães⁷⁰, solicitava o cancelamento

69 O referido processo está disponível para consulta no Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro (Série Instrução Pública – Jardim de Infância. Códice 12.3.14).

70 Theodoro Magalhães foi destacado advogado na cidade do Rio de Janeiro entre finais do século XIX e início do século XX. Membro da Ordem dos Advogados do Brasil, onde atuou como secretário, participou como membro organizador do primeiro Congresso Jurídico Brasileiro, realizado em 1908, ao lado de Candido Mendes de Almeida (1866-1939), fundador da atual Universidade Cândido Mendes, Alfredo Bernardes da Silva (1860-1948), presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros, entre os anos de 1920 e 1922, Esmeraldino Olímpio Torres Bandeira (1865-1928), ministro da Justiça durante a

do contrato que a Prefeitura celebrou, no dia 15 de outubro de 1909, com Zulmira Feiral, professora não diplomada pela Escola Normal do Distrito Federal, mas que apresentava experiência e capacitação adquirida na prática docente exercida em uma escola primária do subúrbio, para a organização e funcionamento do Jardim de Infância⁷¹. Além do pedido de anulação do contrato, Adelaide solicitava a incorporação das professoras diplomadas que aguardavam vagas nas escolas públicas, para atuarem como docentes da escola recém criada⁷² (AGCRJ, 12.3.14, p. 3).

A principal queixa da apelante, Adelaide Magalhães, era que a lei⁷³ não era cumprida pela Administração Municipal, visto que, segundo seus argumentos que buscavam legitimação na legislação vigente, para atuar no Jardim de Infância era necessário que a professora houvesse frequentado o curso normal ou o Pedagogium, estabelecimentos destinados à formação e aperfeiçoamento dos professores para o ensino público. Dessa forma, compreendendo o jardim de infância como parte da instrução pública, a questão da formação não podia ser negada. O Prefeito, seguindo argumentos apresentados na ação ordinária, abandonou a legislação em vigência, realizou um contrato de serviço com uma senhora que era uma “pessoa estranha ao magistério”⁷⁴ e ainda tratou a instrução pública como “matéria de concorrência pública”

presidência de Nilo Peçanha, e Milciades Mário Sá Freire (1870-1947), que da sua inserção e atuação na política nacional alcançou o cargo de prefeito da cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1919 e 1920 (RELATÓRIO GERAL DO PRIMEIRO CONGRESSO JURÍDICO BRAZILEIRO, 1909).

71 Segundo relato do representante da Fazenda Municipal, Zulmira Feital e Candida Guanabara possuíam, em sociedade, uma escola jardim de infância no bairro do Engenho Novo, informação percebida, também, quando realizamos o levantamento dos jardins de infância privados na cidade.

72 Nesse período não havia concurso para a ocupação das vagas nas escolas municipais. Ele havia sido suprimido pelo decreto n.1200 de 1908 aonde foi estabelecido que o preenchimento do quadro de docentes no magistério municipal se daria por nomeação, porém para isso faltavam critérios legais para reger esse novo formato. Tal fato havia se tornado um problema do qual, em sua mensagem realizada no Conselho Municipal pelo prefeito Souza Aguiar, em maio de 1909, solicitava que tal questão fosse revista. Segundo ele, “todas [as professoras diplomadas] se julgavam com direito á nomeação e vieram socilital-a, sendo as vagas tão somente em número de nove. A lei n. 1200, que aboliu o concurso, nada providenciou a respeito, nem resolve a questão (...). Urge, pois, que o Conselho a resolva, estabelecendo um critério para nomeação das normalistas diplomadas pelos regulamentos de 1897, 1898 e 1901, que actualmente não existe, assim como há para as diplomadas pelos Regulamentos 1881 e 1893.” (BOLETIM DA PREFEITURA, maio/1909, s/p).

73 “O ensino público municipal no Districto Federal compreheende: a) ensino primário; b) ensino normal; c) ensino profissional e artístico” (art.1). “O ensino primário será dado em jardins de infância e escolas primárias” (§1º), “o ensino normal será dado na Escola Normal e no Pedagogium, estabelecimentos destinados a formação e aperfeiçoamento de professores para o ensino das escolas primárias” (§2º) (BOLETIM DA PREFEITURA. *Decreto n. 844 de 19 de dezembro 1901*. Rio de Janeiro: 1909).

74 Optamos em utilizar o termo “pessoa estranha ao magistério” por indiciar um conflito existente entre as duas modalidades de formação docente existentes à época e que por sua vez eram pautas de intensos debates: a formação teórica pela Escola Normal e a formação pelo saber construído na experiência e no cotidiano. Visões distintas poderão ser visualizadas no decorrer do processo, a prefeitura legitima a

(AGCRJ, 12.3.14, p. 3). Assim, ela e seu advogado, apoiados nas prescrições legais, pautaram os argumentos e solicitaram a anulação do referido contrato.

Sobre o uso da legislação, Faria Filho (1998) aponta para a necessidade de compreender a lei para além de um aparato jurídico de regulação da vida social, como um elemento permeado por interesses distintos e construído em meio a disputas entre os múltiplos projetos de sociedade. Assim, a legislação educacional não deve ser entendida como uma forma e instrumento – tão somente - de organização do ensino e das práticas pedagógicas. Elas contêm materialidade que abrange o espaço, objeto e os objetivos das lutas políticas.

A partir desse direcionamento torna-se possível problematizar a ação ordinária iniciada por Adelaide Magalhães, sua apropriação e uso que faz da lei. A professora, pela representação de seu advogado, utilizou a legislação educacional como instrumento legitimador e como meio para assegurar seu direito. Ela, e não a contratada, estava enquadrada pela lei, diante disso, caberia à “Prefeitura prover funções do magistério primário as diplomadas pela Escola Normal” (AGCRJ, 12.3.14, p. 5), o que de fato não aconteceu e tornou-se o cerne do embate.

Passados os festejos de fim de ano, em 14 de janeiro de 1910 deveria ocorrer a primeira audiência para julgamento do caso, mas ela não aconteceu. A Fazenda Municipal, através de seu representante legal, o 3º procurador, alegou não ter recebido a intimação e ainda, por considerar insuficientes os fatos apresentados, reclamou a necessidade de inclusão de provas que permitissem a acusação ser assunto de discussão. O 3º procurador solicitou ao juiz a dilação do prazo, que foi concedida e a audiência remarcada para o dia oito de abril de 1910, a qual também não ocorreu em virtude da ausência do representante da Fazenda Municipal.

Após meses de espera de uma nova audiência, em 18 de abril foram entregues, tanto pelo advogado da apelante quanto pelo da ré, os novos autos as quais rerepresentavam seus posicionamentos frente a questão. O primeiro acusava veementemente a administração municipal pela contratação indevida, a má fé dedicada aos munícipes e o mau uso do serviço público em favor dos “favorecidos de uma politicagem arrogante de interesse e de nepotismo”. O segundo apresentava sua defesa e

formação não-escolarizada de Zulmira Feital, enquanto a rede de sociabilidade de Adelaide Magalhães não se mostra adepta a esta prática.

a justificativa para a realização do contrato no qual contestava as alegações do advogado da apelante (AGCRJ, 12.3.4, p. 20).

Theodoro Magalhães, em suas “allegações finais”, como forma de dotar maior peso sua acusação, enfatizou a condição de não diplomação de Zulmira Feital pela Escola Normal, o que era impraticável perante o decreto municipal nº 844 de 1901.

Deste modo, sendo o diploma requisito essencial para o provimento dos cargos de ensino primário, o Prefeito concedendo a d. Zulmira Feital a direção de um jardim de infância, violou a lei com prejuízo dos professores catedráticos, ou melhor, das adjunctas efectivas e estagiárias de primeira classe, que tem qualidade para o cargo que por compadrinho exerce d. Zulmira (AGCRJ, 12.3.4, p. 20).

Theodoro, ainda, afirmava que tudo havia sido tramado “clandestinamente no gabinete do chefe executivo municipal”, um escândalo, um conluio e batota que foi realizado às escuras sem a participação e ciência da população e que consistia em ato para satisfazer políticos e amigos. Era uma “visível bandalheira” (AGCRJ, 12.3.4, p. 20).

Em resposta às acusações feitas por Theodoro, o advogado da Fazenda Municipal atuou em defesa da prefeitura. Ao apresentar os fatores que motivaram a administração municipal optar pela efetuação do contrato com Zulmira Feital, considerou que este foi feito em vista da especificidade da metodologia do Jardim de Infância e tendo em vista que a “Escola Normal absolutamente não prepara professores que saibam aplicar o methodo” (AGCRJ, 12.3.14, p. 28).

Dessa forma, justificava que era interesse da Prefeitura oferecer o Jardim de Infância à população de acordo como ele foi proposto por Fröebel e não uma burla do método de educação infantil. Por esse motivo, escolheu “para dirigil-o uma pessoa idônea, de capacidade provada, D. Zulmira Feital, como era natural, com ela as condições em que seus serviços deveriam ser prestados” (AGCRJ, 12.3.14, p. 28).

Após alguns meses de trâmites e análises, em cinco de novembro de 1910 foi publicada a sentença. Frente ao problema apresentado, o Juiz dos Feitos da Fazenda Municipal considerou o contrato nulo por não ser de competência do prefeito atuar sobre a Instrução Pública, sobre esta questão cabia apenas o Conselho Municipal⁷⁵.

75 Cabia, apenas ao Conselho Municipal, tratar das questões referentes à Instrução Pública; a Prefeitura não gozava desse direito. Para qualquer intenção em alterar o contexto educacional do Município, o prefeito deveria solicitar aos Conselheiros para fazê-lo ou então, só licitar a permissão, que deveria ser dada via decreto (TORRES, 2012).

Porém não considerou válida a solicitação de Adelaide e seu advogado sobre a modificação do quadro de nomeação (AGCRJ, 12.3.4, p. 32).

Adelaide e seu advogado, inconformados com a decisão do juiz, ingressaram recurso. No documento enfatizam que, mesmo que o professorado pudesse ser indicado pelo Prefeito, a ocupação da vaga deveria ser mediante apresentação de diploma, fato que não aconteceu com Zulmira Feital. Contestaram, ainda, a afirmação feita pelo advogado da ré de que a Escola Normal “não prepara professoras que possam aplicar o methodo Froebel”, entenderam-na como inconsistente. No “programma da Escola Normal e bem assim o compendio de aula (Carrier e Liquier) daquelle instituto (...) há um capítulo especial ás escolas maternas” (ACGRJ, 12.3.14, p. 39v)⁷⁶.

Preocupado com os rumos que a ação ordinária pudesse tomar, já que o resultado não fora o esperado pelo advogado da apelante, Adelaide e Theodoro Magalhães buscaram meios para legitimar sua ação e conseguir adeptos à causa. Mesmo com a sentença dada o entrevero não terminou.

3.2 - A disputa em torno do processo e suas representações em jornais da época

Durante todo o período em que a ação ordinária correu na justiça, Theodoro Magalhães encaminhou ao jornal *O Seculo* informações acerca do andamento do processo. Agia com o interesse em divulgar o que se passava na Instrução Pública e tornar o munícipe conhecedor de como a prefeitura, através da ação do prefeito, feria a legislação e o direito dos professores (O SECULO, 26/11/1909, n. 1001, p. 1), e mais, ainda, em busca de um possível apoio da população frente ao caso. Ao recorrer à mídia impressa, Magalhães possibilitou que os debates que corriam na justiça, em torno do Jardim de Infância, extrapolassem um espaço restrito – entre apelante e ré – e circulasse pela cidade. Podemos estabelecer como hipótese para sua ação a busca pela legitimação da causa a partir desse movimento do advogado.

⁷⁶ A partir da informação presente na ação ordinária, acerca dos compêndios utilizados no curso de formação de professores da Escola Normal, realizamos busca do compêndio citado no recurso nos acervos da Biblioteca Nacional, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e Centro de Memória da Educação Brasileiro – ISERJ, porém não foi possível sua localização.

O jornal *O Seculo* foi criado em 1906 na cidade do Rio de Janeiro, por Jaime Pombo Brício Filho⁷⁷, que além de proprietário também exercia a função de diretor. Sua sede, com a oficina e a redação, estava localizada na Avenida Central n.175, o mais destacado logradouro carioca inaugurado na segunda metade da década de 1910, fruto das obras de remodelação da cidade, como visto no capítulo 1.

Natural da cidade de Belém do Pará, Brício Filho teve destacada participação na vida política, social e educacional carioca. Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde se especializou em cirurgia. Em 1894 foi eleito deputado federal pelo estado do Pará, onde ocupou cadeira na Câmara dos Deputados até o término de seu mandato, no Distrito Federal, em 1896. Em 1900 regressou à Câmara dos Deputados, dessa vez para representar o estado de Pernambuco. Foi reeleito em 1903 e permaneceu no cargo até o ano de 1905 (CPDOC-FGV, 2010). Além da sua trajetória no campo político, exerceu o cargo de professor catedrático de Física e Química na Escola Normal (SILVA, 2013 apud VIDAL, et al, 2000; CPDOC-FGV, 2010) além de ter sido o 16º diretor da Escola Normal do Distrito Federal (MEIRELLES, 2006)⁷⁸.

Por *O Seculo* não estar no cânone dos jornais mais importantes do período, as informações acerca de suas características não são volumosas. No entanto, após investida na leitura do periódico, foi possível identificar alguns aspectos que permitem compreender sua inserção e circulação no cotidiano da cidade.

Em 20 de agosto de 1906, data de publicação do primeiro número do jornal, ele era comercializado de forma avulsa, custando cada exemplar a quantia de 100\$00 réis. Além desse formato oferecia a possibilidade de assinatura semestral e anual, no valor de 14\$000 e 26\$000 réis respectivamente; e ainda oferecia o serviço de assinatura para o estrangeiro ao custo de 40\$000 réis ao ano.

Na primeira coluna do primeiro número do impresso, o redator nos apresenta as características editoriais que o jornal desenvolveria segundo seus objetivos. Segundo texto publicado:

O Seculo vem combater resolutamente, a começar dos governos que amarrotam os compromissos solemnemente assumidos deante da Nação, a contar d'aquelles legisladores que, por desidia, complacencia, deshonestidade, politicagem ou inepecia vão

77 Embora não localizada a data de nascimento de falecimento de Brício Filho, pela data de atuação no campo político e jornalístico, podemos compreender que ele tenha vivido entre a segunda metade do século XIX e a década de 1930.

78 Em vista do contato limitado com fontes referentes à atuação de Brício Filho na Escola Normal, não foi possível localizar o período correspondente à sua estada e atuação na referida instituição.

concorrendo, em lucta aberta contra a porção respeitável do Poder Legislativo [...] (O SECULO, 20/08/1906, n. 1 p. 1).

N^o *O Seculo*, Magalhães encontrou terreno fértil para publicar seus textos críticos frente aos encaminhamentos dados pela prefeitura na efetivação do Jardim de Infância Campos Salles e ainda, no tratamento dispensado pela Administração Municipal às professoras. Tal afirmativa se justifica ao identificarmos o direcionamento editorial do jornal, fortemente demarcado como contrário à politicagem e às ações consideradas incoerentes praticadas pelo funcionalismo público. Brício Filho, diretor e proprietário do impresso, fora professor e diretor da Escola Normal e favorável ao grupo político opositor ao que estava em exercício e era maioria no Conselho Municipal do Distrito Federal em atuação na época⁷⁹. Em vista desses fatores, consideramos que tais aspectos legitimaram e abriram portas para que as cartas de Theodoro Magalhães pudessem ser publicadas na coluna *Prefeitura acephala*, que geralmente ocupava a primeira página do noticiário⁸⁰.

Em 26 de novembro de 1909, data da primeira publicação acerca do “escândalo do Jardim da Infancia” no jornal, Theodoro Magalhães apresentou o contrato firmado entre a prefeitura e Zulmira Feital, classificado por ele como uma “pessoa estranha ao magistério primário municipal”, como meio de introduzir o público leitor no caso em andamento⁸¹. Além de reproduzir o documento na íntegra, relatou sua dificuldade em ter acesso ao contrato, pois muito embora a Lei orgânica do Distrito Federal afirmasse que o acesso aos documentos públicos não pudesse ser negado, ele obteve o documento com “certa dificuldade” (O SECULO, 26/11/1909, n. 1001, p. 1).

Em virtude de despacho do Senhor Doutor Director Geral da Instrução Publica Municipal – Certifico que do livro de contractos desta Directoria, a paginas cinco, seis e sete, consta o termo seguinte: Termo de contracto que com a Prefeitura Municipal faz a senhora dona Zulmira Feital para funcionamento de um Jardim de Infancia, durante dois annos.

79 Sobre as disputas políticas no cenário carioca na primeira década de 1900, ver Freire (1996).

80 Como considerado anteriormente, nossa principal base de dados para a realização de consulta em periódicos foi a HDBN. Nessa base, ao buscarmos pistas e trilhas deixadas pelas personagens da trama, conseguimos localizar no jornal *O Seculo* alguns textos enviados por Theodoro Magalhães ao editorial do impresso. Assim, optamos por investir no “seguir suas pegadas” e acompanhar a discussão e os embates do processo, construídos a partir de sua ótica e que por ele eram apresentados.

81 Pelo uso recorrente do termo “pessoa estranha ao magistério”, podemos supor que a carta publicada no contexto da inauguração do Jardim de Infância, em novembro de 1909, na *Gazeta de Notícias*, pode ter sido redigida por Theodoro Magalhães.

Aos quinze dias do mez de Outubro de mil novecentos e nove, nesta Directoria Geral de Instrucção Publica Municipal, perante as testemunhas Doutores Érico Marinho da Gama Coelho e Arthur Moncorvo Filho compareceram, de uma parte, o Doutor Joaquim da Silva Gomes, Director Geral de Instrucção Municipal, devidamente auctorizado por despacho do Senhor Doutor Prefeito, e de outra parte dona Zulmira Feital; e por esta foi dito que tenho sido acceita a sua proposta de vinte e sete de Setembro do corrente anno, para dirigir um Jardim de Infancia que a Prefeitura pretende fundar, assume pelo presente contracto as obrigações constantes da mesma proposta, com as modificações julgadas oportunas pela Directoria Geral de Instrucção Publica Municipal, uma vez que sejam feitas de accordo com a contractante e approvação do Prefeito. Assim, além da contractante que será a Directora, haverá mais uma sub-directora, e o pessoal docente se comporá de tres professoras e tres auxiliares, tidas já especializadas nos trabalhos de Jardim de Infancia. Haverá mais uma criada ou guardiã que acompanhará as crianças. O numero de matriculados será de cento e cinquenta, sendo a idade dos mesmos de quatro a sete annos. O tempo de duração do ensino diário será de quatro horas, das dez horas da manhã as duas horas da tarde, nos dias uteis, como se faz nas escolas publicas, e cada exercicio será de vinte a trinta minutos, no maximo, sendo os dias de aulas e periodos de ferias tal como forem nas escolas publicas primarias. Duas professoras, senão todas, devem conhecer musica e tocar piano. O ensino se fará de accordo com o programma seguinte: Primeiro período: Conversações infantis. Noções de fórmulas e cores, fazendo applicação de materiaes: caixas e bolas. Noções de linhas. Noção de números. Jogos recreativos. Diversos exercícos com arcos. Modelagem. Segundo Período – conversações infantis. Conhecimento da esphera. Cores. Conhecimento do cubo – Diversas applicações em exercícos recreativos. Conhecimento da addição. Jogos gymnasticos com canticos. Modelagem, por imitação e invenção. Jardinagem. Terceiro periodo – conversações infantis. Conhecimento do cylindro, cubo e cone. Conhecimento da subtração e multiplicação por meio de exercícos recreativos. Trabalhos manuaes. Desenho e modelagem. Jogos gymnasticos. Noções de Historia Natural. Jardinagem. Será feita a inclusão no programa de exercícos faceis de linguagem, noções de moral e de educação cívica. A fiscalisação será exercida pelo Director Geral de Instrucção. Em compensação a Prefeitura obriga-se a subvencionar o funcionamento do 'Jardim de Infancia' com a quantia mensal (mesmo no periodo de férias) de dois contos de reis, fornecendo além disso, material preciso e as serventes necessárias á limpeza das salas e guardas do edificio, ficando entendido que em caso de faltas reconhecidas no cumprimento de qualquer das obrigações da proponente a Prefeitura poderá rescindir o contrato depois de feita a communicação escripta á contractante por intermédio do Director de Instrucção e que as faltas não sejam sanadas, sem que d'ahi possa a contractante dona Zulmira Feital reclamar quaesquer perdas e damnos. E por assim ter sido ajustado e pactuado assignam o presente termo com as testemunhas acima referidas, depois de lido e achado conforme o mesmo termo. E eu, João Pedro Regazzi, segundo official da Directoria Geral de Instrucção Publica, lavrei o presente contracto, que vae assignado, com o sello legal, pelo senhor Doutor Joaquim da Silva Gomes,

Director Geral desta Repartição, pela senhora Zulmira Feital, contractante, pelas testemunhas Doutores Erico Marinho da Gama Coelho e Arthur Moncorvo Filho e por mim segundo official que o lavrei: Directoria Geral de Instrucção Publica, quinze de Outubro de mil novecentos e nove. (assignados) Doutor Joaquim da Silva Gomes e Zulmira Feital – *Testemunhas: Erico Marinho da Gama Coelho e Arthur Moncorvo Filho. João Pedro Regazzi -. Pagou noventa e seis mil reis de imposto de expediente, nesta data, conforme documento sob numero dezeseis mil quintos e sessenta e cinco. Directoria Geral de Instrucção Publica, quinze de Outubro de mil novecentos e nove. João Pedro Regazzi; segundo official.*” *Achavam-se colladas quatro estampilhas no valor total de cincoenta e dois mil e oitocentos reis, devidamente inutilizadas – E eu, João Pedro Regazzi; segundo official da Directoria Geral de Instrucção Publica Municipal, passei a presente certidão, que vae assignada pelo chefe de secção interino Antonio Mucury Costa, aos dias vinte e tres de novembro de mil novecentos e nove* (AGCRJ, 12.3.14, p. 7; O SECULO, 26/11/1909, n. 1001, p. 1. Grifos nossos^{82,83}).

O motivo apresentado por Theodoro Magalhães na publicação do contrato tinha como objetivo “tornar o munícipe conhecedor de como se feriram” os direitos das professoras primárias municipais previstos em lei e, como a administração do prefeito Serzedello Corrêa⁸⁴ presenteava, com um cargo público, “uma das protegidas da política

82 O termo de contrato publicado no *O Seculo* teve a parte que destacamos (em itálico) suprimida. O texto utilizado corresponde ao presente na ação ordinária (AGCRJ, 12.3.14, p. 7).

83 O texto do contrato permite-nos indiciar uma série de aspectos correspondentes ao Jardim de Infância Campos Salles. Além de ser elemento que materializava um escândalo da administração pública, segundo argumentos de Magalhães, ele nos apresenta a organização da escola, desde o número de alunos ao número de funcionários e ainda o programa de ensino. Alguns aspectos já foram tratados no capítulo anterior e outras serão desdobradas neste.

84 Innocencio Serzedello Corrêa esteve à frente da Prefeitura do Distrito Federal entre os anos de 1909 e 1910. Antes de ser nomeado prefeito Corrêa já havia tido várias experiências no campo político. Da sua atuação destaca-se o exercício da função de Governador do estado do Paraná (1890), de Ministro das Relações Exteriores e criação do Tribunal de Contas da União (1893), deputado pelo estado do Pará

actual” (O SECULO, 21/12/1909, n. 1022, p. 1). Ao retornar às páginas do *O Seculo* em 21 de dezembro, ele apresentou novo elemento à questão do Jardim de Infância. Adicionava que, além da ilegalidade do contrato, não havia sido feito nem mesmo concorrência. Zulmira Feital apresentou seus valores para a realização do serviço e a Fazenda Municipal acatou sem convocar outras propostas.

Durante toda sua militância nas páginas do periódico, Magalhães buscava apresentar documentos que comprovassem suas acusações. Assim, fez publicar declaração de que, verdadeiramente, não havia tido nenhum tipo de edital de concorrência. Como sua última cartada, em três de janeiro de 1910, apresentou ao público outro documento, uma certidão da Escola Normal no qual consta que de fato, a contratada, Zulmira Feital não era diplomada.

Em cumprimento de despacho – certifique-se – do director geral de Instrucção Publica Municipal do Districto Federal, dr. Joaquim da Silva Gomes, exarado no requerimento do advogado Theodoro Augusto Ribeiro Magalhães, pedindo que se lhe dê por certidão si dos quadros de professores primários cathedromaticos, de adjuntos effectivos e de adjuntas estagiarias de 1ª classe consta o nome de d. Zulmira Feital, a qual se acha incumbida da direcção do jardim de infância, há dias inaugurado. CERTIFICO NEGATIVAMENTE (...) (O SECULO, 03/01/1910, n. 1034, p. 22)

Interessados em identificar aspectos da trajetória escolar de Zulmira Feital buscamos, nos arquivos do Centro de Memória da Educação Brasileira do Instituto Superior de Educação do Estado do Rio de Janeiro (CMEB-ISERJ), documentos que pudessem nos fornecer alguma informação. Após investida nos livros de matrícula e registro dos alunos que passaram pela escola e que estão disponíveis para consulta, localizamos o registro escolar da personagem.

De acordo com a fonte⁸⁵, Feital ingressou na Escola Normal no ano de 1897 quando foi matriculada no curso noturno, onde cursou as disciplinas de ginástica e português. Na primeira foi “aprovada plenamente [com] gráo sete” e na outra aprovada “simplesmente”. Em 1898 se matriculou novamente no curso noturno, “em materias do 1º anno”. Nos exames de primeira época foi aprovada em Caligrafia, porém não compareceu à avaliação de Francês. Nos exames de segunda época foi “aprovada plenamente em Trabalhos de Agulha e Música do 1º [ano] e Portuguez do 2º [ano]”, no

(1901) e do Mato Grosso (1906). Além dessas experiências, era tenente-coronel professor catedrático da Escola Militar no Rio de Janeiro (CASA CIVIL, 2014).

85 CMEB-ISERJ. Secretaria, Livro 5. 1897-1911. p. 83.

entanto não compareceu em Francês, Aritmética e Caligrafia e ainda foi eliminada em álgebra. Todas essas disciplinas correspondiam ao 1º ano.

Em 1899 se matriculou no curso noturno em matérias do primeiro ano. Nos exames de primeira época, foi “aprovada simplesmente em Francez, plenamente em Trabalhos Manuaes”, porém, desistiu de Aritmética. Na segunda época foi “aprovada simplesmente em Arithimetica e plenamente em Geographia, ambos do 1º [ano] e inhabilitada em Geographia do 2º anno”.

No ano seguinte, Zulmira Feital se matriculou nas disciplinas correspondentes ao segundo ano porém foi eliminada de todas as disciplinas nas duas épocas de exames.

Já em 1901, se matriculou no curso diurno nas matérias reprovadas no ano anterior. Na primeira época foi “foi aprovada simplesmente em Francez, plenamente em Desenho Linear, com distinção em Trabalhos de Agulhas, inabilitada em História Geral, eliminada em Geographia e Musica e não compareceu em Algebra e Geometria”. Na segunda época conseguiu aprovação em Música, porém não compareceu nas disciplinas de segundo ano em que estava inscrita.

O último registro de Feital nos livros da Escola Normal se deu no ano de 1902 quando ela se matriculou novamente no curso diurno, nas (sofridas) matérias do segundo ano. “Na 1ª epoca foi aprovada com distinção em Algebra, simplesmente em História Geral e eliminada em Geometria e Geographia” No entanto, na 2ª época “não compareceu em Geometria e Geographia” (CMEB-ISERJ. Secretaria, Livro 5. 1897-1911. p. 83).

Como é possível de ser percebido, a partir da trajetória escolar de Feital, após uma série de reprovações e desistências, ao que consta, ela abandonou o curso de formação da Escola Normal. Como fator importante de ser apontado, possivelmente a personagem sabia que sem o diploma fornecido pela Escola Normal seu ingresso no magistério público municipal, legalmente, seria impossível. Porém, contando com uma série de fatores, que serão apresentados mais adiante, conseguiu quebrar a regra da lei e ingressar no funcionalismo público.

Embora a Escola Normal do Distrito Federal não seja o foco de maior investimento neste trabalho, torna-se impossível não tocar nesse assunto⁸⁶. Como trabalhado e apresentado por Uekane (2005) e Gondra e Schueler (2008), a escola de formação de professores primários da cidade do Rio de Janeiro tardou em ser criada

86 Indicamos para leitura: Uekane (2005), Villela (2005).

(1880). Sua criação e funcionamento foram focos de diversos conflitos e palco de disputas em virtude dos diferentes modelos de formação de professores que estavam em pauta⁸⁷. Podemos entender o projeto de criação da Escola Normal como meio de superação do modelo artesanal de ofício desenvolvido na prática cotidiana e instauração de uma formação docente pautado no saber científico. A exigência do diploma para a atuação no ensino primário (GONDRA, UEKANE, 2005; GONDRA; SCHUELER, 2008), sobretudo o público, no início do século XX, era uma condição que se buscava consolidar. Nessa direção, a ação de Adelaide Magalhães e os desdobramentos refletem a incorporação dessa ideia pelo corpo docente carioca.

Entre as disputas de projetos estabelecidos estava a criação e manutenção do curso noturno da Escola Normal. A política de mudança de identidade do professorado na cidade do Rio de Janeiro necessitava fornecer instrumentos para isso. Em muitos casos mulheres e homens já exerciam a função docente antes mesmo de obter a formação, como traço de uma identidade construída. Dessa forma, por muitos trabalharem durante o período diurno e vespertino, era mais que necessário a oferta de curso noturno a esse público⁸⁸.

Em sua última carta publicada, antes de ingressar em um “silêncio”, Theodoro Magalhães, em 11 de janeiro de 1910, considerou que “a administração do Sr. Serzedello Corrêa tem sido a mais desastrosa e imoral desde que se proclamou a República até agora. Ninguém pode contar com a lei (...)”. E anuncia em tom quase de ameaça que “o professorado pedirá a atenção do Conselho Municipal para essas nomeações ilegais e que tanto o prejudicam. O prefeito que espere um pouco. Há de ser chamado á ordem” (O SECULO, 11/01/1910, n. 1039, p. 2).

Na mesma coluna que o advogado publicava suas cartas foi publicada uma avaliação dos feitos do prefeito em junho de 1910. Na *Prefeitura acephala* falava-se sobre dois assuntos: a criação de “mais um jardim de infância” e sobre “a questão do curso noturno”. Ao que confere o primeiro ponto, anunciava-se a intenção de

87 De acordo com Gondra e Schuler (2008), na Corte do Império, o modelo de formação de professores pelo caráter do ofício teve longa duração durante o século XIX e fora regulado e legitimado pela Reforma Couto Ferraz, em 1854.

88 O decreto nº. 51 de 1897, no artigo 43, previa que o curso normal seria oferecido no período diurno e noturno sem distinção de conteúdo ou disciplina. De acordo com informação pinçada no jornal *Gazeta de Notícias*, o curso diurno funcionava de segunda a sábado, entre as 9h e 14h. O curso noturno nos mesmos dias da semana, entre as 16h e 21h (GAZETA DE NOTÍCIAS, 2/2/1903, n. 33, p. 4). Sobre as disputas e discussões em torno do fechamento do curso noturno da Escola Normal, ver em Schueler e Rizzini (2014).

Serzedello Corrêa em fundar, no “prospero e populoso bairro de Copacabana” mais um jardim de infância. O autor da notícia, não identificado, sobre esse assunto direcionava duas questões: a primeira referia-se à necessidade de verificar e acompanhar se a criação seria legal e se teria a prefeitura orçamento necessário e suficiente para essa nova empreitada; a segunda, relativa à polêmica em torno do fechamento do curso noturno da Escola Normal.

Sem muitos rodopios o autor afirma que a criação do Jardim de Infância era ilegal porque sobre esse assunto o prefeito não tinha nenhuma gerência. Dependia da aprovação e autorização do Conselho Municipal. Sobre a conveniência de criar um novo jardim de infância faz ponderações.

Mesmo reconhecendo a importância desse tipo de instituição de ensino:

as escolas primárias vivem na mais completa penúria: sem o pessoal suficiente, sem o material indispensável. Centenas de crianças em idade escolar deixam de receber instrução, não por falta de escolas que há por todos os pontos da cidade, mas por falta de professores e de material nas escolas existentes. (...) com a fundação desse *jardim de infância*, sobre ser ilegal vem agravar a já penosa alusão em que se debatem as outras escolas (O SECULO, 21/06/1910, n. 1175, p. 1. Grifos no original).

Em continuidade às suas indagações rememora o episódio de inauguração do Jardim de Infância Campos Salles e a contratação de uma:

professora particular (...), ex-normalista (...) que não conseguira fazer o curso da Escola Normal. Como prêmio da sua inaptidão para o ensino, o prefeito nomeou esta senhora directora do *jardim de infância*, com preterição de centenas de normalistas *diplomadas* e com longa prática de ensino! A criação do primeiro *jardim*, foi, pois, ilegal e immoral. Teve apenas em vista arranjar uma boa colocação para a irmã de um conhecido jornalista (O SECULO, 21/06/1910, n. 1175, p. 1. Grifos no original).

Com relação ao curso noturno da Escola Normal, denunciava que o prescrito pelo decreto n. 844 de 1901 não estava sendo cumprido pelo diretor geral da Instrução Pública. Ao que parece, pelas fontes que manipulamos, o curso noturno só fora reaberto⁸⁹ após interferência do presidente da república, Nilo Peçanha⁹⁰.

⁸⁹ Em janeiro de 1910, Serzedello Corrêa, sob orientação do professor vice-diretor da Escola Normal entre 1910 e 1913, José Verissimo (1857-1916), resolveu fechar o curso noturno da Escola Normal do Distrito Federal, limitando a permanência, apenas, de alunas que já exerciam a docência. Uma nova polêmica se estabeleceu na cidade, levantando novos debates, críticas e manifestações contra Corrêa e os

Mais de um ano de contrato assinado havia se passado a sentença dada pelo juiz para a anulação do contrato não havia sido efetuada, e Zulmira Feital continuava ocupando o cargo de diretora do Jardim de Infância. Com a saída de Serzedello Corrêa da prefeitura, em função do término de seu curto mandato, e a posse do novo prefeito da cidade, Bento Manuel Ribeiro Carneiro Monteiro (1856-1921) que ocupou o cargo entre o ano de 1910 a 1914, os ânimos e esperanças em busca da resolução da questão foram renovados. Assim, em 14 de janeiro de 1911, um grupo de 115 professoras e um professor, composto por catedráticas, adjuntas, efetivas e estagiárias diplomadas pela Escola Normal, entra em cena⁹¹. As professoras e normalistas organizaram e redigiram um abaixo-assinado que foi remetido ao novo prefeito do Distrito Federal na intenção e esperança de que ele pudesse solucionar o caso que por meses se arrastava.

passos dados em sua administração. O fechamento do curso noturno da Escola Normal retomava uma questão que havia sido tentada pelo prefeito Pereira Passos, no período de sua gestão. Os protestos contra a medida levaram à sua revogação pelo próprio prefeito, ainda no período de seu exercício. Dentre os problemas que o fechamento do curso noturno acarretaria seria a longa demora de diplomação das estudantes e, a longo prazo, a redução do número de professoras diplomadas. Schueler e Rizzini (2014) apontam que muitas das normalistas já atuavam como professoras no período diurno e vespertino e assim, cursar disciplinas no período noturno era uma possibilidade para darem encaminhamento à formação profissional. O assunto no jornal *O Seculo*, rendeu várias edições entre os meses de janeiro e maio de 1910, nas colunas *Prefeitura Acephala*, *Escola Normal* e *Agulhas e Alfinetes*, nos números 1044, 1046, 1047, 1048, 1069, 1099, 1108, 1109, 1110, 1111, 1112, 1116, 1117, 1118, 1121, 1122, 1123, 1138, 1139, 1141 e 1145 (número que anunciou a revogação da decisão). O jornal dedicou-se a expor o problema, suas leituras e interpretações aos seus leitores, com críticas intensas à ação do prefeito Corrêa e “o Zé Verissimo”. Ao que nos parece, a questão do ônus que a manutenção do curso causava aos cofres municipais era o ponto central que o levou a limitar o referido curso apenas às professoras em exercício.

90 Ver n^o *O Seculo*, 21 de junho de 1910, n. 1175, p. 1.

91 Em vista da densa participação feminina presente no documento, optamos por indicar o grupo reclamante utilizando o gênero feminino contrariando assim a regra gramatical no uso do gênero. No próprio contrato, apresentado a seguir, o grupo é referido como “As professoras cathedrálicas, adjunctas, effectivas e estagiarias”, no início, e como “as suplicantes”, no final do documento.



As professoras cathedrálicas, adjunctas, effectivas e estagiarias, abaixo assignadas diplomadas pela Escola Normal da Capital e julgando-se prejudicadas com o acto do antecessor de V. Ex. que, creando os Jardins de Infancia, entregou, mediante contractos, a direcção desses estabelecimentos a pessoas alheias ao magisterio primario municipal, contra o dispositivo do decr. 844 de 19 de Dez. de 1901 veem pedir a V. Ex. a rescisão dos alludidos contractos e o aproveitamento das supplicantes nessas escolas, obedecidas as leis em vigor para as nomeações e preenchimentos dos cargos da instrucção municipal. As supplicantes, pertencendo ao quadro da docência primaria, deviam ter sido, fundados os jardins, designadas a servir nesses institutos de ensino que a lei nivelara aos collegios de primeiro grão, cujo magisterio cabe as diplomadas pela Escola Normal. O governo passado conspurcando direitos e fugindo ás leis, arrendou, como se fora um serviço de exploração particular, esses jardins de infancia que funcçionam em proprios municipaes, sob gestão das arrendatarias, que, por attestado de aptidão pedagogica, tiveram apenas, aquelle imaginado pelo ex-Prefeito Municipal. Para isso, lavraram-se, sem concurrencia publica, sob o maior sigillo, os mais inaceitaveis contractos. Parecerá a V. Ex., que o acto do seu predecessor devera ser respeitado, uma vez que se firmaram clausulas entre a Prefeitura, como cedente, e as sras. Zulmira Feital e Saint-Brisson, como cessionárias. Ponderam, porem, a V. Ex. as supplicantes que, alem da carencia de requisitos extrínsecos á validade dos contractos firmados, estes são nullos, não só pelas suas clausulas (unicamente onerosas á municipalidade) e illegitimidade das partes contractantes, mas ainda, por ferir os dispositivos expressos das vigentes leis de ensino. E, sendo applicavel ao caso brocardo jurídico de que o acto nullo gera consequências nullas, não poderá hesitar V. Ex. em rescindir os referidos contractos sobre um dos quaes, segundo o Seculo de 14 de Nov. deste anno, assim já se pronunciou o Juizo dos Feitos da Fazenda Municipal. – “Considerando que é nullo o contracto de 15 de Outubro de 1909 celebrado entre a Prefeitura Municipal e D. Zulmira Feital para o funcionamento de um jardim de infancia durante dois annos, por faltar ao Prefeito competência para a criação daquelle estabelecimento de ensino como é attribuição do Conselho Municipal, segundo dispõem as leis organicas do Districto Municipal, ns. 85 de 20 de Set. de 1892, art. 15, paragra.17e 5160 de 8 de Março de 1904, art. 12, parag.20 e bem se depreende do confronto das leis municipaes n. 38 de 9 de Março de 1893 art. 6 parag. 2, n.98 de 3 de Nov. de 1898, art.3, parag. único, e n.844 de 19 de Dez. de 1901” -. Si o poder judiciário declara nullo o contracto invocando textos de lei infringidos, V. Ex., pensam as supplicantes, sómente corrigirá um erro rescindindo esses contractos, restaurando, ao mesmo tempo, o prestigio da lei, restabelecendo o direito esquecido e firmando a justiça na administração. Esperam, pois, as supplicantes defira V. Ex. a presente petição (AGCRJ, 12.3.14, p. 45).



Junto ao abaixo-assinado das professoras primárias, há um documento manuscrito, assinado por Campos de Queiroz, da Diretoria Geral de Instrução Pública Municipal, que reconhece a legitimidade do pedido das professoras e reforça o pedido

por elas feito. A questão da não permissão da lei em discordância com a “intromissão de professores estranhos ao magistério oficial da Municipalidade, nas escolas primárias” retorna à baila, apoiada pelo uso da letra da lei (THOMPSON, 1987). Considerava que a ação do prefeito em “ir buscar fóra do magistério municipal” uma pessoa para atuar na instrução pública representava um “descrédito do estabelecimento oficial de formação de professores, estabelecimento que já tem diplomado até hoje centenas de estudantes que se dedicam á carreira do magistério⁹²” (AGCRJ, 12.3.14, s/p).

Queiroz considerava que a metodologia froebeliana era, de fato, uma especialidade, e que, para levar a cabo o projeto era “necessario chamar pessoal idôneo”. Para Queiroz, a principal questão colocada em evidência pela manifestação e abaixo-assinado das professoras, estava no fato de o professorado diplomado não ter tido nem a oportunidade de provar competência. Por fim, colocou que “pensava como as requerentes”. Que eram **nulos os contratos firmados** entre a Prefeitura e as **duas diretoras dos jardins de infância** e que, a direção **dessas instituições** deveria ser ocupada por normalistas diplomadas, de acordo com a legislação vigente. Neste documento, o uso do plural nas palavras por nós destacadas aponta para um novo acontecimento durante o trâmite da ação ordinária e organização do abaixo-assinado das professoras primárias. Sobre a questão dos novos contratos e jardins de infância dedicaremos atenção mais a frente.

Os sentidos e objetivos que permeiam um abaixo-assinado são múltiplos. Através dele, apoiados numa perspectiva metodológica em que os indivíduos são considerados agentes na construção do processo histórico (THOMPSON, 2001; 2011) é possível perceber e identificar as percepções tidas sobre o contexto social em que estavam inseridos. No que compete a produção historiográfica dos processos educativos, alguns estudos já realizados nos permitem perceber a escolarização da população como algo não efetuado, simplesmente, a partir de uma tomada impositiva pelo Estado (GONDRA; LEMOS, 2004).

Os abaixo-assinados, manifestos e outros documentos coletivos de natureza reivindicatória, informativa, indicam que, para além de uma sociedade de “bestializados” (CARVALHO, 2003), os indivíduos sempre são agentes de sua história, na medida das possibilidades existentes. Nesse direcionamento, Silva (2002), Schueler

92 O descrédito do prefeito com relação à formação oferecida pela Escola Normal já havia sido apresentado pela própria defesa da administração municipal.

(2005; 2008), Campos (1999), Lemos (2011, 2013), e outros demonstram que os documentos coletivos reivindicatórios podem ser entendidos como um fazer que acompanha a construção da profissão docente no Brasil desde o século XIX.

Assim, o abaixo-assinado das professoras primárias não fugiu à regra. Ao “acionarem a pena como arma”⁹³ (SCHUELER, 2006), as senhoritas e senhoras saíram do anonimato e interferiram nos conluíus e batotas desenrolados pela gestão Serzedello Corrêa. Ali, declararam que aderiam à manifestação iniciada pela professora Adelaide Magalhães, expressaram seus interesses demonstrando habilidade no uso da legislação em favor de seus interesses no que confere à manutenção do seu espaço profissional.

De acordo com Gondra e Schueler (2008), durante o processo de profissionalização e estatização do magistério é possível perceber, através de fontes documentais, que a partir da segunda metade do século XIX desenvolveu-se um processo de construção de identidades simbólicas coletivas. Tal construção foi realizada através da organização de ações em grupo, através da instituição da imprensa pedagógica, pelas associações profissionais ou através de outros caminhos disponíveis encontrados e criados (GONDRA; SCHUELER, 2008).

Em análise ao manifesto dos professores públicos primários da Corte, de 1871, Lemos (2011) considerou que a produção e organização desse documento pode ser entendido como um processo de consolidação da identidade profissional dos professores e, ao que ele identificou como *Associativismo docente* (LEMOS, 2011).

É importante ressaltar que o associativismo docente, embora seja identificado pela organização de um grupo de professores diante da determinada problemática, questão ou interesse, pode ter uma natureza perene ou intermitente. No caso das professoras diplomadas, embora não seja possível afirmar a participação delas em alguma associação de professores, podemos, ao menos, compreender que o caso atípico foi o elemento motor para reuni-las em torno de um objetivo em comum, legitimar a formação tida na Escola Normal e reverter a situação que estava há um ano em andamento, o contrato ilegal de Zulmira Feital⁹⁴.

93 Fazemos aqui uma alusão ao trabalho publicado por Schueler (2006) no qual o professor primário público Manuel José Pereira Frazão, ou o “professor da roça”, se utilizava da escrita para produzir e divulgar os problemas vivenciados pelos professores a respeito das condições em que se encontravam as escolas e o ensino público na cidade do Rio de Janeiro (SCHUELER, 2006).

94 Por não ser nossa questão de estudo aprofundar a questão referente às associações criadas e mantidas por professores, indicamos para leitura os trabalhos de Silva (2007), Cardoso (2011) e Lemos (2011).

Se de um lado, Adelaide Magalhães conseguiu articular com seus pares e simpatizantes na busca pela efetivação da lei e a legitimação da sua formação adquirida pelos bancos da Escola Normal do Distrito Federal, do outro, Zulmira Feital também se utilizou do acionamento de sua rede de contatos influentes na esfera pública. Cada uma dentro do seu contexto e especificidade acionou suas redes de sociabilidade na busca por alcançar seus objetivos. Sobre o levantamento e o inter cruzamento de diversos agentes que constroem a trama é que dedicaremos o próximo tópico.

3.3 - As Redes de Sociabilidade de Adelaide Magalhães e Zulmira Feital

Com o intuito de analisar a organização dos sujeitos neste embate de interesses, optamos por trabalhar com a noção de redes de sociabilidade, de acordo com a realidade social e a possibilidade de articulações percebidas. Assim, a partir dos nomes citados, tanto na ação ordinária quanto nas notícias veiculadas pelos impressos trabalhados, foi feito um levantamento dos sujeitos de ambos os lados e, a partir disso, construída a rede de relações e sociabilidade.

De acordo com Cunha (2010), é possível perceber, nas últimas décadas, o uso da metodologia de Redes nas produções historiográficas como meio para o desenvolvimento de análises da história social e política. Essa perspectiva de trabalho permite atuar sobre as análises do processo histórico para além da dualidade entre os diversos grupos sociais (colonizador x colonizado; estado x povo, etc.). Homens e mulheres que se movimentam por diversos espaços estabelecendo relações interpessoais na busca por efetivação de interesses e objetivos em comum a ambos (CUNHA, 2010).

Cunha (2010) salienta que trabalhar com o conceito de redes pressupõe levar em consideração a existência e dimensão das relações interpessoais⁹⁵ que são estabelecidas pelos atores sociais através dos “casos de amizade, dos laços de dependência, das procurações judiciais, da ‘criação’ etc.” (CUNHA, 2010, p. 219). Para sua aplicação nas pesquisas de história “esse tipo de análise é mais complexo pela evidente dificuldade de recolha de dados significativos para a totalidade dos elementos dos universos sociais em estudo” (CUNHA, 2010, p. 121).

95 Por relações interpessoais a autora pontua que podem ser entendidas como aproximação existente entre os atores sociais. Elas podem ser fruto da consanguinidade, por identificação de aspectos comuns entre os pares, ou ainda ocasionadas por haver interesses mútuos em torno de determinado objetivo. Elas se caracterizam pela existência de um fluxo de trocas (CUNHA, 2010).

Sirinelli (2003), em suas problematizações e encaminhamentos voltados para a constituição da investigação histórica sobre os intelectuais, nos apresenta uma abordagem metodológica que consideramos apropriada para a análise do caso do Jardim de Infância. Não entrando no mérito da questão se os nossos personagens podem ser caracterizados ou não como intelectuais, mas entendendo que eles, enquanto agentes, debatiam e defendiam seus ideais, assim como os intelectuais, eles se articularam, organizaram, compartilharam ideias e percepções. Se uniram na busca pela efetivação de um mesmo propósito (SIRINELLI, 2003)⁹⁶. Dependendo do lado em que se encontravam, ou se buscavam a anulação do contrato ou a permanência dele.

Dentre os elementos que compõe as estruturas da sociabilidade, a partir do proposto por Sirinelli, podemos considerar que existem lugares e momentos em que laços entre os agentes são atados, lugares que permitem ser criadas identidades, simpatias e antipatias. Ainda que, de acordo com o autor, as redes sejam de difícil apreensão por constituírem-se muitas vezes de ações informais e do cotidiano, é possível percebê-las pelo cruzamento de biografias, pela localização de laços de amizades, pelo traçado das trajetórias e da circulação em espaços institucionais; pela presença de assinaturas em manifestos, abaixo-assinados; pela produção e circulação de nomes em material impresso ou manuscrito; pela listagem de sócios nos grêmios recreativos, literários, associações; e tantos outros (SIRINELLI, 2003).

Para o sentido de redes, ainda, apoiamo-nos em Fragoso e Gouvêa (2010). Eles esclarecem que:

Não se trata, pois, de meros relacionamentos, mas sim da organização sistemática de recursos diferenciados por meio da ação e de estratégias político-econômicas acionadas em diferentes escalas espaciais e sociais (FRAGOSO; GOUVÊA, 2010, p. 23).

Os autores apontam para a importância de se pensar a dinâmica imperial nas colônias considerando as “conexões e interações de diferentes formas sociais” (FRAGOSO; GOUVÊA, 2010, p.13) presentes na efetivação do governo colonial. Dessa forma, a partir do caminho utilizado por Fragoso e Gouvêa é possível visualizar as constantes negociações existentes entre colônia e metrópole, identificando a agência dos sujeitos. Tal perspectiva permite visualizar o emaranhando de sistemas de normas e

96 Vale apontar que a criação de alianças e vínculos não necessariamente significa uma relação de proximidade e intimidade entre os indivíduos. Mesmo não sendo possível perceber na trama construída embates e rechaças dentro da mesma rede de sociabilidade, o conflito de ideias entre os membros das redes poderia existir.

de relações sociais nas quais as sociedades coloniais estavam construídas, para além das ordenações filipinas.

Em justificativa à proposta metodológica, os autores consideram que as recentes discussões acadêmicas na área da História da América portuguesa têm possibilitado compreender a organização da sociedade colonial. Sob uma perspectiva mais “refinada”, que permite visualizar e compreender as relações existentes entre Colônia e Metrópole, passando a não ser mais vistas como sistema fechado e dualista e sim dinâmico e complexo. A perspectiva das redes propõe a leitura da História sobre a organização da sociedade colonial, pautada em um “emaranhado de estruturas ou de relações sociais” como formas estratégicas da governabilidade (FRAGOSO, GOUVÊA, 2010, p. 15).

Embora as pesquisas que compõe o livro organizado por Fragoso e Gouvêa (2010) estejam interessadas em ampliar os estudos referentes às formas de governabilidade do estado português nas suas colônias além-mar, a metodologia empregada mostrou-se viável e favorável à nossa pesquisa. No nosso caso, utilizar a metodologia das redes como meio para a problematização da atuação governamental no início do século XX permite-nos problematizar a trama social para além da relação dicotômica e bipolar de “dominadores e dominados”. Assim como os autores, consideramos que a pesquisa desenvolvida a partir da perspectiva das redes, entendida como metodologia analítica, apresenta-se como “capaz de ultrapassar a produção de um conhecimento mais estático do modo de ser dos diversos grupos sociais” (FRAGOSO, GOUVÊA, 2010, p.22). Para Gouvêa:

Esse fenômeno [o uso desta metodologia] deve ser entendido, em grande medida, como um profícuo desdobramento metodológico da revisão crítica em curso acerca dos paradigmas explicativos até muito recentemente utilizados no estudo de temas centrais da história das sociedades europeias e das possessões ultramarinas no período (GOUVÊA, 2010, p. 157).

Ainda segundo os autores, essa abordagem metodológica tem demonstrado que a organização de redes sociais resulta na implementação de poderosas estratégias sociais que buscam intervir no devir histórico. Ela está para além das formas de relacionamento entre os agentes, mas sim direcionada para a “organização sistemática de recursos diferenciados por meio da ação e de estratégias político-econômicas acionadas em diferentes escalas espaciais e sociais” (FRAGOSO, GOUVÊA, 2010, p. 23). Nesse

sentido, torna-se necessário estabelecer as conexões existentes entre os agentes que conferem materialidade à governabilidade e à sua movimentação dentro de determinado contexto social. Para tal empreendimento, deveremos nos debruçar sobre a análise da trama sociopolítica e das trajetórias sociais.

Por compreendermos que as estruturas governativas não são estáticas nem construídas a partir da perspectiva dos dominados e dominadores e sim na possibilidade de agência dos sujeitos, levando em conta a criatividade dos indivíduos ao produzirem ou se apropriarem de mecanismos para sua inserção no contexto político, econômico e social, nos apoiamos na perspectiva de análise de rede. Com base neste aparato metodológico, buscamos problematizar a organização política da sociedade carioca, investigando a existência de conexões e interações entre diferentes sujeitos para além do “escopo bipolar e dicotômico” (GOUVÊA, 2010, p. 13), no que se refere às disputas concernentes ao processo de escolarização da cidade carioca.

Por essa perspectiva, de agência dos sujeitos, torna-se viável compreender como duas mulheres se inseriram na esfera política, uma exercendo um cargo destinado apenas a “funcionário público” e outra enfrentando, via juizado, os direcionamentos dados pela administração municipal que, segundo sua perspectiva, não estavam nos conformes da lei. A professora-adjunta Adelaide Magalhães e a diretora contratada Zulmira Feital podem ser inseridas em um contexto social marcado pela presença masculina – a administração pública e a justiça – porém, atuaram em um setor da esfera pública com forte presença feminina desde as últimas décadas dos Oitocentos – o magistério primário.⁹⁷ Através da associação aos grupos com os quais se identificavam, lançaram mão dos elementos que dispunham para a efetivação dos projetos, tanto de caráter individual quanto coletivo.

97 A discussão sobre gênero está presente na análise dos embates entre as professoras e poder público. A percepção de circulação das mulheres deste estudo nos espaços sociais dedicados aos homens, como o das negociações políticas e judiciais, permite-nos problematizar a imagem da ação feminina limitada ao espaço doméstico e/ou do magistério primário.

Adelaide Dulce Miranda Magalhães

De acordo com o registro do histórico escolar, Adelaide Dulce Miranda⁹⁸, nascida na Corte em 14 de junho de 1879, filha legítima de Narciso Augusto Pinto de Miranda e Adelaide Augusta Pinto de Miranda, iniciou seus estudos na Escola Normal do Distrito Federal em 1896, aos 17 anos⁹⁹. No seu primeiro ano no curso de formação de professores, foi aprovada com grau sete em Francês, oito em Ginástica, seis em Trabalhos de Agulha, cinco em Português, três em Desenho e quatro em Música. Segundo seu histórico escolar, a única disciplina que obteve reprovação foi Matemática.

No ano seguinte, matriculou-se no curso diurno e no final do período letivo foi “aprovada simplesmente” em Aritmética e Álgebra com grau cinco, “aprovada plenamente em Francez em Pedagogia” e em Caligrafia com “gráo seis”, sendo dispensada das disciplinas de Trabalhos Manuais e de Agulha.

Em 1898 se matriculou no curso noturno para cumprir as matérias de segundo e terceiro ano. “Na 1ª época foi aprovada plenamente em Geometria e Trigonometria e Geographia, ambos do 2º [ano] e Desenho de Ornato do 3º [ano] e não compareceu em Pedagogia, Trabalhos de Agulha e Trabalhos Manuaes, todas do 3º [ano]”. Nas avaliações de 2ª época, Miranda foi “aprovada plenamente em Pedagogia e com distinção em Trabalhos de Agulha”, ambas disciplinas do terceiro ano.

No ano de 1899 realizou matrícula em disciplinas do segundo, terceiro e quarto ano, optando pelo curso diurno. Nos exames de primeira época foi “aprovada plenamente em História Geral do 2º [ano], História da América e História Natural do 3º [ano], com distinção em Francez do 3º [ano], simplesmente em Desenho de Ornato do 4º ano”, não constando nenhuma reprovação ou ausência nesse período. Por sua vez, nos exames de segunda época ela não compareceu em Física e Química, matérias correspondentes ao terceiro ano, e em História Natural e do Brasil, do quarto ano.

Já em 1900, matriculou-se, novamente, no curso diurno, em matérias do terceiro e quarto anos. Nos exames de primeira época foi “inabilitada em Physica e Chimica e eliminada das materias do 4º anno. Na 2ª epoca foi aprovada simplesmente em Physica e Chimica do 3º e História Natural do 4º [ano]”. Por fim, não compareceu nos exames

98 Após contrair matrimônio com o advogado Theodoro Augusto Ribeiro Magalhães, Adelaide inclui o sobrenome do marido ao seu. Em vista da escassez de informações acerca das personagens não é possível afirmar se o casamento se deu antes ou após a diplomação de Adelaide pela Escola Normal.

99 CMEB-ISERJ. Secretaria, Livro 5. 1897-1911. p. 3.

de Literatura e História do Brasil, matérias correspondentes ao quarto ano e que se tornariam “pedras no seu sapato”. No ano seguinte, no curso diurno, nos exames de primeira época foi eliminada em todas as matérias do quarto ano e, na segunda época, não compareceu em Literatura e História do Brasil.

Na busca por aprovação nas disciplinas, Literatura e História do Brasil, em 1902, se inscreveu somente nessas duas matérias, talvez na tentativa de dotar maior atenção a ambas, Miranda não logrou sucesso. Foi eliminada nas duas chamadas.

Em 1903 não “requereu matrícula”, retornando à Escola Normal em 1904 a fim concluir sua formação nas duas disciplinas que mais demonstrava dificuldade. Por fim, nesse mesmo ano, matriculada no curso noturno, nos exames de primeira época, foi finalmente “aprovada plenamente em Litteratura e simplesmente em História do Brasil”. No ano seguinte, após longos nove anos, Adelaide “terminou o curso, sendo aprovada plenamente em exame de Pratica escolar, em Dezembro de 1905”¹⁰⁰.

Ao que se refere à busca por construir a rede de sociabilidade da qual Magalhães fazia parte, foi possível utilizar o abaixo-assinado apresentado anteriormente como um possível caminho para a identificação dos agentes da rede. Embora não tenha sido possível aprofundar a análise da inserção e atuação de Magalhães no cenário educativo do período, a partir do cruzamento de biografias e por onde esses indivíduos circulavam, em vista da escassez de informações sobre “pessoas comuns” nos documentos e fontes que tivemos acesso, identificamos aproximações entre os personagens no caso do Jardim de Infância.

Em relação à ação ordinária movida por Theodoro Magalhães, mesmo em vista de seus sólidos argumentos e à sentença favorável, levando ao cancelamento do contrato, a ação legal e prevista em lei não foi o bastante para que o caso fosse resolvido e finalizado. O casal Magalhães apelou para um recurso que já se tornara tradição entre os professores públicos: a mobilização dos pares a fim de reivindicar direitos legitimados pelo costume ou pela lei. Essa movimentação, por sua vez, foi feita após convocação de Theodoro às professoras primárias públicas no jornal *O Seculo*:

Resta, agora, às senhoras professoras e adjuntas se unirem no intuito de promoverem, também, a revogação judicial ou administrativa dos contratos de jardim de infancia que foram lavrados exclusivamente para utilidade e proveito de gente relacionada ou aparentada com o dr. Serzedello Corrêa (O SECULO, 14/11/1910, n. 1300, p. 1).

100 Trechos retirados do histórico escolar de Adelaide Dulce Miranda (CMEB-ISERJ, 1897-1911, p. 3).

Um abaixo-assinado, encabeçado pela professora diplomada catedrática Guilhermina Barradas e assinado por 116 professoras¹⁰¹, nos permite perceber uma possível relação existente entre Adelaide, Theodoro e ela. Isso, pois, em suas alegações finais apresentadas à justiça em 18 de abril de 1910, Theodoro já havia feito referência à professora¹⁰²:

E, enquanto assim procede a autoridade municipal, manifesta mais o interesse na conservação de tão odioso privilegio, negando (consta do expediente da directoria de instrucção) á professora cathedratica, d. Guilhermina Barradas permissão para esta manter, sem onus aos cofres municipaes, um jardim annexo ao collegio municipal que aquella docente dirige! (ACGRJ, 12.3.14, p. 20).

Cunha (2010) considera que a análise de redes só é possível ser efetuada em seu contexto. Há que se compreender os tipos de interação existentes que permitiram seu

101 Assinaturas contidas no abaixo-assinado por ordem de assinatura: Guilhermina Barradas, Maria da Conceição Dias da Cunha, Aida Schindler Goulart, Sylvia Guedes Naylor, Maria Antonietta de F. Macedo, Maria Delfina de Oliveira Botelho, Ottilia Reis, Thereza Reis Braz da Cunha, Julia da Silva Costa, Clara Ferreira, Christina de Mello Mourão, Cinira de Oliveira, Alma Oliveira Fortunato de Brisso, Zulmira de Oliveira, Maria Janin, Eumenia Mattos, Zelia de Oliveira, Edith Leomi Werneck, Marinha Jorge, Georgina R. S. da Gama, Antonia N. do Rosario Oliveira, Marianna Gortos, Carlota Gonçalves da Silva, Marcia Machado, Amelia Nunes Porto dos Santos, Olympia Bittig, Amanda Rodrigues da Silva, Antonia Ignez Barbosa, Maria Amalia Campos da Paz, Maria Nazareth do Rosario, Odette da Silva e Oliveira, Maria Carlota Castrioto Martius, Noemi dos Santos Mello, Anna Bourrus, Maria Magdalena Pinheiro Guedes P., Isaura Pereira de Castro, Maria Adelina Zumsteg, Alice Paulina Zumsteg, Carmen Azamor, Consuelo Azamor, Esmeralda Masson de Azevedo, Deolinda Luiza Ferreira, Marietta de Vasconcellos Damasco, Alice de Vasconcelos Gelly, Maria Pereira de Andrada, Dalila Tavares, Cacilda Gilaborte, Deolinda da Silva Leal, Alzira Rocha, Andréa Fonseca, Ernestina Werneck, Laura da Silva Costa, Maria Julia N. Pereira, Carolina da Silva Carvalho, Maria de Lourdes Vargas da Silva, Julieta Vargas da Silva, Laura da Silva Queiroz, Stella Levy Cardoso, Regina Levy, Anna Leticia da Frota Pessoa Lourenço Gomes, Amelia C. Cesar da Costa, Herminia Fernandes de Carvalho, America Xavier, Irene Capanema, Alexandrina A. dos Santos Silva, Alexandrina Teixeira de Andrade Costa, Luiza da Costa Machado, Heloisa L. Brandão, Alzira Emilia de Macedo, Maria Esmeraldina Rodrigues Pereira, Julia America Barbosa, Laudelina de Barros, Carmen do Monte Sarlé, Emilia Ferreira de Moraes, Leocadia de Barros Junqueira, Maria da Frota Pessoa, Alzira Santos, Henriqueta Pires Ferreira, Augusta de Sá, Maria Carolina da S. Freitas, Leonor Losada, Ilza Martins, Amelia Rosa Ferreira, Virginia Paula Rosas, Antonia C. Nery Costa, **Pedro Borges**, Ormindia (?) de Sousa Monteiro, Francisca de Souza Monteiro, Lucina Bittencourt, Margarida S. Adnet, Esmeralda de Queiroz Paiva, Veronica de Oliveira Gomes, Marcia Jose Martins, Maria Luiza Teixeira Martins, Aglaya Barbosa, [?] Flora [?], Leonor das N. B. Camara, Eugenia Pouchet, Léonice Teixeira da Silva, Almerinda Machado da Silveira, Eulina de Nazareth, Ceverina Hemetério dos Santos Pacheco, Euvira Pilar da Silva Guimarães, Alfonsina das Chagas Rosa, Maria da Conceição Beltrão, Olympia Castilho, Ernestina de Castro Gonçalves de Carvalho, Maria de Lourdes M. de Souza, Maria da Gloria de Moura Diniz, Rachel Luiza de Moura, Esther de Moura, Maria Alexandrina Guimarães, Laura da Silva Pereira, Branca Branco de Carvalho, Maria Rita Pereira Nóra e Adelaide Dulce de Miranda Magalhães.

102 Com relação a Guilhermina Barradas, as poucas informações localizadas nos dizem que ela atuou como professora da 4ª escola feminina do 3º distrito (GAZETA DE NOTÍCIAS, 02/02/1903, n. 33, p. 4), e do 4º distrito (GAZETA DE NOTÍCIAS, 01/02/1904, n. 32, p. 3). Não encontramos referência à qual escola ela dirigia nesse período.

surgimento e as possíveis relações estabelecidas com outras redes e organizações existentes (CUNHA, 2010). Dessa forma, podemos compreender o abaixo-assinado das professoras primárias municipais como um objeto que materializa a organização, via acionamento e chamamento dos pares, em busca pela legitimação de algo em comum. No caso específico, refere-se à legitimidade da formação fornecida pela Escola Normal do Distrito Federal e a inserção das professoras diplomadas nos cargos que a elas pertenciam, de acordo com a lei.

Zulmira Feital

Zulmira Feital, nascida no então Município da Corte em 23 de fevereiro de 1882, era “filha legítima do Dr. José Feliciano Noronha Feital e de D. Maria Gouvêa de Noronha Feital”¹⁰³. Além dela, Feliciano e Maria Gouvêa tiveram outros cinco filhos: Amanda, Lydia, Julieta, Romeo e Ludgort. Zulmira iniciou seus estudos na Escola Normal do Distrito Federal em 1897, aos 15 anos, no curso noturno, apresentando no ato da matrícula o comprovante de escolaridade do ensino de segundo grau e o certificado de sanidade de vacina. Entre “idas e vindas”, matriculou-se pela última vez nas matérias do Curso, Geografia e Geometria do segundo ano, contudo não compareceu para a realização dos exames. Segundo o que podemos perceber do seu histórico escolar, Zulmira abandonou sua formação em 1902.

Seu pai, Feliciano Feital, teve uma intensa inserção no contexto político e também educacional. Era “engenheiro bacharel”¹⁰⁴ e teve articulada atuação na Província do Espírito Santo, onde atuou como Inspetor Geral das Obras Públicas¹⁰⁵ e como secretário da comissão de higiene da capital da mesma província¹⁰⁶. Em 1873, foi nomeado chefe interino da polícia de Vitória¹⁰⁷. No magistério, atuou como “lente de Geographia e História” do “Collegio Espirito Santo”¹⁰⁸ e como lente da Escola Normal da mesma cidade¹⁰⁹, tendo sido destituído do cargo pelo Inspetor Geral da Instrução Pública pouco tempo depois “por não haver elle solicitado o respectivo titulo”¹¹⁰, fato

103 CMEB-ISERJ. Secretaria, Livro 5. 1897-1911. p. 83.

104 Jornal *O Espirito-Santense*, 25/02/1873, p.2

105 Jornal *O Espirito-Santense*, 18/01/1873, p.2.

106 Jornal *O Espirito-Santense*, 18/03/1873, p. 4

107 Jornal *O Espirito-Santense*, 15/03/1873, p. 2

108 Jornal *O Espirito-Santense*, 28/02/1873, p. 1.

109 Jornal *O Espirito-Santense*, 27/05/1873, p. 2

110 Jornal *O Espirito-Santense*, 28/03/1874, p. 1

este que ocasionou a nulidade do contrato. Feliciano Feital chegou a ser Deputado da Província do Espírito Santo, atuando na comissão de Instrução Pública e Justiça através do projeto que previa a criação do curso de Português no ensino superior e a reforma do plano de estudos para o colégio Atheneu Provincial e da Escola Normal¹¹¹.

Em 1875, por motivos de saúde, solicitou o afastamento de suas funções na cidade de Vitória para o tratamento de saúde a ser realizado no Rio de Janeiro, tendo sido exonerado da função de Inspetor geral de Obras¹¹² e da atuação como lente nos colégios, no mesmo ano. Posteriormente, retornou a Vitória e aos seus cargos como lente de colégio e como engenheiro. Meses depois, necessitou retornar à capital do Império, provavelmente em decorrência de sua saúde.

No Rio de Janeiro, fundou o colégio S. Feliciano e em 1883 criou o Grêmio Literário Feliciano Feital, sendo o lugar de realização dos encontros na rua da Aclamação, nº 54, no Distrito de Santana. Em 1896, enquanto “professor da Escola Militar da Capital Federal”¹¹³, veio a falecer aos 49 anos de “hypertrophia libiar”¹¹⁴.

A composição do meio familiar e social de Zulmira nos possibilita visualizar alguns momentos de sua vida que possibilitarão formas de circulação no contexto social que estava inserida e assim percorrerão os caminhos que foram responsáveis por suas experiências enquanto sujeito inserido em um contexto urbano. A indicação da existência de certificado de vacinação e os pronomes de tratamento ante ao nome de seus pais demonstram sua inserção em um grupo social provavelmente distinto em relação às classes populares.

Enquanto filha de um homem inserido na vida pública e política, tornou-se possível, através dos jornais “O Espírito-Santense” e o “Diário Oficial”, identificar os espaços por onde esteve Feliciano Feital, seus atos e suas atividades voltados à Instrução e posteriormente ao ensino privado com a criação de sua escola.

Fato que nos chama atenção é ter sido Zulmira filha de professor e político envolvidos com as discussões referentes à Instrução na província do Espírito Santo. Além disso, a circulação de seu pai por espaços políticos do Império pode ter favorecido a inserção de Zulmira no cenário político carioca via rede de sociabilidade. Uma situação que, unida à sua desenvoltura de relacionamento e sagacidade na busca pela

111 Jornal *O Espírito-Santense*, 10/09/1874, p. 1; 10/11/1874, p. 2

112 Jornal *O Espírito-Santense*, 13/05/1875, p. 2; 27/05/1875, p. 1

113 Diário Oficial, 12/08/1896, p. 19.

114 Diário Oficial, 02/06/1896, p. 7.

efetivação de seus objetivos, pode ter favorecido a sua contratação como diretora do Jardim de Infância. Tais apontamentos são hipóteses levantadas para a compreensão da inserção de uma figura feminina em negociações políticas num ambiente marcadamente masculino.

No mapeamento dos personagens da trama, ou melhor, da rede, em que Zulmira Feital estava inserida, foi possível perceber que o grupo de sociabilidade era de peso. Nomes como o de Moncorvo Filho, Alcindo Guanabara, Olavo Bilac, Nilo Peçanha, o próprio prefeito Serzedello Corrêa, dentre outros, marca presença na complexa trama.

Contudo, mesmo que Zulmira Feital tenha sido filha de um renomado e atuante personagem no cenário político, consideramos que “a marca de família” não deve ter sido o único elemento de destaque. Como possibilidade de ampliação acerca da percepção da agência de Feital, trazemos novos elementos para compreender sua trajetória na vida política da cidade por meio da instrução.

Em 1909, ano de inauguração do Jardim de Infância municipal e de assinatura do afamado contrato, Zulmira, unida a sua sócia, Cândida Guanabara¹¹⁵, abre uma escola voltada para o serviço de jardim de infância e “curso primário pelo programma das escolas públicas (O PAIZ, 23/3/1909, n. 8936, p. 8). A escola estava localizada no antigo bairro do Engenho Velho, atual São Francisco Xavier, na rua Conde de Bomfim, n. 107¹¹⁶.

Mesmo com pouco tempo de funcionamento da escola de Zulmira e Candida, as atividades lá desenvolvidas foram noticiadas, certa vez, pelas páginas do jornal *O Paiz*:

A festa realizada no Jardim de Infância, que com tanto zelo dirigem á rua Conde de Bomfim n.107 as senhoritas Candida Guanabara e Zulmira Feital, teve todos os encantos que a infancia communica ás suas festas e despertou em quantos a assistiram um verdadeiro côro de louvores às dedicadas educadoras, que a organizaram. Por outro lado, ella foi uma brilhante demonstração das excellencias do methodo educativo ali adoptado e cujos resultados ninguém ousaria negar, depois de constatar o rápido aproveitamento das crianças matriculadas no Jardim da Infancia. Ellas fizeram coisas admiráveis para a sua idade: disseram poesias, cantaram em côro, emfim, deram diversas provas da efficacia da educação que recebem. Depois houve um *lunch* ao ar livre, em que toda a pêtizada, de dois a seis anos, se portou com uma galhardia digna de nota, não só pela extracção que deram às balas e aos doces, mas ainda porque o fizeram com toda a alacridade própria

115 Candida era irmã de Alcindo Guanabara, desenvolvimento político e jornalista fluminense, militante na causa da infância pobre da cidade do Rio de Janeiro (RIZZINI, 1993).

116 Conforme tabela 3 apresentada no capítulo 2.

da infância, sem que, no entanto, houvesse desordem ou bulha. Findo o *lunch*, a pequenada trefega divertiu-se a valer, jogando a cabra cega, correndo, saltando. À festa, que terminou à tarde, estiveram presentes muitas famílias das mais distintas do bairro; compareceram também o Sr. **Heredia de Sá**¹¹⁷, representando o Dr. **Serzedello Correia**, prefeito do Distrito Federal; o senador Ferreira Chaves, o deputado **Alcindo Guanabara**, Drs. Gregorio Saraiva, **Moncorvo Filho**, Agostinho dos Reis, Willensens Camarinha, Manoel Gomes Pereira, Manoelino Azevedo e outras. As zelosas directoras receberam muitas felicitações¹¹⁸ (O PAIZ, 26/08/1909, n. 9092, p. 4. Grifos nossos)

De forma intencional, ou não, a veiculação da notícia acerca do trabalho realizado por Candida e Zulmira em seu estabelecimento educacional fora realizada em data muito próxima às datas de submissão do orçamento de valores da prestação do serviço, em 27/09/1909 e da assinatura do contrato realizado em 15 de outubro. Além disso, nesse período as obras de construção da escola já haviam sido iniciadas e, muito provavelmente, o plano de contratação das senhoritas diretoras já havia sido planejado. A divulgação dos “grandes feitos” pedagógicos efetuados por Feital e Guanabara buscava legitimar o trabalho desenvolvido pelas “zelosas directoras” e, dessa forma, podemos entender como uma preparação do campo para a feitura do contrato.

Retomando a análise do contrato do Jardim de Infância, dentre os agentes que assinaram o documento, verifica-se a presença de Carlos Arthur Moncorvo Filho (1871-1944), médico, pediatra criador do Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI) em 1899. O IPAI tinha como objetivo dedicar atenção à formação das mães para que pudessem oferecer a seus filhos condições de higiene e assim alcançar a redução da mortalidade infantil e o inculcar de hábitos higiênicos e científicos na vida da população trabalhadora (LEVY, 1996; MONÇÃO, 2013; RIZZINI, 1993; WADSWORTH, 1999; SARTOR, 2002).

Nessa perspectiva, o IPAI, pela figura do Moncorvo Filho, estabeleceu contatos e relações com distintas personalidades da época, entre os quais estavam políticos, intelectuais, jornalistas, negociantes, profissionais liberais, militares e também as

117 Herédia Sá era militar e político atuante na cena carioca na primeira década do século XX ao lado de Serzedello Correa e outros (FREIRE, 1996; DANTAS, 2008).

118 Com olhar atento na busca pela localização e identificação de possíveis redes de sociabilidade dos personagens que compõe a pesquisa, conseguimos localizar, através do trabalho de Dantas (2008), uma indicação de relação entre os personagens por nós destacados na notícia. Segundo Dantas, no centro do Rio existia, no cruzamento das ruas do Ouvidor e Gonçalves Dias, um estabelecimento, o “Café do Rio”, que era frequentado por estudantes das escolas Militar, Politécnica, faculdade de Medicina e também ponto de encontro de artistas e políticos. Dentre estes, como frequentadores do espaço, estavam Serzedello Correa, Alcindo Guanabara e Heredia de Sá (DANTAS, 2008).

mulheres – em geral, esposas, mães e filhas – dos apoiadores que desenvolviam na instituição eventos destinados a angariar fundos e materiais destinados ao auxílio às famílias pobres atendidas pelo Instituto.

Segundo Kulhmann Junior (2011), entre as inúmeras ações promovidas e propostas pela instituição e que estavam presentes no estatuto do IPAI de 1903, é possível verificar a proposta de “criar jardins de infância e creches” (KULHMANN JÚNIOR, 2011, p. 92). Embora não tenha sido efetivada a proposta dentro do espaço físico pertencente ao IPAI, pode-se verificar a participação do médico na criação e estruturação do Jardim de Infância Campos Salles, no qual assinou como testemunha do acordo entre a prefeitura e Zulmira Feital (AGCRJ, 12.3.14, p. 7), e realizou o discurso de inauguração da escola infantil, por convite das diretoras da instituição¹¹⁹.

A relação existente entre Moncorvo Filho e Serzedello Corrêa, por sua vez, não surgiu somente quando o último passou a ocupar o cargo de prefeito da cidade do Rio de Janeiro. A Revista Fon-Fon¹²⁰, em sua edição n. 41, “rende homenagens do seu justo apreço á bella instituição publicando o retrato dos seus illustres presidentes”, a “Mme. Alfredo Pinto, muito digna presidente da Associação das Damas da Assistência á Infância” e o “Dr. Innocencio Serzedello Correia, muito digno presidente do Instituto de Protecção e Assistencia à Infância do Rio de Janeiro”¹²¹ (REVISTA FON-FON, 18/01/1908. n. 41. p. 26).

Através das ações efetivadas por essa rede de sociabilidade, outros personagens, não afamados e de menor destaque na trama social, também foram beneficiados. A partir do texto do contrato é possível identificar, dentre as professoras contratadas por Zulmira Feital para o exercício do magistério, a presença de familiares, como é o caso de sua irmã, Lydia Feital e Adelina Savart de Saint Brisson, cunhada de Serzedello Corrêa. Além dessas, destaca-se a presença de Cândida Guanabara, alocada como vice-diretora da instituição, muito provavelmente por fatores relacionados à experiência

119 O discurso estava pautado nas vantagens que o Jardim de Infância iria oferecer à cidade, possibilitando o trabalho da higiene e instrução em um mesmo espaço, além de não poupar elogios ao presidente da república, Nilo Peçanha, ao ex-prefeito, Souza Aguiar e ao prefeito em exercício Serzedello Corrêa (CORREIO DA MANHÃ, 4/11/1909. n. 3032. p. 3).

120 A Revista Fon-Fon circulou pela cidade do Rio de Janeiro entre 1907 e 1958. Em meio ao período de mudanças sociais como as reformas urbanísticas na cidade, a cidade obtinha destaque no cenário nacional enquanto capital da república, além dos avanços tecnológicos em ascensão (o automóvel), aspectos retratados em suas capas que se tornaram símbolos da revista (VELLOSO, 2008). A relevância do uso da revista para o estudo se deu pelo fato do contínuo uso de fotografias em suas notícias. Por essa característica foi possível ter acesso às imagens do Jardim de Infância bem como dos seus personagens. Através das legendas, foi possível estabelecer ligações entre as imagens e os nomes dos sujeitos.

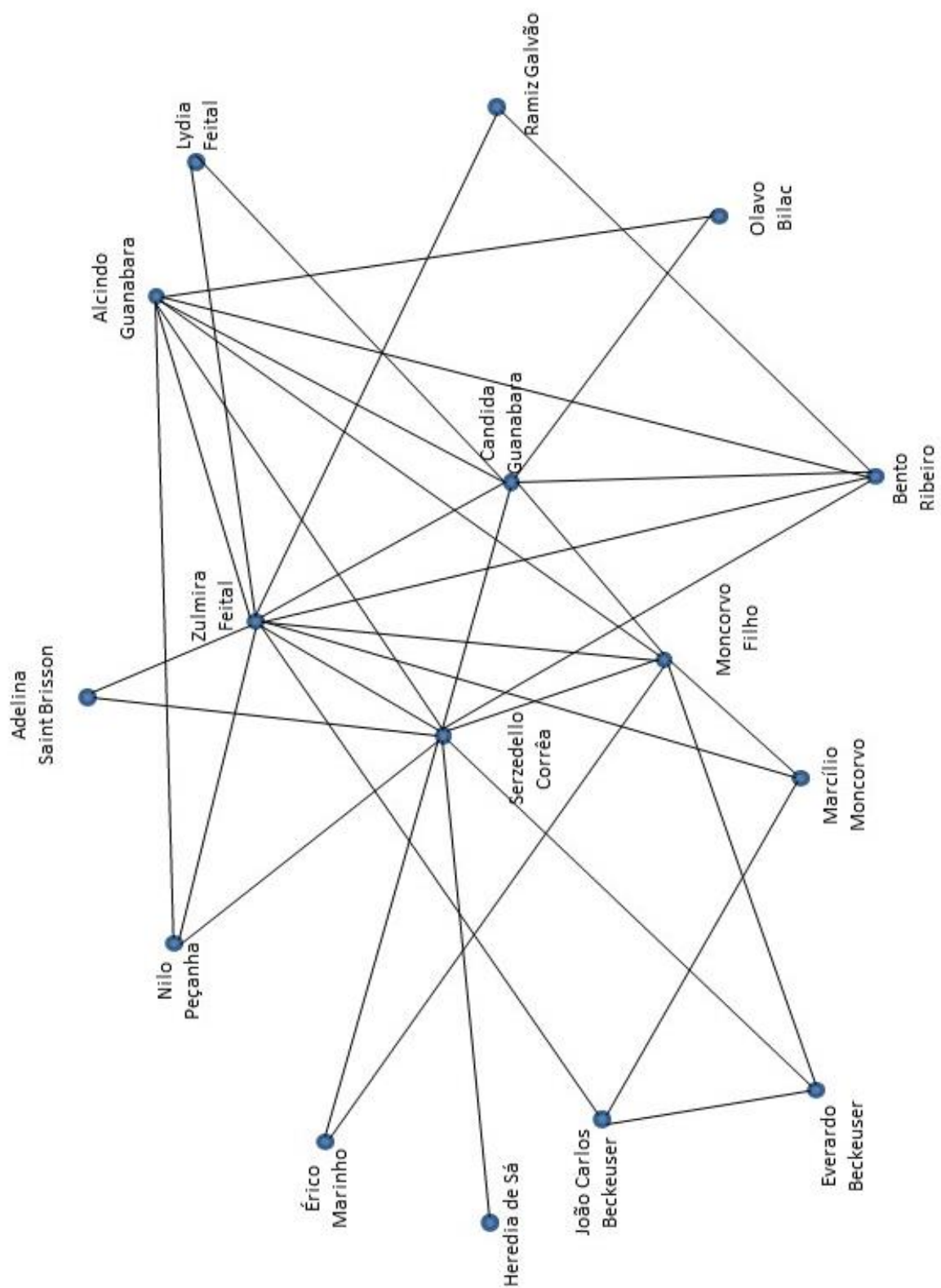
121 Dentro das possibilidades foram realizadas diversas buscas em instituições de pesquisa, além da internet, na tentativa de localizar outras fontes que pudessem aprofundar a análise da notícia veiculada pela Revista Fon-Fon. Contudo, infelizmente, nenhuma informação a mais foi localizada. Como estudo que aponta tais relações indicamos leitura de Sartor (2002).

anterior com o Jardim de Infância privado, bem como pelos caminhos abertos pela rede de sociabilidade e pelas relações de parentesco. Cândida era irmã do senador e jornalista Alcindo Guanabara, que pertencia a mesma rede de sociabilidade.

Como meio para verificação visual das conexões existentes entre os sujeitos da rede de sociabilidade em que Zulmira Feital estava inserida, optamos por lançar mão da construção de um fluxograma, através das informações contidas nos documentos analisados até então. Tal proposta permitirá perceber as relações por meio das quais Zulmira Feital se articulava com os outros personagens da trama e, ainda, perceber a presença feminina em uma rede de sociabilidade essencialmente masculina (FLUXOGRAMA 1).

No decorrer do trabalho foram apresentados diversos personagens que, de uma forma ou de outra, tiveram atuação e participação da efetivação do contrato firmado entre a Prefeitura e Zulmira Feital. Com o decorrer da análise e levantamento dos campos de atuação profissional dos personagens torna-se possível apontar para a existência de uma rede de governabilidade (GOUVEA, 2010). Ou seja, a rede de sociabilidade e sua composição de múltiplas identidades profissionais permitiam que, a partir de determinado projeto político e seu interesse de ser efetuado, fossem acionados os pares e membros da rede para dar cabo ao projeto político intencionado. Tal questão inspira-se nos autores que operam com base nesta abordagem: uma trama sociopolítica articulada e efetivada entre indivíduos, a partir de parcerias e cumplicidade entre seus membros (FRAGOSO, GOUVÊA, 2010, p. 14).

Compreendendo como um elemento facilitador para a visualização das parcerias travadas, as relações e articulações existentes entre os sujeitos, tecemos a composição da trama da rede de sociabilidade deste grupo (FLUXOGRAMA, 1). As ligações entre os personagens, traçadas no fluxograma abaixo, permite-nos visualizar a participação desses indivíduos na execução do projeto de escolarização da população infantil, bem como em possíveis outros projetos de intervenção política, social a que se dedicavam, os quais, por sua vez, não foram pauta desse estudo.



Fluxograma 1: Rede social em torno do Jardim de Infância Campos Salles

Nessa rede de sociabilidade e de governabilidade que agiu sobre a questão do Jardim de Infância Campos Salles, é possível verificar a presença dos médicos que militavam, sobretudo, pela causa da infância. É o caso de Moncorvo Filho, pediatra, idealizador do Instituto de Proteção e Amparo a Infância, e articulador de uma ampla rede de sujeitos e instituições voltadas para a promoção do cuidado de crianças (LEVY, 1996; MONÇÃO, 2013; RIZZINI, 1993; WADSWORTH, 1999; SARTOR, 2002), e Érico Marinho da Gama Coelho, senador entre 1906 e 1918, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, também envolvido em assuntos voltados para o cuidado materno.

Personagens inseridos no cotidiano do ensino escolar, tais como: Benjamin Franklin Ramiz Galvão, que atuou “como professor da Escola de Medicina [do Rio de Janeiro], diretor do Almanaque Garnier, Inspetor Geral da Instrução Pública [no período de gestão do prefeito Bento Ribeiro] e até como dirigente de um asilo para crianças pobres” (CALDEIRA, 2010, 2012) e como intelectual membro do Pedagogium; Olavo Bilac, literato, jornalista (HANSEN, 2007, 2011) e inspetor escolar; e as professoras contratadas, Zulmira Feital, Candida Guanabara e Lydia Feital. Estas, mesmo que não fossem diplomadas pela Escola Normal do Distrito Federal, eram filhas de professores e, ainda, demonstraram a experiência anterior em docência. Dessa maneira, mesmo inseridas em um contexto social e legal que exigia a diplomação pela Escola de formação de professores, a formação pela prática e a tradição familiar as legitimava.

Além desses, percebemos a presença de políticos, jornalistas e intelectuais. Dentre eles, mesmo que não tenham tido inserção ativa e contínua no contexto da escola, atuavam no campo político em prol da causa da infância, como Alcindo Guanabara, dedicado à causa da proteção da infância pobre na cidade, e Serzedello Corrêa, que tinha participação no IPAI, de Moncorvo Filho, chegando, inclusive, a exercer o cargo de diretor da instituição na cidade do Rio de Janeiro. Dentre esses personagens, é pertinente ressaltar os indícios de beneficiamento dos filhos e dos pequenos parentes dos respectivos sujeitos da trama, por meio da concessão de vagas no Jardim de Infância Campos Sales. Como é o caso de Marçílio Moncorvo, filho de Moncorvo Filho; João Carlos Backeuser e João Baptista Backeuser filho do secretário

do prefeito Corrêa, Everardo Backeuser; Zilah, Zilda e Paulo Guanabara, possivelmente parentes dos irmãos Candida e Alcindo Guanabara¹²².

3.4 - Desfechos finais

Dias antes de encerrar suas atividades como prefeito da cidade, Serzedello Corrêa realizou um feito não esperado. Em 11 de novembro de 1910 ele renovou o contrato entre Zulmira Feital e a Prefeitura Municipal, prorrogando sua validade para mais quatro anos, o que incluía a gestão do prefeito seguinte, Bento Ribeiro. Além de garantir a permanência de Feital no quadro do funcionalismo público, depois de concluída as obras de construção de um outro jardim de infância, localizado no bairro de Botafogo, o Jardim de Infância Hermes da Fonseca, estabeleceu com Adelina Savart de Saint Brisson, sua cunhada e professora do Jardim de Infância da Praça da República, um contrato nas mesmas linhas que o de Feital, contratando-a como diretora da nova escola da municipalidade.

Foi após a cartada final de Serzedello Corrêa que o grupo de professoras primárias se organizou e elaborou o abaixo-assinado anteriormente apresentado, solicitando que o novo prefeito efetuasse o cancelamento dos dois contratos. Infelizmente, a luta das professoras não resultou em conquista significativa.

Diante da análise pormenorizada do pedido das professoras, com vistas a solucionar de vez a questão herdada da administração anterior, o caso foi passado para a avaliação do 2º procurador dos Feitos da Fazenda Municipal. Este, levando em consideração os termos presentes no contrato, considerou ser impossível a anulação do documento:

Caso queira a Prefeitura si rescindir o contracto sem a contractante para isso der motivo, ficará a mesma Prefeitura obrigada a indemnizar a contractante com a quantia correspondente a um anno de subvenção (AGCRJ, 12.3.14, s/p).

Em vista da necessidade do pagamento da indenização das contratadas, o procurador considerou ser mais econômico manter o que já estava firmado. De volta os documentos às mãos o 3º procurador, este, em documento endereçado ao prefeito Bento Ribeiro, considerou estar de acordo com a avaliação feita por seu colega, o 2º

122 Os nomes das respectivas crianças foram localizados em notícias veiculadas sobre a escola no jornal *Gazeta de Notícias* em 1911 (GAZETA DE NOTÍCIAS, 10/04/1911, n. 100, p. 3)

procurador. Em vista disso, é perceptível a estratégia encontrada pelo prefeito Serzedello Corrêa para garantir a continuidade de Zulmira Feital e Adelina Saint Brisson nos cargos de direção dos Jardins de Infância carioca.

Como testemunhas, participaram da renovação do contrato de Zulmira Feital os “deputados federaes Eduardo Thomé Saboya, Aurélio Amorim, o jornalista Demetrio Toledo e o coronel Arthur Alfredo Corrêa de Menezes”. Em referência ao contrato de Adelina Saint Brisson assinaram o “senador Lauro Nina Sodré e Silva e Severino dos Santos Vieira, o deputado federal Eduardo Pires Ramos, Adolpho Dell’Vecchio e João Pedro Regazzi” (AGCRJ, 12.3.14, s/p).

Além de Zulmira Feital e Adelina Savart de Saint Brisson estarem inseridas em uma influente rede de sociabilidade, recorrer ao prefeito Bento Ribeiro não foi uma boa estratégia exercida pelo grupo de professoras primárias. Tal afirmativa se baseia no fato de ele ter feito parte da base política e da rede de sociabilidade das duas contratadas. Sua inserção na referida rede pode ser perceptível através da sua participação, como convidado, na inauguração do Jardim de Infância, e em visitas do presidente Nilo Peçanha à instituição. Tal presença sugere que Bento Ribeiro, ao menos, se preocupou em manifestar seu apoio ao projeto que estava sendo efetivado por Serzedello Corrêa.

Além da sua participação na inauguração do Jardim de Infância, no seu período de atuação como prefeito da cidade, realizou visita oficial à instituição. Dessa forma, não só manteve seu apoio ao Jardim de Infância e às diretoras, como o tornou público. A visita foi retratada (FIGURA 17) por Augusto Malta e publicada na revista Fon-Fon, em 1913. Segundo legenda veiculada com a imagem pela revista, o prefeito tinha “á sua direita o Barão de Ramiz Galvão, director da Instrucção Publica, personalidade citada anteriormente, e á sua esquerda a senhorita Feital, o senador Alcindo Guanabara e senhorita Candida Guanabara, directora do *Jardim da Infância*” (REVISTA FON-FON, 22/11/1913, n. 47, p. 37).



Figura 17: Visita do general Bento Ribeiro, prefeito do Distrito Federal, ao Jardim de Infância Campos Salles
(REVISTA FON-FON, 22/11/1913, n. 47, p. 37)

Contudo, nem tudo permaneceu como antes. Depois de todo rebuliço despertado pela ação da manifestação das professoras primárias, houve uma troca de papéis no Jardim de Infância. O cargo de direção passou para Cândida Guanabara e a vice-direção à Zulmira Feital como podem ser verificadas nas notícias veiculadas pela imprensa a partir da gestão administrativa de Bento Ribeiro.

Mesmo que Zulmira Feital tenha sido identificada como vice-diretora pela notícia no impresso, ela ainda ocupava posição central na imagem, assim como nas fotografias anteriores, ao lado da figura de destaque. Por sua vez, Cândida Guanabara posou ao lado esquerdo de seu irmão, Alcindo Guanabara, no lado direito da imagem, local comumente destinado a ocupantes de posição inferior no nível hierárquico. Por essa leitura, cabe-nos a pergunta: a mudança de cargo de Zulmira Feital de fato aconteceu ou foi uma tentativa de amenizar os ânimos das professoras primárias?

Entre os escassos documentos localizados no Jardim de Infância Campos Salles, foi possível localizar um documento, datado de 1958, onde são apresentados alguns

dados referentes ao histórico dos primeiros anos da escola¹²³. Na série de 19 perguntas, algumas informações chamaram nossa atenção, dentre elas a alteração da data de inauguração da escola, referida a 1º de novembro de 1944, data de reinauguração da escola após as obras de remodelação do espaço, executadas no governo do presidente Getúlio Vargas, e não três de novembro de 1909, data original de criação do Jardim de Infância. As obras reconfiguraram todo o espaço físico escolar, descaracterizando o projeto original efetuado por Souza Aguiar. Tal fato ainda é marcado com uma placa comemorativa existente na entrada do prédio da escola. Lá é narrado que a escola foi construída por Getúlio Vargas e não por seu antecessor nas décadas anteriores.

O outro fato refere-se à indicação do nome da primeira diretora da escola. Para nossa surpresa o nome que consta no documento é o de Candida Guanabara. Zulmira Feital foi citada em uma listagem abaixo, junto com outras diretoras do Jardim de Infância como Marieta Martins de Medeiros e Albuquerque e Cecília Meirelles. Seria essa uma tentativa de apagamento do nome de Zulmira Feital, devido à centralidade do papel que exerceu no conturbado início da instituição?

De fato, após o período de gestão de Bento Ribeiro, mesmo Zulmira Feital tendo continuado a atuar na escola como vice-diretora, a centralidade dos primeiros anos de funcionamento do Jardim de Infância recaiu sobre a figura de Candida Guanabara. Em virtude do seu falecimento, em março de 1927, foi publicada uma nota no jornal *O Paiz* apresentando a trajetória de Guanabara e engrandecendo sua atuação na primeira instituição pública de ensino infantil da cidade do Rio de Janeiro

O magisterio publico do Districto Federal perdeu hontem uma das mais dedicadas educadoras, D. Candida Guanabara, que por longos annos se dedicou á instrucção e educação das crianças cariocas. (...) Hontem, pelo decorrer da tarde, deu-se o desenlace fatal. D. Candida Guanabara deixa dois livros inéditos sobre o ensino nos jardins da infância (O PAIZ, 26/03/1927, n. 15497, p. 4).

Com boa dose de insistência, teimosia e curiosidade, no apagar das luzes, avançamos na pesquisa no jornal *Gazeta de Notícias* e no *Diário Oficial*, por alguns anos posteriores ao grande entrevero, a fim de localizar alguma informação sobre as personagens.

123 Além do citado documento, a série de 19 perguntas, os únicos documentos localizados no Jardim de Infância e que correspondem com o período analisado foram as figuras 15 e 17.

Sobre Zulmira Feital, esparsas informações foram localizadas na *Gazeta de Notícias*. A notícia publicada no periódico em primeiro de fevereiro de 1916 nos informa a realização do “enlace matrimonial de Mlle. Zulmira Feital, digna sub-directora do Jardim de Infância Campos Salles, com o dr. Manoel Cavalcanti de Freitas, distinto engenheiro civil”. Como testemunhas da cerimônia assinaram “os senadores Drs. Pedro Borges e Alcindo Guanabara e as Sras. DD Maria de Miranda Feital e Amanda Feital”. Pelo matrimônio, Zulmira Feital incluiu o sobrenome do marido ao seu e passou a assinar como Zulmira Feital Cavalcante de Freitas (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1/2/1916, n. 32, p. 4).

Como podemos observar, a rede de sociabilidade de Zulmira Feital não se desfez após o término do contrato de prestação de serviços no Jardim de Infância. Ao seu lado, como padrinho, estava seu velho conhecido, o senador Alcindo Guanabara. Além dele, é perceptível à presença de Pedro Borges (1851-1922), influente político, médico e militar do estado do Ceará, que atuou como senador no Distrito Federal entre os anos de 1903 e 1920 (SENADO FEDERAL, 2014). Mesmo que não tenha sido citado no decorrer do processo, tal presença nos aponta e demarca as “boas relações” mantidas por Feital.

No *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, nas edições entre os anos 1918 e 1927, há a informação que ela havia atuado como vice-diretora e professora adjunta do Jardim de Infância Campos Salles até o ano da morte de Candida Guanabara, 1927¹²⁴. Após esse ano atuou como professora do Jardim de Infância Hermes da Fonseca, no bairro de Botafogo. Em complementação às informações, o Diário Oficial, em quatro de outubro de 1938¹²⁵, informa que ela foi transferida do Jardim de Infância de Botafogo para a Escola Municipal Luiz de Camões¹²⁶. Contudo, não foi possível descobrir o motivo de suas transferências e nem a sua localização após esse período.

Sobre Cândida Guanabara, no *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, só está registrada a informação que ela atuou como diretora do

124 Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, ano 1918, n. 75, p. 646; 1922, n. 78/79, p. 477; 1924, n. 80, p. 462; 1925, n. 81, p. 409; 1926, n. 82; p. 402; 1927, n. 83, p. 402.

125 Diário Oficial, 04/10/1938, n. 299, p. 11.

126 A respeito dessa escola não sabemos sua localização exata nesse período. Segundo informação localizada no Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, a Escola Luiz de Camões estava localizada na rua Carmo Neto, na praça Onze. Contudo, no site da Secretaria Municipal de Educação, a Escola está localizada no bairro de Rocha Miranda, na estrada do Barro Vermelho.

Jardim de Infância¹²⁷. No *O Paiz*, em virtude de sua morte, foi informado que ela havia se tornado grande referência nos assuntos de jardins de infância no município e que, como sinal de sua dedicação, deixou escrito “dois livros inéditos sobre o ensino nos jardins de infância” (O PAIZ, 26/3/1927, n. 15497, p. 4). A partir dessa informação percorremos diversas instituições¹²⁸ na esperança de localizá-los, contudo não foi possível. Mesmo tendo sido irmã de destacada figura pública, as únicas informações que localizamos sobre a personagem foram apresentadas de forma integral durante a pesquisa.

Com relação à Adelaide Magalhães, muito pouco sabemos dela. Localizamos que em 1912 foi designada pelo diretor geral da instrução pública “para reger, interinamente, a 4ª escola elementar mixta do 11º districto” (BOLETIM DA PREFEITURA, 1912, p. 433). E em 1929, ela atuava como diretora da 6ª escola mista, no longínquo 26º Distrito, em Pedra de Guaratiba, zona oeste da cidade do Rio de Janeiro (ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO, 1929, n. 87, p. 497). Posterior a esse período nada mais foi localizado.

Na mesma notícia que trata sobre o falecimento de Cândida Guanabara, publicada pelo *O Paiz* em 1927, cujo excerto apresentamos anteriormente, é feita uma referência a um fato de considerável importância na vida profissional de Feital e de Guanabara e para o desfecho do caso do Jardim de Infância. Na narrativa, o escritor, não identificado, revelou-nos que:

No decorrer da administração de Bento Ribeiro, já em 1919, as duas propectas professoras [Candida e Zulmira] passaram, de contratadas que eram, a fazer parte do quadro de magistério municipal, isso com os mais vivos aplausos das autoridades, de particulares e do próprio professorado official (O PAIZ, 26/3/1927, n. 15497, p. 4. Grifos Nossos).

Instigados por tal informação, buscamos informações que pudessem revelar detalhes não apresentados na notícia. Dessa forma, foi possível localizar no Boletim da Prefeitura, de 1914, na sessão “Actos do Prefeito” a nomeação da “Professora primária: Candida Guanabara, para dirigir o estabelecimento: adjunta de 1ª classe para servir

127 Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, ano 1918, n. 75, p. 646; 1922, n. 78/79, p. 477; 1924, n. 80, p. 462; 1925, n. 81, p. 409; 1926, n. 82; p. 402; 1927, n. 83, p. 402.

128 Realizamos pesquisa nas seguintes instituições: Biblioteca Nacional, setores: geral, periódicos, manuscritos e obras raras; Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, setores: biblioteca e manuscritos; Centro de Memória da Educação Brasileira-ISERJ; Jardim de Infância Campos Salles; e na Web.

como sub-directora, Zulmira Feital” para compor o quadro do funcionalismo público, junto a outras professoras do Jardim de Infância Campos Salles, bem como as do Jardim de Infância Hermes da Fonseca (BOLETIM DA PREFEITURA, 1914, p. 237).

Como os assuntos referentes à instrução pública só poderiam ser tratados pelo Conselho Municipal, como apontado no capítulo 2, para que Bento Ribeiro pudesse nomear as professoras dos jardins de infância, no dia 12 do mesmo mês foi publicado o decreto n. 1662 que autorizava “o Prefeito a incorporar aos estabelecimentos de ensino municipal os jardins de infância” (BOLETIM DA PREFEITURA, 1914, p. 13). Assim, publicava Bento Ribeiro o que o Conselho Municipal havia decretado e o que ele havia sancionado:

Art. 1º. Fica o Prefeito autorizado a incorporar aos estabelecimentos de ensino municipal os jardins de infância que até agora funcionaram no Districto Federal, sob as denominações “Campos Salles” e “Marechal Hermes”, os quaes ficarão a cargo da Directoria Geral de Instrucção Pública.

Art. 2º. O pessoal docente actualmente existente nos dois jardins de infância, a que esta lei se refere, que contar, pelo menos, um anno de exercício nos nossos jardins, poderá ser, a Juizo do Prefeito, incluído no quadro dos funcionarios municipaes, com categoria e vencimentos correspondentes aos dos membros do magistério primário.

Paragrapho único. Fica entendido, porém, que o pessoal docente dos jardins de infância, que for aproveitado e incluído no quadro dos funcionarios municipaes, nos termos deste artigo, só poderá ter exercício nos mesmos jardins.

Art. 3º. O ensino nos jardins de infância, de que trata a presente lei, será regulado pelas instrucções, que em regulamento especial, o Prefeito baixar para a execução desta mesma lei.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Ao incorporar os jardins de infância aos serviços de instrução pública do município, a municipalidade considerava encerrado o contrato de prestação de serviços firmados na administração do seu antecessor, Serzedello Corrêa. O poder municipal finaliza o decreto revogando todas as disposições em contrário que pudessem existir e assim considera concluído o caso das professoras contratadas não diplomadas, legitimando sua incorporação ao serviço público na letra da lei.

Com este *grand finale*, ação típica do favorecimento do contexto político, que por sua vez já havia sido condenada pelos administradores municipais nos idos anos de 1899, 1900 e 1901, como apontamos nos relatórios apresentados e discutidos no capítulo 2, tornou à baila.

Após alguns anos de serviço contratado Zulmira, Candida e as demais professoras foram incorporadas ao quadro de funcionários públicos do Município. Diante das informações apresentadas no texto da notícia de 1927, no qual aponta que elas haviam passado “de contratadas que eram, a fazer parte do quadro de magistério municipal, isso com os mais vivos aplausos das autoridades, de particulares e do próprio professorado oficial”, qual teria sido a postura e resposta do professorado municipal diante deste fato? Assistiram passivas ou outros conflitos e manifestações foram gerados? Infelizmente, a essa pergunta, por ora, não será possível responder.

Por fim, podemos considerar que a disputa estabelecida entre os objetivos divergentes das duas redes de sociabilidade coloca em questão um debate existente no período que se refere à profissionalização docente. De um lado, verificamos a existência de um grupo de diplomadas pela Escola Normal que, através do acionamento da lei e dos pares, buscava a aplicação da legislação em favor da obrigatoriedade do diploma para o exercício do magistério; do outro lado, uma rede de sociabilidade composta por políticos e intelectuais que optaram por implementar o projeto de escolarização da infância menor de sete anos aquém da determinação da lei.

No mesmo período em que Zulmira Feital firmou contrato com a Prefeitura da cidade para a gestão do Jardim de Infância, Moncorvo Filho também fora contratado pela mesma administração para organizar e gerir o serviço de Inspeção Sanitária Escolar. Contudo, por ter sido incorporado nos mesmos moldes do contrato realizado com Feital e por não ter sido assegurada a sua permanência no cargo ao final da gestão do prefeito Serzedello Corrêa, no início da gestão de Bento Ribeiro o contrato foi cancelado por ação do então diretor-geral da Instrução Pública, Álvaro Baptista (CÂMARA, 2013).

De acordo com Zaniani (2008), o argumento dado pela prefeitura para o cancelamento do serviço contratado era a existência de um corpo médico municipal e que tal contrato não correspondia as necessidades e expectativas (ZANIANI, 2008). Inconformado, Moncorvo Filho moveu uma ação judicial contra a Prefeitura (inspirado no artifício de Adelaide Magalhães?). Ao que parece, nada foi solucionado e o serviço não foi reativado. Curiosamente, o contrato de Zulmira Feital, aquele que poderia ser entendido como “elo fraco”, em função das representações de gênero existentes e da ausência de diplomação, demonstrou ser mais sólido que o de Moncorvo Filho, médico, especialista de atuação nacionalmente reconhecida.

Não interessados em colocar um ponto final na discussão, porém, obrigados a direcionar a finalização da escrita, podemos considerar que, em vista da problemática do Jardim de Infância, mais uma vez compreendemos que o dispositivo da lei, tão somente, não garante sua efetivação. Para além de um entendimento limitado da vitória por um grupo e da derrota pelo outro, é possível compreender que as estruturas governativas não são estáticas nem construídas a partir da perspectiva da polarização entre dominantes e dominados. Elas são estabelecidas nas possibilidades múltiplas de agência dos sujeitos, levando em conta a criatividade dos indivíduos ao acionarem mecanismos para sua inserção no contexto político, econômico e social, a partir dos seus interesses e percepções do mundo em que estão inseridos. O “causo” sugere também que a máquina do Estado, longe de uma imagem de uma estrutura forte e consolidada, encontrava-se sujeita a ingerências de todo tipo diante das ações de sujeitos diversos, mulheres e homens articulados em torno de ideais e interesses muitas vezes conflitantes. Com o imbróglio em torno da escola infantil, reforçamos a premissa de que a produção e a aplicação das leis educacionais precisam ser compreendidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho teve como objetivo compreender a implementação do primeiro jardim de infância público da cidade do Rio de Janeiro, no contexto da primeira década do século XX, levada a cabo pela administração municipal.

Neste cenário analisamos as possibilidades de inserção e atuação de diversos indivíduos nas disputas político-educacionais, através da articulação e organização de duas redes de sociabilidade, a partir das articulações efetuadas entre indivíduos que compartilhavam ideais e interesses na execução do projeto considerado ideal para o Jardim de Infância Campos Salles. A primeira, formada por 116 professoras, em torno da ação ordinária ajuizada pela professora primária municipal diplomada, Adelaide Magalhães, e seu advogado, Theodoro Magalhães, contra o contrato firmado entre a Prefeitura e uma professora não diplomada empregada para a organização e direção da recém-criada escola. A outra rede formada por influentes personagens da esfera política e intelectual da cidade, que, por sua vez, a professora não diplomada pela Escola Normal, Zulmira Feital, fazia parte e à qual foi dado amplo destaque, através de acusações, no conflito estabelecido.

Ao efetuarmos as análises sobre o caso do Jardim de Infância municipal, algumas percepções tornaram-se evidentes. A organização de um grupo de professoras na construção do documento em prol do mesmo objetivo, ou seja, a invalidação de um contrato considerado ilegal, nos permite vislumbrar a existência de um sentimento de pertença a uma classe e identidade profissional, a docência. Neste caso, tratava-se da luta em prol da legitimação da formação profissional obtida pela Escola Normal, e pela garantia de que as vagas de professores públicos fossem ocupadas pelos diplomados. Ainda podemos entender suas ações como possibilidades de inserção e intervenção na vida política da cidade para além daquele espaço legitimado para a atuação feminina no início do século, o do lar, dos grupos religiosos e caritativos e o da sala de aula primária.

Uma interessante questão que se apresenta é a força que o argumento da formação docente via escolarização possui na reivindicação das professoras em contraposição ao saber docente adquirido pela prática e no cotidiano. Há, nitidamente, nesse contexto, dois grupos de professores em disputa, um formado pela Escola Normal, legitimado pela lei, do qual a professora diplomada Adelaide Magalhães fazia parte; e outro, no qual Zulmira Feital ocupa centralidade, ao atuar no magistério municipal à

revelia da lei (sem concluir a formação na Escola Normal), tendo sido inserida no quadro do funcionalismo público, via decreto, em 1914.

Para além de uma leitura sobre o problema e de uma intencionalidade em descobrir quem estava com a razão, identificamos uma tensão entre a compreensão da lei, seus usos, em contraposição à força de uma prática que se transformou em costume¹²⁹. De um lado, a rede que Magalhães fazia parte considerava a exigência da lei para a atuação no ensino público, o qual a formação científica ofertada pela Escola Normal determinava a identidade profissional e legitimava sua atuação; de outro, o grupo no qual Zulmira Feital encontrou apoio, impregnado de personagens do fazer político, entre os quais a nomeação aos cargos públicos de familiares, amigos e apadrinhados era prática comum, muito embora criticada e condenada por outros políticos. Assim, duas noções sobre o que era “de direito” se contrapõem: uma pautada na lei e outra no costume.

Como caminho proposto para compreender as ações e discussões que permitiram a implementação de um jardim de infância público na cidade carioca, tomou-se como necessidade recuar décadas anteriores e identificar as questões que foram colocadas em pauta de debate pelos intelectuais e pelos agentes na causa da educação do povo. A partir do levantamento dos estudos históricos sobre os jardins de infância foi possível perceber a existência de uma ideia disseminada de que os jardins de infância se constituíam enquanto modalidade de escolarização da infância voltada para o atendimento de crianças oriundas de famílias economicamente favorecidas. Contudo, para além dessa compreensão, foi possível perceber que os debates colocados em torno da escolarização das crianças pequenas estavam intimamente relacionados com as discussões em torno da Lei do Ventre Livre (1879) e a necessidade de formação do cidadão trabalhador desde a mais tenra idade. Diante de tal questão, foi estabelecida, por meio do decreto Leôncio de Carvalho, a obrigatoriedade da administração municipal oferecer em todos os distritos da Corte, escolas infantis, medida que por sua vez só saiu do papel 30 anos depois.

As discussões empreendidas no Brasil sobre a necessidade de escolarizar as crianças pequenas, filhas de trabalhadores e de mulheres que ainda viviam sob o peso da escravidão, encontraram apoio e amparo na proposta pedagógica desenvolvida por

129 Sobre as tensões e conflitos em torno das disputas entre a lei e o costume, indicamos a leitura *de Senhores e Caçadores* (THOMPSON, 1987).

Friedrich Fröebel na longínqua Prússia. Segundo o criador do *Kindergarten*, sua pedagogia tinha como objetivo promover o desenvolvimento das dimensões físicas, intelectuais e morais nas crianças e assim permitir a formação do cidadão e do futuro trabalhador.

Por volta de 1850 a metodologia froebeliana tornou-se referência de educação da infância, sendo implementada em diversos países europeus. Com os processos migratórios principalmente em virtude da guerra de unificação do estado moderno alemão, a proposta desembarcou nos Estados Unidos da América. Em vista da aplicabilidade do método de acordo com o proposto pelo criador, este país tornou-se a referência e o polo difusor da pedagogia de educação infantil para os demais países das Américas, inclusive o Brasil. Com o crescente destaque que os Estados Unidos adquiriram a partir da segunda metade do século XIX, em virtude do crescimento econômico e da expansão da malha escolar, as discussões lá estabelecidas em torno da escolarização de crianças pequenas, via metodologia froebeliana, por aqui começaram a tomar fôlego.

No processo de pesquisa, também, verificou-se a necessidade de compreender os motivos que levaram a criação da escola infantil no Jardim-Parque da República, coração civil, político e militar do Rio de Janeiro durante o século XIX até meados do século XX. Através do levantamento e análise das transformações ocorridas na cidade, em especial da região de Santana, foi possível acompanhar as transformações e ressignificações efetuadas no antigo Campo da Cidade. O grande descampado no século XVIII fora utilizado como local de circulação, trabalho, habitação de homens e mulheres, livres e escravos, nacionais e estrangeiros; ali praticavam festejos, religiosos e profanos, populares e oficiais, mais concorridos da cidade. Com o passar dos anos, impulsionado pelo crescimento da malha urbana e pelos movimentos migratórios, se transformou em uma das mais populosas zonas de região urbana da cidade. Além disso, durante o século XIX, tornou-se objeto de interesse do governo oficial, o qual, a partir de diversas medidas e ações, buscou ressignificar o espaço, dotando-o de novos usos e funções que deflagraram inúmeros conflitos entre populares e governo.

A obra de reconfiguração do Campo de Santana e sua transformação em Parque da Aclamação, a última grande obra do regime imperial, tornou o espaço símbolo de urbanidade, civilização e centro do poder nacional. No seu interior, em 1909, foi implementado o primeiro jardim de infância público do Distrito Federal, alvo de debates

de ações que privilegiavam a introdução de uma pedagogia específica para a infância na cidade do Rio de Janeiro.

Em analogia ao ofício dos tecelões, com a busca de informações e o uso de um corpus documental múltiplo, a fim de permitir a construção das redes de sociabilidade de Adelaide Magalhães e Zulmira Feital, fiamos e tecemos as redes e as tramas em que os indivíduos estavam inseridos. Por sua vez, nessa trama, alguns fios ficaram soltos, pela não localização de informações, ausência de fonte documental e/ou pelas limitações resultantes da inexperiência, do jovem pesquisador, no *historiar* os processos educacionais.

Uma das maiores dificuldades encontradas, e que, por sua vez, já havia sido apontada pela historiografia, refere-se à localização de informações sobre os múltiplos personagens que estiveram presentes na trama. Foi mais fácil ter acesso às informações daqueles que tiveram alguma atuação e destaque na vida da cidade do que os considerados “comuns”, sem grande relevância e não circunscritos pelos fatos narrados pela história oficial. No entanto, com boa dose de insistência, teimosia e curiosidade, foi possível localizar algumas informações e assim traçar as interações entre os sujeitos que compuseram o elenco.

Em meio à densa e complexa trama tornou-se possível analisar as formas encontradas por algumas mulheres, no início do século XX, de inserção, participação e interferência no contexto social. Solteiras e casadas, normalistas, diplomadas ou formadas pela prática, cada qual dentro de suas possibilidades, entre jeitos e manejos, se inseriram em disputas na busca por atender a seus interesses e direitos. Pela articulação e mobilização de pares e/ou pelo acionamento de conhecidos, conseguiram, de certa forma, superar obstáculos. Enfrentaram as limitações pertinentes às relações de gênero à época e em seu meio, atuando dentro de suas possibilidades de agência e interlocução em um contexto social visivelmente demarcado pela presença masculina. Contudo, compreendemos esses sujeitos, em suas diferenciações de gênero, não como grupos opostos, mas sim pautados em uma perspectiva de relações intrincadas, entre apoios, interesses e rechaças, em que cada qual atuou dentro de suas possibilidades.

Durante todo o processo de pesquisa, o contato com as de imagens nos possibilitou perceber outras dimensões a partir do cruzamento das informações ali presentes e percebidas com as fontes escritas. Mesmo que não tenha sido nossa intenção realizar discussão exaustiva sobre o uso desse suporte na produção em história da

educação, sua contribuição para o aprofundamento da análise de aspectos ausentes dos documentos oficiais textuais foi de grande valia. Na operação historiográfica tivemos o cuidado de não utilizar as imagens “como meras ilustrações ao texto”, mas sim, enquanto documentos históricos possuidores de um potencial a ser explorado, buscando os indícios que nos levaram a problematizar, por exemplo, quem seria o público atendido pelo jardim de infância.

Com relação à titulação de Candida Guanabara e outras professoras que atuaram como contratadas no período que correspondeu à pesquisa, não foi localizada nenhuma informação acerca da diplomação delas pela Escola Normal do Distrito Federal, conforme previsto pela exigência da lei para atuação no magistério municipal. Realizamos densa pesquisa nos livros de solicitação de matrícula e nos históricos dos alunos da Escola Normal sob guarda do CMEB-ISERJ, entre os anos 1893 a 1913, no entanto, nada foi localizado. Diante dessa questão, qual fora o motivo de Zulmira Feital ter ocupado a centralidade do conflito estabelecido? Teriam as outras professoras sido diplomadas pela Escola Normal de Niterói? Essas, por sua vez, são questões que ficaram em aberto.

Ao que compete a legitimação da atuação de Zulmira nos assuntos referentes à metodologia froebeliana, como apresentado pelo advogado de defesa da Fazenda Municipal no decorrer da ação ordinária, cogitamos outra hipótese para sua inserção no Jardim de Infância, além do que havia sido denunciado como uma ação de “favorecimento político”. Mesmo que Zulmira Feital, através de sua rede de sociabilidade, tenha tido acesso e permanência nos quadros de professores públicos, consideramos que ela deve ter tido alguma experiência anterior à abertura do estabelecimento de ensino (o Jardim de Infância no Engenho Velho) com sua sócia Candida Guanabara. Pelo rastreamento dos lugares por onde Feital residiu, na cidade do Rio de Janeiro, através do *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, conseguimos localizar que, em 1899, ela morava na rua Corrêa Dutra, vizinha ao Jardim de Infância, e da escola de formação de jardineiras, criado e dirigido por Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, localizado na rua do Catete, 109¹³⁰.

Pela proximidade de residência das duas personagens, teria Zulmira Feital conhecimento do trabalho desenvolvido no jardim de infância e da metodologia

130 Ver referências sobre Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, seu Jardim de Infância e a escola de formação para jardineiras no capítulo 2.

froebeliana na escola criada e mantida por Guilhermina Andrade? Teria passado por uma formação por meio da prática, não documentada, influenciando na decisão de criar, junto com Guanabara, um Jardim de Infância no bairro do Engenho Velho? Zulmira Feital e Maria Guilhermina teriam algum tipo de contato? Sobre essas elucubrações resta-nos aguardar a localização de novos documentos que possam auxiliar-nos no esclarecimento das lacunas existentes na trajetória da professora. Contudo, mesmo que não tenhamos localizado nenhuma referência e informação a respeito destas relações, pelo levantamento do local de moradia e circulação das personagens, podemos arriscar tais questionamentos.

Por fim, no processo de criação da primeira instituição de instrução pública voltada para crianças pequenas, foi possível perceber a existência de embates entre uma possível “história vista de cima” e uma “história vista de baixo” (THOMPSON, 2011). É possível também retratar a ação governamental e um possível entendimento de suas ações como fator de imposição política e social em consonância com a constatação da ação de um grupo de mulheres, agentes no processo do *fazer-se* (THOMPSON, 2011, 2012; BERTUCCCI, et al, 2010) que se constituíram sujeitos do processo histórico em torno da sua consciência de pertencimento a uma classe, a de professoras públicas.

Pela pesquisa foi possível perceber, mais uma vez, que, para além de uma perspectiva entre dominantes e dominados, os indivíduos, múltiplos e diversos, dentro das possibilidades de atuação e inserção nos contextos social e político vivenciados, construíram suas identidades profissionais, se organizam em busca dos seus interesses e dotaram a história de vivacidade e movimento em um processo (in)tenso e sedutor ao pesquisador e, quiçá, ao leitor.

REFERÊNCIAS

FONTES

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: tipografia do Almanak Laemmert período: 1918-1929 (Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – PR-SOR 00165-3113394)

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Série Instrução Pública – Jardim de Infância. Códice 12.3.14. 1909-1911. (Setor de manuscritos – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro)

ÁLBUM DE MEMÓRIAS DO JARDIM DE INFÂNCIA CAMPOS SALLES: Comemoração do centenário da escola, 2009. (Acervo da escola)

BASTOS, Maria Helena Câmara. O Kindergarten ou Jardim de Infância por Maria Guilhermina Loureiro de Andrade (1888). *Revista História da Educação*. v.12, n.24, jan/abr, 2008, p.259-268. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/asphe/article/viewFile/29252/pdf>>. Acesso em: 10/06/2014.

BOLETIM DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Rio de Janeiro: tipografia do *Jornal do Commercio* e da *Gazeta de Notícias*. 1899-1901. (Biblioteca – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro)

BOLETIM DA PREFEITURA. Rio de Janeiro. 1901-1914. (Biblioteca – Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro)

BRASIL. Assembleia Geral. Camara dos Deputados. Comissão de Instrução Publica. *Reforma do ensino primário e varias instituições complementares da instrucção publica: parecer e projetcto da Comissão de Instrucção Pública*. Rio de Janeiro, 1883. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/242356>>. Acesso em: 03 de dezembro de 2013.

BRASIL. Decreto n.7247, de 19 de abril de 1879. *Reforma do ensino primário e secundário no município da Corte e em todo o Império*. Disponível em <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>>. Acesso em 03 de dezembro de 2013.

BRASIL. *Reforma do Ensino Primário e Várias Instituições complementares da Instrução Pública*. Obras completas de Rui Barbosa. Vol. X. 1883, Tomo III. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.

BRASILIANISCHE RUNDSCHAU. Rio de Janeiro: 1912. (Centro de Documentação e Pesquisa em História/ Acervo Centro Cultural Euclides da Cunha, do Departamento de História, da Universidade Estadual de Ponta Grossa)

COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. São Paulo: USP, 1988.

DISTRITO FEDERAL. Decreto Municipal n. 38 de 1893. *Regula o Ensino Primario no Districto Federal*. Boletim da Prefeitura. Rio de Janeiro. 1893, p. 25-36. (Biblioteca – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro).

DISTRITO FEDERAL. Decreto Municipal n. 52 de 1897. *Regula o ensino municipal*. Boletim da Prefeitura. Rio de Janeiro. 1901, p. 33-50. (Biblioteca – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro).

DISTRITO FEDERAL. Decreto Municipal n. 844 de 1901. *Regula o Ensino Primario no Districto Federal*. Boletim da Prefeitura. Rio de Janeiro. 1901, p. 86-105. (Biblioteca – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro).

DISTRITO FEDERAL. Decreto Municipal n. 1662 de 1914. *Autoriza o Prefeito a incorporar aos estabelecimentos de ensino municipal os jardins de infancia “Campos Salles” e “Marechar Hermes”, e da outras providências*. Boletim da Prefeitura, 1914, p. 13. (Biblioteca – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro)

DIARIO OFICIAL. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, período: 1896-1938. (Acesso on-line Sistema Jusbrasil)

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro: tipografia própria, período 1880-1916. (Hemeroteca Digital Fundação Biblioteca Nacional – PR – SPR. 02764 103730)

LIVRO DE REGISTRO DE ALUNOS DA ESCOLA NORMAL DO DISTRITO FEDERAL - LIVRO 3. 1896-1932. CMEB-ISERJ

O ESPIRITO-SANTENSE. Espírito Santo: Tipografia da rua de Santa Luzia, período: 1873-1875. (Hemeroteca Digital Fundação Biblioteca Nacional. PR-SPR 00293 217611).

O PAIZ. Rio de Janeiro: tipografia Paiz, período: 1909-1927. (Hemeroteca Digital Fundação Biblioteca Nacional. PR-SPR 00006 178691).

O SECULO. Rio de Janeiro: tipografia própria, período: 1906-1911 (Hemeroteca Digital Fundação Biblioteca Nacional. PR-SPR 00130 089842).

RECENSEAMENTO DO RIO DE JANEIRO. *Districto Federal* – realizado em 20 de setembro de 1906. Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1907.

RELATÓRIO GERAL DO PRIMEIRO CONGRESSO JURÍDICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: tipografia Imprensa Nacional, 1909.

REVISTA FON-FON. Rio de Janeiro: tipografia própria, período: 1909-1913 (Hemeroteca Digital Fundação Biblioteca Nacional – PR – SPR. 02764 103730).

SANTOS, Francisco Agenor Noronha. O Parque da República, antigo da Aclamação. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* – SPHAN. n. 8, 1944, s/p.

SANTOS, Francisco Agenor Noronha. *Anotações de Noronha Santos à introdução das Memórias: Memórias para servir à História do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2013.

SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: FAPESP/Studio Nobel. 1996.

BIBLIOGRAFIA

ABDALA, Rachel Duarte. Do caso excepcional à percepção da série: análise do álbum fotográfico do Jardim da Infância da Escola Caetano de Campos-SP. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, VI, 2011, Vitória, Espírito Santo. *Anais do VI Congresso Brasileiro de História da Educação*, Vitória: UFES, 2011. Disponível em:<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/conteudo/res/trab_1040.htm>. Acesso em: 24/05/2014.

ABREU, Martha. Festas religiosas no Rio de Janeiro: perspectivas de controle e tolerância no século XIX. *Revista Estudos Históricas*. vol. 7, n. 14, 1994, p, 183-203.

_____ ; MARTINEZ, Alessandra Frota. Olhares sobre a criança no Brasil – perspectivas históricas. RIZZINI, Irene (org). *Olhares sobre a criança no Brasil, séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: EDUSU/AMAIS Livraria e Editora. Série Banco de Dados 5, 1997.

ACCÁCIO, Eliete Oliveira. Formando o professor primário: a Escola Normal e o Instituto de Educação. *Revista HISTEDRB on-line: 1986-2006, 20 anos. Navegando na História da Educação Brasileira*. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Liete_Oliveira_Accacio_artigo.pdf>. Acesso em: 02 de junho de 2014.

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de, FRAGA FILHO, Walter. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ARANTES, Érika Bastos. Negros do Porto: trabalho, cultura e repressão policial no Rio de Janeiro (1900-1910). In: AZEVEDO, Elciene, *et al. Trabalhadores na cidade*. Campinas: Editora Unicamp, 2009, p. 107-156.

ARCE, Alessandra. *Friedrich Fröebel: o pedagogo dos jardins de infância*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

ARCE, Alessandra. Lina, uma criança exemplar! Friedrich Fröebel e a pedagogia dos jardins-de-infância. *Revista Brasileira de Educação*. n. 20, maio/ago, 2002, p. 107-155.

ARIÈS, Philippe. *História Social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

ASPERTI, Clara Miguel. A vida carioca nos jornais: Gazeta de notícias e a defesa da crônica. *Revista Contemporânea*. n.7, 2006, p. 45-55.

ASSIS, Machado. *Conto de Escola*. Rio de Janeiro: Cosac & Naífy, 2002.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BASTOS, Maria Helena Câmara. Jardim de crianças: o pioneirismo do Dr. Menezes Vieira (1875-1887). MONARCHA, Carlos (org.). *Educação da infância brasileira (1875-1983)*. Campinas: Autores Associados. 2001, p. 31-80.

BASTOS, Maria Helena Câmara. *Pro Patria Laboremus*: Joaquim José de Menezes Vieira (1848-1897). Bragança Paulista: Ed. EDUSF, 2002.

BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. A geografia associativa: associações operárias, protestos e espaço urbano no Rio de Janeiro da primeira República. In: AZEVEDO, Elciene, *et. al.* (Orgs.). *Trabalhadores na cidade*. Campinas: Editora Unicamp, 2009, p. 251-269.

BECKHEUSER, Everardo. *Habitações populares*: relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. J. J. Seabra Ministro da Justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

BELÉM, Célia Isaura Fernandes, *et al.* O Campo de Santana. Rodriguesia. *Revista do Jardim Botânico*. Nº55. Ano XXXII, 1980.

BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o Império*: O Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BIDA, Gislene Lossnitz. O primeiro Jardim de Infância no Brasil: Emilia Erichsen. Ponta Grossa, PR: UEPG, 2006, 180f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

_____. O primeiro jardim de infância do Brasil: Emilia Erichsen. *Revista HISTEDBR On-line*. n.25, mar, 2007, p. 285. Disponível em <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/25/rdt11_25.pdf>. Acesso em: 10/06/2014.

BRANDÃO, Helena Câmara Lace; MARTINS, Angela Maria Moreira. O Rio de Janeiro do século XX: a expansão da cidade do centro para o sul. *Revista Tempo de Conquistas*, 2008, s/p.

BRITISH & FOREIGN SCHOOL SOCIETY. Books by Samuel Wilderspin – 19th century. 2014. Disponível em: <<https://www.bfss.org.uk/archive/books-by-samuel-wilderspin-19th-century/>>. Acesso em: 10 de Agosto de 2014.

CASA CIVIL. *Inocência Serzedelo Correia*. Disponível em: <<http://www.casacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=24>>. Acesso em: 10/12/2014.

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. *Benjamin Franklin Ramiz Galvão*. Fundação Biblioteca Nacional. 2010. Disponível em <<http://bndigital.bn.br/projetos/200anos/ramizGalvao>>. Acesso em 18/12/2014.

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. Sobre a tarefa de conhecer o Brasil: a atuação de Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional (1870-1882). SEMINÁRIO BRASILEIRO DE HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA, VI, MINAS GERAIS. *Anais do 6º Seminário Brasileiro de História e Historiografia*. UFOP, 2012, p. 1-12. Disponível em: <<http://www.seminariodehistoria.ufop.br/ocs/index.php/snhh/2012/paper/viewFile/1141/698>>. Acesso em 10/11/2014.

CAMARA, Sônia. Inspeção sanitária escolar e educação da infância na obra do médico Arthur Moncorvo Filho. *Revista Brasileira de História da Educação*. v. 13, n. 3, set/dez, 2013, p. 57-85.

CAMPOS, José Carlos Peixoto de. A reivindicação por escola pública na corte imperial: requerimentos e abaixo-assinados como instrumento de luta por instrução pública. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, IV, Goiás. *Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação*. UCG, 1999, s/p. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo01/Jose%20Carlos%20Peixoto%20de%20Campos%20-%20Texto.pdf>>. Acesso em: 06/07/2014.

CANÁRIO, Rui. A escola: “das promessas” às “incertezas”. *Revista Educação Unisinos*. n. 12, maio/ago, 2008, p. 73-81.

CARDOSO, Sergio Ricardo Pereira. O associativismo mútuo docente na historiografia educacional brasileira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, VI, Natal, Rio Grande do Norte. *Anais do 6º Congresso Brasileiro de História da Educação*, Natal: UFRN, 2011, p. 1 - 17. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/conteudo/res/trab_703.htm>. Acesso em: 10/07/2014.

CARDOSO FILHO, Ronie. São José, o colégio de Castro (1904 – 1994). Curitiba, PR: UFPR, 2009, 311f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Paraná.

CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. Procura-se “preta, com muito bom leite, prendada e carinhosa”: cartografia das amas-de-leite na sociedade carioca (1850-1888). Brasília, DF: UnB, 2006, 418f. Tese (Doutorado em História), Universidade de Brasília.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem – Teatro das sombras: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo. Companhia das Letras, 1987.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. Campinas: Editora UNICAMP, 2012.

CHAMON, Carla Simone. *Maria Guilhermina Loureiro de Andrade: A trajetória profissional de uma educadora (1864-1914)*. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2005, 373f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais.

_____. A trajetória profissional de uma educadora: Maria Guilhermina e a pedagogia norte-americana. *Revista História da Educação*. v. 12. n. 24. Jan/abr. 2008, p. 73-99. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/29227>>. Acesso: 10/06/2014.

_____; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A educação como problema, a América como destino: a experiência de Maria Guilhermina. MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; GONDRA, José Gonçalves (orgs.). *Viagens pedagógicas*. São Paulo. Ed. Cortez, 2007, p. 39-64

CPDOC-FGV. *Dicionário da Elite Política Republicana (1889 – 1930)*. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getulio Vargas. 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BR%C3%8DCIO%20FILHO,%20Jaime%20Pombo.pdf>>. Acesso em: 23/11/2014.

COSTA, Ana Luiza. *À luz das lamparinas: as escolas noturnas para trabalhadores no município da Corte (1860-1889)*. Rio de Janeiro, RJ: UERJ, 2007, 174f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

CUNHA, Mafalda Soares da. *Redes sociais e decisão política no recrutamento dos governantes das conquistas, 1580 – 1640*. FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Na trama das redes: política e negócio no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 2010, p. 117-154.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Identidades em Santana: Rio de Janeiro, no início do século XX*. In: AZEVEDO, Elciene, et. al. (Orgs.). *Trabalhadores na cidade*. Campinas: Editora Unicamp, 2009, p.313-358.

DANTAS, Carolina Vianna. Manoel da Motta Monteiro Lopes, um deputado negro na I República. Relatório de pesquisa. Programa Nacional de Apoio à Pesquisa – FBN/MinC. 2008.

DUARTE, Cláudia Barack. Plano de Gestão para o Campo de Santana: Subsídios e considerações. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 2012, 166f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo), Universidade Federal do Rio de Janeiro.

DURÃES, Sarah Jane Alves. Aprendendo a ser professor(a) no século XIX: algumas influências de Pestalozzi, Fröebel e Herbart. *Educação e Pesquisa*. v. 37. n. 3. 2011, p. 465-480. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022011000300002&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 10/06/2014.

FERREIRA, Marieta Moraes. A velha província fluminense: crises e alternâncias. CÔRTE, Andréa Telo da (org.). *Nilo Peçanha e o Rio de Janeiro no cenário da federação*. Niterói. FUNARJ/Imprensa Oficial, 2010, p.19-37.

FERREZ, Gilberto. *O Brasil de Thomas Ender 1817*. Rio de Janeiro: Fundação Moreira Salles, 1976.

FONSECA, Marcus Vinicius. Escolas para crianças negras: uma análise a partir do congresso agrícola do Rio de Janeiro e do congresso agrícola do Recife, em 1878. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, III, Curitiba. *Anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação*. Curitiba. PUCPR, 2004, s/p. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Coord/Eixo6/471.pdf>>. Acesso em 03/12/2014.

FRAGOSO, João. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor do engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Na trama das redes: política e negócio no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 2010, p. 243-294

FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima. Desenhando perspectivas e ampliando abordagens – de o antigo regime nos trópicos a na trama das redes. FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Na trama das redes: política e negócio no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 2010, p. 11-40.

FREIRE, Américo Oscar Guichard. Campos Sales e a República Carioca. *LOCUS: Revista de História*. v. 2. n. 1. 1996, p. 9-20. Disponível em: <<http://locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/article/view/2240/1614>>. Acesso em: 10/12/2014.

_____. República, cidade e capital: o poder federal e as forças políticas do Rio de Janeiro no contexto da implantação republicana. FERREIRA, Marieta de Moraes (org.) *Rio de Janeiro: uma cidade na história*. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2000, p. 15-32. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/151.pdf>. Acesso em: 20/04/2013.

_____. A fabricação do prefeito da capital: estudo sobre a construção da imagem pública de Pereira Passos. MOTTA, Marly; FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo (orgs.). *A política carioca em quatro tempos*. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2004, p. 77-88.

_____. Do confronto à negociação: o Conselho Municipal e o prefeito Pereira Passos. MOTTA, Marly; FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo (orgs.). *A política carioca em quatro tempos*. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2004, p. 187-198.

GARZONI, Lericé de Castro. Raparigas e meganhas em Santana (Rio de Janeiro, 1905). In: AZEVEDO, Elciene, *et. al.* (Orgs.). *Trabalhadores na cidade*. Campinas: Editora Unicamp, 2009, p. 157-187.

GARCIA JUNIOR. O Campo de Sant'Anna e as histórias. *Revista Sul Americana*. Abril, 1939, s/p.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*. Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras. 2007.

GONDRA, José Gonçalves. *Artes de Civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ. 2004.

_____, GARCIA, Inára. A arte de endurecer “miolos moles e cérebros brandos”: a racionalidade médico-higiênica e a construção social da infância. *Revista Brasileira de Educação*. n° 26, 2004, p. 69-84. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n26/n26a05>>. Acesso em: 29/07/2014.

_____ ; LEMOS, Daniel Cavalcante Albuquerque. A necessidade polimorfa da escola e o processo de fabricação da ordem social. *Revista Rio de Janeiro*, maio/dez 2004, n. 13-14.

_____ ; SILY, Paulo Rogério Marques. Na rota do progresso: Representações a respeito da instrução pública na Argentina (1879). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, VII, Cuiabá, Mato Grosso. *Anais do VII Congresso Brasileiro de História da Educação*, Maringá. UFMT, 2013, s/p. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/09-%20O%20ENSINO%20DE%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO/NA%20ROTA%20DO%20PROGRESSO.pdf>>. Acesso em 10/11/2014.

_____ ; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. Rio de Janeiro. Editora Cortez. 2008.

_____ ; TAVARES, Pedro Paulo Hausmann. A Instrução Reformada: ações de Couto Ferraz nas províncias do Espírito Santo, Rio de Janeiro e na Corte Imperial. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, III, Paraná. *Anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação*. PUCPR, 2004, s/p. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo3/211.pdf>>. Acesso em 20/07/2014.

_____ ; UEKANE, Marina Natsume. Em nome de uma formação científica: um estudo sobre a Escola Normal da Corte. *Revista do Centro de Educação*. vol. 30. n. 2. jul/dez. 2005, p. 55-70.

GOUVÊA, Maria de Fátima. Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português, c. 1680-1730. FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Na trama das redes: política e negócio no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 2010, p. 155-202.

HANSEN, Patricia Santos. *Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República*. São Paulo: USP, 2007, 253f. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo.

_____. Olavo Bilac, ideólogo do nacionalismo brasileiro. Relatório final do projeto de pesquisa apoiado pelo Programa de Apoio ao Pós-Doutorando no Estado do Rio de Janeiro da CAPES/FAPERJ. CPCDOC/FGV, 2011.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. n. 1. 2001, p. 9-43. Disponível em: <www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/download/273/281>. Acesso em: 15/02/2013.

KISHIMOTO, Tizuko Mochida. Os jardins de infância e as escolas maternas de São Paulo no início da República. *Cadernos de Pesquisa*. n. 64, fev., 1988, p. 57-60. Disponível em: <www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/760.pdf>. Acesso em: 06/06/2013.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. São Paulo: Ateliê Editorial. 2012.

KULHMANN JUNIOR, Moysés. O Jardim de Infância e a Educação das crianças pobres: final do século XIX, início do século XX. MONARCHA, Carlos (org.). *Educação da infância brasileira (1875-1983)*. Campinas: Autores Associados. 2001, p. 3-30.

_____. Educando a infância brasileira. VEIGA, Cynthia Greive, FARIA FILHO, Luciano Mendes, LOPES, Eliane Marta Teixeira (Orgs.) *500 anos de educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Autêntica, 2007.

_____. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Editora Mediação. 2011.

LEMOS, Daniel Cavalcanti de Albuquerque. Professores em movimento: a emergência do associativismo docente na corte imperial. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2011, 220f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais.

_____. O manifesto dos professores públicos primários da corte imperial e a emergência do associativismo docente. *Revista Contemporânea de Educação*. vol. 8. n. 15, jan/jul, 2013, p. 154-175.

LEVY, Iete Cherem. A trajetória de Morcorvo Filho: puericultura e filantropia num projeto de assistência à infância (1901-1922). Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 1996, 160f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Rio de Janeiro.

LIMEIRA, Aline de Moraes; SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Ensino Particular e controle estatal: a Reforma Couto Ferraz (1854) e a regulação das escolas privadas na Corte Imperial. *Revista HISTEDBR On-line*. n. 32, dez, 2008, p. 48-64.

Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/32/art03_32.pdf>. Acesso em: 10/01/2015.

_____. O comércio da instrução do século XIX: colégios particulares, propagandas e subvenções públicas. Rio de Janeiro, RJ: UERJ, 2010, 282 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. *Perspectivas históricas da educação*. São Paulo: Editora Ática. 2004.

LUC, Jean-Nöel. A difusão dos modelos de pré-escolarização na Europa na primeira metade do século XIX. *História da Educação*. v. 9, 1995, p. 95-111. Disponível em: <seer.ufrgs.br/asphe/article/viewFile/30472/pdf>. Acesso em: 06/06/2014.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. *Rui Barbosa: pensamento e ação – uma análise do projeto modernizador para a sociedade brasileira com base na questão educacional*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002.

MARAFON, Danielle. Educação Infantil no Brasil: um percurso histórico entre ideias e as políticas públicas para a infância. SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA HISTÓRIA, EDUCAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO: TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS, VIII, Campinas. *Anais do VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisa História, Educação e Transformação: tendências e perspectivas*. UNICAMP, 2011, s/p. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/trabalhos.html>. Acesso em 29/11/2013.

MARQUES, Jucinato de Sequeira. O processo de escolarização do Distrito Federal (1888-1906). Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 2013. Texto de qualificação de tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MATTOS, Ilmar Rohrloff de. Do Império à República. *Revista Estudos Históricos*. v. 2, n. 4, 1989, p. 163 – 171.

MATTOS, Romulo Costa. Pelos pobres! As campanhas pela construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na primeira república. Niterói, RJ: UFF, 2008, 275 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense.

_____. Habitações Populares na Primeira República: campanhas, leis e discursos. COLÓQUIO NACIONAL MARX E O MARXISMO, Rio de Janeiro. *Anais do Colóquio Nacional Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática*. UFF, 2011, 1-13. Disponível em:

<<http://www.uff.br/niepmarxmarxismo/MManteriores/MM2011/TrabalhosPDF/AMC371F.pdf>>. Acesso em: 15/04/2014.

MEIRELLES, Heloísa Helena. CEMI Centro de Memória Institucional do ISERJ *Relação dos Diretores*. 2006. Disponível em: <<http://cemiiserj.blogspot.com.br/2006/04/relao-dos-diretores.html>>. Acesso em: 23/11/2014

MELO, Cristiane Silva, MACHADO, Maria Cristina Gomes. Notas para a História da Educação: considerações acerca do decreto nº7247, de 19 de abril de 1879, de autoria de Carlos Leôncio de Carvalho. *Revista HISTEDRB on-line*. n. 34, junho, 2009, p. 294-305. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/34/doc01_34.pdf>. Acesso em: 8/4/2014.

MELLO, João Baptista Ferreira de. A criatividade toponímica do povo carioca. In: COLÓQUIO DO NÚCLEO DE ESTUDOS EM ESPAÇO E REPRESENTAÇÕES, II, Bahia. *Anais do II Colóquio do Núcleo de Estudos em Espaço e Representações*. UFBA, 2007, s/p. Disponível em: <http://www.neer.com.br/anais/NEER-2/Trabalhos_NEER/Ordemalfabetica/Microsoft%20Word%20-%20JoaoBatistaFMello.pdf> Acesso em 4/10/2013.

MISSOURI HISTORY MUSEUM. *Women in History: Susan Blow, founder of U.S. Kindergartens*, 2011, s/p Disponível em: <<http://www.historyhappenshere.org/node/6931>>. Acesso em 21/06/2014.

MIYASAKA, Cristiane Regina. *Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890-1910)*. Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2011.

MONARCHA, Carlos. Arquitetura escolar republicana: a escola normal da praça e a construção de uma imagem de criança. FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Editora Cortez. 7ª edição, 2009, p. 101-140.

MONÇÃO, Vinicius de Moraes. Um dos crimes que deveria ser severamente punido é o emprego da força contra menores: notícias sobre o castigo físico contra crianças na Gazeta de Notícias (1875-1877). In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL AS REDES EDUCATIVAS E AS TECNOLOGIAS, VII, Rio de Janeiro. *Anais do VII Seminário internacional as redes educativas e as tecnologias: Transformações e Subversões na Atualidade*. UERJ, 2013.

MOTTA, Marly. Administrando o Rio: engenheiros x economistas. MOTTA, Marly; FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo (orgs.) *A política carioca em quatro tempos*. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2004, p. 235-244.

MUELLE, Christina More. The History of Kindergarten: from Germany to the United States. In: ANNUAL COLLEGE OF EDUCATION RESEARCH CONFERENCE, IV, FLORIDA. *Anais Fourth Annual College of Education Research Conference*. Florida International University, 2005, s/p. Disponível em: <<http://digitalcommons.fiu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1086&context=sferc>>. Acesso em 08/06/2014.

PINHEIRO, Manoel Carlos. Souza Aguiar: vida e obra. *Os Urbanitas – Revista de Antropologia Urbana*. Ano 4, vol, 4, n.5, fev, 2007, s/p. Disponível em: <<http://www.osurbanitas.org/osurbanitas5/ManoelPinheiro.html>>. Acesso em 15 de julho de 2014.

PINTO. Manuel. A infância como construção social. PINTO. Manuel. SARMENTO, Manuel Jacinto (orgs.). *As crianças: contextos e identidades*. Braga. Minho: Ed. Centro de Estudos da Criança Universidade do Minho. 1997.

RIO DE JANEIRO. *Paisagem... janela do tempo: um olhar poético sobre o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro/Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Parques e Jardins, 2012.

RIZZINI, Irma. *Assistência à infância no Brasil. Uma análise de sua construção*. Rio de Janeiro: USU Editora Universitária, 1993.

_____; MARQUES, Jucinato de Sequeira, MONÇÃO, Vinicius de Moraes. *As tropelias e assuadas de escolares e garotos na cidade do Rio de Janeiro entre os séculos XIX e XX*, 2014. (no prelo)

SANGLARD, Gisele. A sociedade civil e a construção de hospitais na cidade do Rio de Janeiro da Primeira República. In: SANGLARD, Gisele; ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de; SIQUEIRA, José Jorge. *História Urbana: memória, cultura e sociedade*. FGV editora. Rio de Janeiro, 2013, p. 225-249.

SANTOS, Angela Moulin Simões Penalva, MOTTA, Marly Silva da. O “bota-abixo” revisitado: o Executivo municipal e as reformas urbanas no Rio de Janeiro (1903-2003). *Revista Rio de Janeiro*. n.10, maio-ago, 2003, p. 5-40.

SARTOR, Carla Silvana Daniel. Os caminhos da proteção à infância no Brasil: a influência do modelo de Moncorvo Filho. Rio de Janeiro, RJ: UERJ, 2002, 232f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

SCHELBAUER, Analete Regina. Célestin Hippeau: contribuições para a história da escola primária e dos métodos de ensino no Brasil. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS HISTÓRIA E EDUCAÇÃO NO BRASIL, VII, CAMPINAS. *Anas do VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil*. UNICAMP, 2006, s/p. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/A/analete%20regina%20schelbauer.pdf>. Acesso em: 08/08/2014.

SCHUELER, Alessandra Frota de. *Circulação de modelos pedagógicos e projetos educacionais no início da república: o professor da roça vai à Europa (1891-1893)*. ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA ANPHU-RJ, XII, Rio de Janeiro. *Anais do XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ*. UFF, 2006, s/p. Disponível em: <<http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Alessandra%20Frota%20de%20Schueler.pdf>>. Acesso em: 23/11/2014.

_____. De mestres-escolas a professores públicos: histórias de formação de professores na Corte Imperial. *Revista Educação*. v. 28, n.2. maio/ago, 2005, p. 333-351. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/teo/ojs/index.php/faced/article/view/421/318>>. Acesso em: 02/09/13.

_____. Entre escolas domésticas e palácios: culturas escolares e processos de institucionalização da instrução primária na cidade do Rio de Janeiro (1870-1890). *Educação em Questão*, Natal/RN. v. 23. n. 9, 2005.

_____; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. *Revista Tempo*, vol. 13, n. 26, 2008, p. 32-55. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a03v1326.pdf>>. Acesso em 05/06/2013.

_____, RIZZINI, Irma. *Trabalho e escolarização urbana: o curso noturno para jovens e adultos trabalhadores na Escola Municipal de São Sebastião, região de Santana, Rio de Janeiro (1872-1893)*. 2014. (mimeo)

_____; RIZZINI, Irma; MARQUES, Jucinato de Siqueira. *Felismina e Libertina vão à escola: notas sobre a escolarização nas freguesias de Santa Rita e Santana (Rio de Janeiro, 1888-1906)*. 2014. (mimeo)

SENADO. Períodos Legislativos do Império (1872-1875). João José de Oliveira Junqueira. *Portal Senadores*. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1812&li=15&lcab=1872-1875&lf=15>. Acesso em 12/11/2014.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. A escola de Pretextato dos Passos e Silva: questões a respeito das práticas de escolarização no mundo escravista. *Revista Brasileira de História da Educação*. n. 4, p. 145-166, jul/dez. 2002, p. 145-166. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/250/257>>. Acesso em: 12/12/2014.

SILVA, Ilíada Pires da. Associativismo docente e a construção de uma identidade profissional (1901-1910). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXIV, Rio Grande do Sul. *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História*. UNISINOS, 2007, s/p. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/?p=14383>>. Acesso em 20/11/2014.

SILVA, José Cláudio Sooma. Teatros da Modernidade: representações da cidade e escola primária no Rio de Janeiro e em Buenos Aires nos anos 1920. Rio de Janeiro, RJ: UERJ, 2009, 308 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

SILVA, José Claudio Sooma. A invasão aérea da capital carioca: esforços para a legitimação do recenseamento escolar de 1927. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, VII, Mato Grosso. *Anais do 7º Congresso Brasileiro de História da Educação*. UFMT, 2013. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/07-%20HISTORIA%20DAS%20INSTITUCOES%20E%20PRATICAS%20EDUCATIVAS/A%20INVASAO%20AEREA%20DA%20CAPITAL%20CARIOCA-ESFORCOS%20PARA%20A%20LEGITIMACAO.pdf>>. Acesso em: 20/11/2014.

SILVA, Lúcia. A Paris dos trópicos e a Pequena África na época do Haussmann tropical. SANGLARD, Gisele; ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de; SIQUEIRA, José Jorge. *História Urbana: memória, cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: FGV editora, p. 201-223, 2013.

SILVA, Marcelo Gomes da; ALMEIDA, Cíntia Borges de. Escrevendo seus nomes da história: os abaixo-assinados de moradores de Juiz de Fora como forma de denúncia e reivindicação (1903-1915). In: CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, VI, MINAS GERAIS. *Anais do VI Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais*. UFV, 2011, s/p. Disponível em: <<http://www.cch.ufv.br/copehe/trabalhos/ind/Marcelo.pdf>>. Acesso em: 20/11/2014.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SMITH, Robert, FERREZ, Gilberto. *Brazilian Journey: a study of some paintings and drawings made in the years 1817 and 1818 and now in the possession of the Hispanic Society of America*. Pensilvânia: University Pennsylvania Press, 1960.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular e tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora Unicamp, 2001.

THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e Caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TORRES, Rosane dos Santos. *Filhos da Pátria, Homens do Progresso: o Conselho Municipal e a Instrução na Capital Federal (1892-1902)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura/Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2012.

UEKANE, Marina Natsume. “Instrutores da milícia cidadã”: a Escola Normal e a profissionalização de professores primários (1854 – 1889). Rio de Janeiro, RJ: UERJ, 2008, 273f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

WADSWORTH, James E. Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil. *Revista Brasileira de História* [online], vol.19, n.37, 1999, p. 103-124.

WARDE, Miriam Jorge. Americanismo e Educação: um ensaio no espelho. *Revista São Paulo em Perspectiva*. v. 14. n. 2, 2000, p. 37-43. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9786.pdf>>. Acesso em: 10/07/2014.

WESTON, Peter. *Friedrich Froebel: his life, time & significance*. Londres: University of Surrey Roehampton, 2000.

WILDERSPIN NATIONAL SCHOOL. *Samuel Wilderspin*. 2009. Disponível em: <<http://www.wilderspingschool.org.uk/history/history.htm>>. Acesso: 10 de agosto de 2014.

VASQUEZ, Pedro. *Fotógrafos pioneiros no Rio de Janeiro*. Antologia Fotográfica. Rio de Janeiro: Ed. Dazibao. 1990.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Fon-Fon! Em Paris. Passaporte para o mundo. *Fon-Fon! Buzinando a modernidade*. Cadernos de Comunicação. Série Memória, v. 22, 2008, p. 11-28.

ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak. História da Educação, fontes e a imprensa. *Revista HISTEDBR On-Line*. n. 40, dez/2010, p. 60-71. Disponível em: <<http://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/histedbr/article/view/3370/2993>>. Acesso em: 15 de setembro de 2014.

ZANIANI, Ednéia José Martins. Sob os auspícios da proteção: Moncorvo Filho e a higienização da infância. Maringá, PR: UEM, 2008, 258f. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Estadual de Maringá.